



Universidade Federal do Ceará
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Centro de Ciências
Mestrado em Geografia



PIRAMBU E SUAS GEOGRAFIAS

Débora Marques da Silva



Fortaleza, 2006



Universidade Federal do Ceará
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Centro de Ciências
Mestrado em Geografia

PIRAMBU E SUAs GEOGRAFIAs

Fortaleza, Ceará, 2006.

Débora Marques da Silva

PIRAMBU E SUAs GEOGRAFIAs

Dissertação apresentada ao curso de mestrado em Geografia do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientadora:
Profa. Dra. Ivaine Maria Tonini

Fortaleza, Ceará, 2006.

Universidade Federal do Ceará

Centro de Ciências

Mestrado em Geografia

Área de Concentração - Dinâmica Territorial e Ambiental

PIRAMBU E SUAS GEOGRAFIAS

Mestranda: Débora Marques da Silva

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Ivaine Maria Tonini (orientadora) – UFRGS

Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues – UFPB

Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas – UFC

Estamos vivendo duas histórias distintas:
a de verdade e a criada pelos meios de comunicação.

O paradoxo, o drama e o perigo estão no
fato de que conhecemos cada vez mais a história
criada pelos meios de comunicação e não a de
verdade.

Ryszard Kapuscinski

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pelo acolhimento e conforto que, diante das minhas orações, têm me fortalecido todos os dias, desde o meu despertar à hora de dormir.

A minha família pelo carinho, pela compreensão, pelo respeito a minha escolha profissional e por tornar o nosso lar um ambiente agradável à realização deste trabalho.

A minha orientadora Ivaine Maria Tonini que, com conhecimento, direcionou o desenvolvimento desta pesquisa e com delicadeza e incansável atenção confiou-me a possibilidade de escolhas através dos nossos diálogos, bem como, passei a encarar o trabalho com mais disciplina.

Aos meus amigos Ângela, Alexandre, Clébio, Edivani, Elizete, Francineila, Leo, Nayara e Veridiana pela amizade, pela contribuição e pela presença em todos os momentos.

A Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) que contribuiu para a realização desta pesquisa.

Resumo

Pirambu e suas Geografias traz uma contribuição no sentido de buscar articulações com outros campos do conhecimento, ao realizar uma investigação geográfica no jornal. A análise das representações ali veiculadas possibilita compreender como este artefato cultural agencia mecanismos na construção dos significados, que levam a captura de leitores, subjetivando-os a uma determinada leitura do espaço geográfico em foco. Nesse contexto, a pesquisa buscou compreender as representações criadas pelo jornal *O POVO* no período de 1990-2005 a partir do referencial teórico fornecido pela Geografia Cultural. O Pirambu está localizado na área litorânea do setor oeste da cidade de Fortaleza/CE. No passado, finais do séc. XIX, o Pirambu era uma área desvalorizada e desprezada pela elite e o poder público, o local foi ocupado por flagelados (vítimas das secas do interior do Estado) dando origem a uma favela isolada da cidade. Esta área não era homogênea no que se referem aos aspectos socioeconômicos dos moradores, apresentando territorialidades diversas (locais de pescadores, de doentes contagiosos, de prostituição e outros), eles viviam de forma precária e sem perspectivas de melhorias da qualidade de vida. Esses significados foram intensificados a partir da década de 1930, quando o bairro Pirambu passou a ser notícia no jornal evidenciando uma área com características de local insalubre, miserável, violento e sem infra-estrutura. Com a construção da avenida Leste-Oeste e a implantação do saneamento básico nos anos 90, gerou-se perspectivas de melhorias para seus moradores. No entanto, as análises permitiram identificar uma certa continuidade da matriz de produção de significados sobre o Pirambu através dos focos temáticos relativos as geografias socioambiental, da moradia e da violência, percebe-se que o passado e o presente se encontram nos significados inscritos nas matérias jornalísticas.

Resumé

Pirambu et ses Géographies apporte une contribution pour la recherche d'articulations avec d'autres domaines de connaissances lors de la réalisation d'une investigation géographique dans ce journal. L'analyse des représentations y écrite rend possible comprendre comment cet artifice culturel gère des mécanismes dans la construction des significats qui conduisent à la capture des lecteurs les subjectivant à une lecture déterminée de l'espace géographique ciblé. Dans ce contexte, la recherche a essayé de comprendre les représentations créées par le journal *O POVO* pendant la période de 1990-2005 à partir du référentiel théorique de la Géographie Culturelle. Le Pirambu est situé sur le littoral ouest de la ville de Fortaleza / Ceará. À la fin du XIX^e siècle le Pirambu était un quartier défavorisé et méprisé par les couches aisées et par le pouvoir public, il a été occupé par des victimes des sécheresses venues de l'arrière pays du Ceará ce qui a donné l'origine à une *favela* isolée de la ville. Dans ce quartier nous pouvions trouver une population diversifiée en ce qui concerne les aspects socioéconomiques des habitants ayant des territorialités diverses (lieux de pêcheurs, de gens atteints de maladies contagieuses, de prostitution et d'autres). Ils y vivaient tous sans aucune espérance d'améliorer leur qualité de vie. Tout cela s'est renforcé à partir des années 1930, quand le quartier de Pirambu a occupé la une des journaux en mettant en relief un lieu insalubre, misérable, violent et sans infrastructure. Avec la construction de l'avenue Leste-Oeste et la mise en place de l'assainissement aux années 1990, des perspectives d'une vie meilleure pour les habitants ont été créées. Cependant, les analyses de cette recherche ont permis d'identifier une certaine continuité de la matrice de production de significats concernant le Pirambu à travers des thèmes qui se rapportent aux géographies socioenvironnementales, au logement et à la violence. Nous nous rendons compte que le passé et le présent se mêlent dans les significats inscrits dans des articles de journaux.

Sumário

Virando a Página do Jornal, 17

Capítulo 1 – Riscos do Olhar, 24

1.1 Lentes Teóricas, 24

1.2 Percurso Investigativo, 37

1.3 Pirambu no Mapa, 42

Capítulo 2 – Dizeres sobre a Mídia e o Jornal, 45

2.1 Centralidade da mídia, 45

2.2 Jornal e fotojornalismo, 49

2.3 A Imprensa escrita no Ceará e *O POVO*, 58

Capítulo 3 – Fortaleza: cidade litorânea dual, 65

3.1 O Centro e o uso residencial, 68

3.2 O uso das funções comercial e administrativa no Centro, 73

3.3 A valorização do litoral, 74

Capítulo 4 – Focalizando o Pirambu, 83

4.1 Quando o Pirambu se torna insalubre, 83

4.2 As práticas do biopoder em Fortaleza e Pirambu, 88

4.3 O Higienismo e a Cidade, 92

4.4 Sitiando o Pirambu, 96

Capítulo 5 – O Pirambu em Pauta, 116

5.1 Uma Geografia Sócioambiental, 117

5.2 Uma Geografia da Moradia, 133

5.3 Uma Geografia da Violência, 153

Fragmentos Finais, 171

Referências Bibliográficas, 175

ANEXO, 184

Lista de Figuras

- 1** Distribuição da média de acesso por dia da semana no site do *O POVO*, 38
- 2** Distribuição da média de acesso por dia do mês no site do *O POVO*, 39
- 3** Localização do Pirambu em Fortaleza, 43
- 4** Os trechos da Avenida Costa-Oeste – Grande Pirambu, 108
- 5** Densidade demográfica dos bairros de Fortaleza, 112
- 6** O mapa do estrago, 126
- 7** Praias impróprias, 131
- 8** Aumento das áreas de risco em Fortaleza, 144
- 9** O mapa das áreas de risco de Fortaleza, 145
- 10** Intervenção do Governo em área de risco, 146
- 11** Projeto Costa-Oeste, 148
- 12** Uso e ocupação no Pirambu, 151
- 13** Violência em Fortaleza, 161
- 14** Localização dos crimes, 162
- 15** Bairros afetados por gangues, 164

Lista de Fotografias

- 1** Lixo na praia, 120
- 2** Lixo na rua, 121
- 3** Deslizamento nas ruas, 124
- 4** Buraco nas ruas, 124
- 5** Rua alagada, 127
- 6** Casas destruídas, 128
- 7** Desabamento de casas, 128
- 8** Casas precárias, 129
- 9** Barracos da praia destruídos, 130
- 10** Casas desordenadas, 135
- 11** Fragilidade das moradias, 135
- 12** Adensamento populacional, 137
- 13** Moradia precária, 141
- 14** Construção da avenida Costa-Oeste, 147
- 15** Serviços diversificados, 152
- 16** Instituições, 152
- 17** Moradias diversificadas, 152
- 18** Infra-estrutura, 153
- 19** Espaços precários para moradias, 153
- 20** Perigo nas ruas do Pirambu, 165
- 21** Homem ferido, 166
- 22** Criança atingida por bala perdida, 167
- 23** Vítima de agressão policial, 168

24 Criança ferida em tiroteio envolvendo a polícia, 168

25 Falta de segurança no bairro, 170

Lista de gráficos

- 1** Pirambu – Abastecimento de água, 104
- 2** Pirambu – Instalação sanitária, 105
- 3** Pirambu – Destino do Lixo, 106
- 4** Os três focos temáticos sobre o Pirambu no jornal *O POVO*, 116
- 5** Problemas Socioambientais no Pirambu, 119
- 6** Moradia no Pirambu, 136
- 7** Violência no Pirambu, 158

Lista de Tabelas

- 1** Fortaleza: área, população e densidade demográfica por bairro da região 1: 2000, 111
- 2** Índice do desenvolvimento humano do município - por bairro (IDHM-B) região 1: 2000, 113
- 3** Os dez bairros com menor renda *per capita* de chefes de família – por ordem crescente Fortaleza/2000, 114
- 4** Fortaleza - domicílios particulares com/sem coleta de lixo - por bairro região 1:2000, 123
- 5** Bairros mais violentos de Fortaleza, 159

Lista de Siglas e Abreviaturas

ANPEGE - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAGECE - Companhia de Água e Esgotos do Ceará

CAJU - Centro de Assessoria Jurídica Universitária

CEARAH Periferia – Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre os Assentamentos Humanos

CEB's – Comunidades Eclesiais de Bases

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente

ENCETUR - Empresa Cearense de Turismo

ex-UDN - ex União Democrática Nacional

FBFF – Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza

FUNCAP - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

HUMANAS - Núcleo de Pesquisas e Estudos em Educação Continuada para o Desenvolvimento das Humanidades

IDHM-B - Índice de Desenvolvimento Humano por Bairro

IPLANCE – Instituto de Planejamento do Ceará

LAPUR - Laboratório de Planejamento Urbano e Regional

NAJUC - Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária da UFC

NUHAB - Núcleo de Habitação e Meio Ambiente

PRODETUR-CE - Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Ceará

PRODETURIS - Programa de Desenvolvimento do Turismo em Área Prioritária do Litoral do Ceará

PRODETUR-NE - Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo na Região Nordeste

SAJU - Serviço de Assessoria Jurídica Popular

SECOM - Secretaria da Comunicação Social

SEMACE - Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará

SEPLA - Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento

SOCRELP - Sociedade Comunitária de Reciclagem de Lixo do Pirambu

UFC - Universidade Federal do Ceará

Virando a Página do Jornal

Virando a página do jornal – título desta apresentação –, me leva a pensar na leitura de uma nova matéria ou na continuidade de uma página anterior. Este pensamento se assemelha à situação que vivenciei durante a escolha da temática da minha pesquisa. Tento descrever um pouco dessa minha história desde o percurso antecedente ao meu ingresso no Mestrado, que possibilitou minha aprovação; a surpresa ao receber a proposta para realizar uma nova investigação e a possibilidade de retornar ao projeto de pesquisa apresentado na seleção.

Para ingressar no Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), propus dar continuidade a uma investigação que desenvolvi na Graduação. Tal pesquisa era um subprojeto denominado: *Grande Pirambu, uma praia infecta? Análise das políticas de saneamento e do turismo na construção da imagem do Grande Pirambu*, vinculado a um projeto maior intitulado: *A Gestão do Saneamento Básico em Fortaleza: o caso do Projeto Sanear*, realizado no Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) do Departamento de Geografia da UFC, do qual participei na condição de bolsista de Iniciação Científica, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no período de 2001-2002.

Neste estudo, constatei que a representação do Grande Pirambu, desde o século XIX até os dias atuais, apresentava significados bastante emblemáticos. Isto foi um elemento marcante para mim, ao ponto de me instigar a dar continuidade a pesquisa neste local. Assim, para a aprovação de Mestrado propus um projeto, cujo objetivo era compreender e aprofundar como ocorreu essa formulação de significados, quem as produziu e se existe uma tentativa de revertê-la mediante as políticas públicas. Intitulei o projeto *A Reversão da Imagem Negativa do Grande*

Pirambu: políticas públicas e as transformações do espaço urbano. Esta temática foi selecionada como uma das condições para meu ingresso no Mestrado.

Alguns meses, após meu ingresso, recebi a proposta para participar como bolsista/tutora do projeto do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Educação Continuada para o Desenvolvimento das Humanidades (HUMANAS), uma parceria da Rede SEB/MEC com a UFC, com o objetivo de promover a formação continuada de professores do ensino básico (Educação Infantil e Ensino Fundamental) pela minha orientadora. Só que tinha uma condição: mudar de temática!

Reconheço que a vida é feita de escolhas e naquele momento pensei na oportunidade de adquirir experiência e obter uma formação no sentido da prática docente. Desse modo, pensei como algo produtivo, positivo para mim. Ao receber, no entanto, a notícia da necessidade de mudança do projeto de pesquisa, o qual deveria ser realizado em Caucaia, município vizinho pertencente à região metropolitana de Fortaleza, onde o HUMANAS direcionava seus estudos, em consequência da minha inserção em suas atividades como tutora. Este momento foi o mais difícil, significava mudança de rota. Questionava: terei tempo? Terei fôlego?

Vinculada ao HUMANAS e ainda cursando as disciplinas no Mestrado, procurei pesquisas que pudessem me ajudar a pensar numa nova problematização. Então coletei pesquisas realizadas nos distritos litorâneos de Caucaia por apresentar aspectos similares da área de estudo. Ao encontrar um relatório do CNPq no Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) do Departamento de Geografia da UFC, denominado *O Processo de Desterritorialização em Cumbuco*, de autoria de Cícera Maria Felipe Fernandes, orientada pela professora Maria Geralda de Almeida, que me direcionou à procura, na Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE), de projetos turísticos realizados na área. A partir da coleta desses dados, pensei em elaborar um projeto de pesquisa no Cumbuco por apresentar pontos em comum com a minha pesquisa; assim poderia adaptá-lo.

Todos esses acontecimentos ocorreram no primeiro semestre do curso, chegando ao segundo semestre (2005.1). Como o HUMANAS era um projeto também em formação, nada estava definido. Para minha felicidade, não era mais ou, quem sabe, os integrantes (tutores) não tinham a obrigatoriedade de realizar pesquisas em Caucaia. Então, retornei a minha pesquisa inicial, mas ainda não me

sentia confortável em dar-lhe continuidade, pois tinha o sentimento do “mal-estar” sobre o que pesquisar muito presente nos meus pensamentos.

Minha orientadora me direcionava na busca de outra perspectiva sobre o Pirambu; eu deveria buscar outro foco de análise. A meu ver, eu teria dificuldades, mas também queria tornar o trabalho mais instigante, já não tinha tanto interesse na minha proposta inicial. Estava aberta a mudanças, mas precisava de um “norte” que até então não vislumbrava.

A única certeza era a abordagem na perspectiva da Geografia Cultural como aporte teórico para a minha pesquisa, algo recente e novo para mim que exigia tempo de leituras e amadurecimento das idéias. Assim fui realizando as leituras indicadas pela minha orientadora para ir garimpando escolhas temáticas sempre procurando pensar numa problemática de estudo. Surgiram alguns temas, como trabalhar com os jovens, mulheres e velhos do Pirambu a partir das leituras de várias pesquisas que abordassem estudos com as comunidades.

Também, nesta etapa de tentar definir uma problematização, acompanhada da minha orientadora, realizamos uma visita ao Pirambu para buscar uma análise capaz de propiciar sustentáculo para uma dissertação. Isso me agradou no sentido de tornar o trabalho mais interessante e atrativo. Como já conhecia o bairro, fomos visitar a Sociedade Comunitária de Reciclagem de Lixo do Pirambu (SOCRELP); pensamos em realizar uma pesquisa com as catadoras de lixo.

Com este intuito, visitei a sede da Cáritas¹ Arquidiocesana de Fortaleza, situada no térreo da Catedral de Fortaleza, no dia 25 de maio de 2005, à procura de informações. Chegando lá, me informaram que naquele momento estava acontecendo o Fórum Estadual: Lixo e Cidadania no Seminário da Prainha. Como era aberto ao público, fui lá em busca de contatos. Então descobri que não havia registros de dados sobre os catadores do Pirambu capazes de subsidiar uma pesquisa. Diante da dificuldade de conseguir indicadores, fui em busca de outro objeto de investigação.

A existência de vários trabalhos sobre o Pirambu, desde monografias a teses em diversos cursos acadêmicos, dentre os quais a maioria abordando o histórico do

¹ Cáritas (Deus é amor) é uma entidade religiosa de rede internacional com sede em Roma, que visa a trabalhar junto aos excluídos, em parceria com outras instituições e movimentos sociais. Presente em 200 países, incluindo o Brasil.

bairro, enfatizando o surgimento dos movimentos sociais na década de 1960, outros trabalhando a questão das políticas públicas implantadas no bairro, só me provocavam a pensar em algo diferente para estudar. Como fazer isto numa área tão peculiar de Fortaleza? Era uma pergunta constante nos meus pensamentos.

Ao ler a pesquisa *Educação nas Lentes do Jornal*, de Saraí Patrícia Schmidt (1999), em que a autora tenta compreender como os jornais produzem e disseminam a educação por meio das imagens fotográficas, que direcionam o leitor a um discurso construído culturalmente, ou seja, a matéria de jornal como produtora de uma suposta verdade, me senti motivada para fazer uma pesquisa nessa direção. Assim, pensei em realizar um trabalho analisando o jornal, uma vez que já possuía alguma familiaridade desde a realização da minha monografia de Bacharelado.

O estudo de Schmidt (1999) me proporcionou outra visão sobre o jornal pela perspectiva de produtor de subjetividades. A partir disso, percebi que o jornal não é um produto qualquer. Ele não é só consumido por sua capacidade de informar, mas de formar opinião, constituir significados e tudo o mais que está relacionado ao desejo das pessoas de saber o que está acontecendo no mundo em que vivem e se posicionarem nele. Desde então, comecei a me sentir motivada a analisar a representação do Pirambu a partir dos jornais, ou melhor, tentar entender quais os significados produzidos pelos discursos ali veiculados.

Na feitura de um artigo, no mês de agosto de 2005, para o VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) realizado no período de 28 a 30 de setembro, foi o momento em que a pesquisa se definiu. Foi uma corrida contra o tempo: li cerca de quarenta jornais para escrever o artigo intitulado *A Geografia do Pirambu nas Lentes dos Jornais*. Nesse texto, procurei problematizar sobre o tema.

Juntamente com a produção desse artigo, é importante ressaltar as contribuições, mais contingenciais, advindas do Seminário de Dissertações e Teses, promovido pelo nosso Mestrado, *Publicidade e Narcisismo: entre a Lógica do Mercado e a Lógica do Desejo*, de Maria de Fátima Vieira Severiano, e da disciplina *Litoral e sertão: representações nos espaços midiáticos*, ministrada pela minha orientadora, foram decisivas para a consolidação dessa pesquisa, principalmente no que tange ao referencial teórico-metodológico.

Ao entrar em contato com a obra de Michel Foucault, mais precisamente sobre os conceitos de discurso e poder, meu olhar tomou outro rumo. Foram eles que me deram suportes para esta investigação, uma vez que analiso o discurso de jornal e as relações de poder estabelecidas, ou seja, em que lugar se desenvolve, que estratégias são utilizadas, quais os significados constituídos.

Quase no final dessa trajetória, me desvinculei do HUMANAS em setembro de 2005 e tornei-me bolsista pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

Até este momento, comentei sobre o meu percurso na pesquisa, acerca dos encontros, desencontros e reencontros que me levaram à escolha do objeto de pesquisa. Teria sido bem mais fácil e rápido se tivesse percorrido caminhos investigativos mais seguros e já traçados, uma vez que já vinha realizando estudos desde a graduação; ou seja, ir ao encontro do que já havia pesquisado. A mudança de orientação e de pesquisa provocou um desencontro de toda ordem que me conduziu para outro caminho nunca pensado, mas que permitiu o reencontro com o Pirambu, de trabalhar com alguns elementos da pesquisa inicial, só que em outros patamares de reflexão.

Enfim, chegamos a um denominador comum: permaneceríamos com a área de estudo inicial, aquela proposta no projeto de seleção para ingresso no Mestrado, mas com outras ferramentas analíticas. Retornar o direcionamento da pesquisa para um lugar que eu já havia estudado, no entanto, não representava tanta tranqüilidade, pois havia agora a necessidade de elaborar uma nova problematização de pesquisa.

Ao procurar estudos sobre o Pirambu em jornais, encontrei dois trabalhos acadêmicos interessantes: *Em busca de Reconhecimento: estratégia de inserção e cultura urbana – o exemplo da favela do Pirambu (1930–1970)*, resumo da tese de doutorado de Pádua Santiago, professor do curso de História da Universidade Estadual do Ceará, no qual ele analisa inserção do bairro Pirambu na cultura urbana a partir de uma cultura desenvolvida no próprio bairro. Assim, utiliza artigos de vários tipos de jornais de Fortaleza, desde 1928 a 1991, mostrando, principalmente, o papel da Igreja na construção de uma outra imagem do Pirambu; *A Violência Urbana em Fortaleza: o caso do Pirambu*, monografia de Francisco Giovanni Moreira Lima, estudante de Geografia da Universidade Federal do Ceará, no qual procura examinar nos jornais os tipos de violência cometidos no Pirambu, no período de dez

anos (1977–1987). Estas pesquisas também me instigaram a utilizar o jornal como material a ser analisado.

Apreendi a compreender o jornal não só como um instrumento de comunicação de informação, mas também como meio produtor de significados, cujo campo discursivo articula palavras e fotografias para instituírem um conhecimento. Assim, comecei a perceber o jornal como espaço de lutas para colocar em prática uma política de representação. Neste jogo, o conhecimento vai sendo elaborado e reelaborado nas relações de poder, que seguem práticas econômicas, sociais e culturais.

Mesmo que procure ter certa precaução de não considerar o jornal como todo-poderoso na produção de significados sobre o Pirambu, suas matérias não podem ser caracterizadas por falta de intencionalidade ou por ingenuidade. Os jornais naturalizam “verdades” sobre a realidade, razão por que devemos estar atentos sobre o que está sendo veiculado.

Nesse sentido, o significado não existe no mundo, não é encontrado como algo vagando, o qual basta pegarmos para colocar sobre as coisas, sobre os objetos em si. Isso “não quer dizer que ele não tenha existência material, mas é dizer que as coisas têm o seu significado não resultante de sua essência natural, mas de seu caráter discursivo” (HALL, 1997a, p.29). O significado sobre as coisas é o produto da forma como nós socialmente as construímos a partir dos “jogos de linguagens e dos sistemas de classificação nos quais as coisas são inseridas”² (HALL, 1997b, p.29) em nossas práticas.

Com este entendimento, orientei minha perspectiva em busca do que estava sendo veiculado sobre o Pirambu nos jornais. À medida que lia as reportagens, observando as fotografias, percebi que ali estava sendo posto um determinado conhecimento sobre o Pirambu demarcado por certa regularidade nos seus significados, tanto de ordem espacial como temporal. A intenção não é discutir a existência ou não de uma suposta verdade que expresse a realidade do Pirambu no jornal, mas, sim, problematizá-la, mostrando que é uma produção histórica e cultural.

Nessa perspectiva, intitulamos a pesquisa: *Pirambu e suas Geografias*. A pesquisa tem por finalidade examinar quais são as representações que o jornal

² Tradução realizada por Ricardo Uebel.

elabora sobre o Pirambu no período de 1990 a 2005, por meio do mapeamento das estratégias acionadas para a feitura dos marcadores; da identificação de uma matriz para a produção de significados e apontar reflexões sobre os achados.

Este trabalho traz contribuição no sentido de buscar articulações com outros campos do conhecimento, ao realizar uma investigação geográfica no jornal. A análise da representação espacial ali veiculada possibilita compreender como este artefato cultural busca mecanismos na formulação dos significados, que levam à captura de leitores, subjetivando-os a uma determinada leitura do espaço geográfico em foco.

Diante disso, este estudo tem como problemática investigativa examinar a produção discursiva do Pirambu no jornal *O POVO*. Pretendemos mostrar e discutir os significados levantados sobre ele.

Assim, buscamos contribuir para o desenvolvimento de estudos de Geografia, mais especificamente, nas questões relativas ao processo de fabricação do conhecimento, a partir de visões sobre as fotografias inscritas nas matérias jornalísticas, mediante os seguintes objetivos:

- ↳ identificar as representações que o jornal *O POVO* elabora sobre o Pirambu, por meio das fotografias, títulos e legendas, no período de 1990 a 2005;
- ↳ mapear e analisar as estratégias acionadas para formular as representações;
- ↳ identificar a existência de uma matriz nesta produção; e
- ↳ estabelecer reflexões dos discursos jornalísticos sobre o Pirambu.

Capítulo 1

Riscos do Olhar

Olhar, observar, ler, tentar compreender como os significados produzidos sobre o Pirambu vão sendo elaborados nos textos jornalísticos são os desafios que instigam esta pesquisa, e é um dos tantos caminhos possíveis de uma pesquisa. Qualquer que seja a escolha da perspectiva é sempre um risco, pois fazer escolhas é decisão quase isolada que temos de realizar.

Ao começar a desenvolver esta pesquisa, percebi ser necessário entender alguns conceitos e algumas teorias para compreender a problemática de pesquisa. Neste capítulo, procuro mostrar os lugares teóricos que percorri e como estabeleci o caminho das análises.

1.1 Lentes Teóricas

Ao inscrever este estudo no campo da Geografia Cultural, mais especificamente, em uma vertente que discute e questiona a elaboração do conhecimento, tem como intuito compreender como os discursos do jornal sustentam e consagram dizeres sobre o Pirambu.

Sinais da Geografia Cultural são encontrados desde o século XIX³, período em que os estudos sobre os povos e os lugares apresentavam abordagens descritivas, nos quais o termo cultura estava ligado às técnicas desenvolvidas pelo homem para sobreviver em determinada área geográfica, ou seja, os autores buscavam entender como o homem se adaptava e desenvolvia técnicas para modelar determinada paisagem sem considerar a subjetividade humana.

³ Para saber mais sobre a história da Geografia Cultural, ver em Claval (1999); Corrêa e Rosendhal (2003) e Gomes (1996).

Algumas décadas depois, esse tipo de análise já não respondia à realidade, o que causou a crise da Geografia Cultural por volta de 1950 e 1960. É a partir de 1970, que ela considera que o homem atribui valores aos lugares, ou melhor, os lugares recebem significado e são representados a partir do pensamento humano, de seus sonhos, do modo e experiência de sua vida. Nesse contexto, busco uma reflexão sobre esses dois momentos: os iniciais e a renovação da Geografia Cultural. Assim, tomo emprestado de Claval (1999) algumas concepções da trajetória da Geografia Cultural.

As atuais lentes fornecidas pela Geografia Cultural permitem verificar a influência humanística, nos estudos geográficos, ao perceber o espaço como um lugar que possui significações constituídas na cultura. Essa abordagem foi retomada nos estudos geográficos a partir de 1960, cujos trabalhos iniciais ocorreram na Geografia Tradicional, mais precisamente pelos estudos realizados por Carl Ortwin Sauer⁴, na Década de 20 do século XX. Ela diferencia da atual por perceber a cultura somente como algo material inscrito na paisagem.

O deslocamento teórico da Geografia Cultural contemporânea está mais voltado para outro entendimento de cultura. Claval (2001) comenta sobre isto, ao dizer que

(...) as transformações que começam a afetar os estudos culturais conduzidos pelos geógrafos a partir do início da década de 1970 repousa sobre uma mudança completa de atitudes e nasceu da contestação de que as realidades que refletem a organização social do mundo, a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais são puramente materiais (p. 39).

⁴ Quanto à Geografia Cultural nos Estados Unidos, teria começado com os estudos de Carl Ortwin Sauer (1889-1975), ao fundar outra escola americana trinta anos após os primeiros trabalhos alemães: a escola de Berkeley. Sauer rompe com os métodos de pesquisa da Middle West (escola americana que ignorava totalmente os trabalhos alemães sobre paisagem e relações entre cultura e espaço) com o artigo *The Morphology of Landscape* (1925).

É neste artigo, segundo Claval (1999, p.31), que Sauer critica as sociedades modernas indiferentes à natureza, mas, como os alemães, ele ignora as instâncias sociais e psicológicas da cultura, vendo-a “como o conjunto de instrumentos e de artefatos que permite ao homem agir sobre o mundo exterior, mas vai mais longe que eles [geógrafos alemães e franceses]: a cultura também é composta de associações de plantas e de animais que as sociedades aprenderam a utilizar para modificar o ambiente natural e torná-lo mais produtivo”.

Nessa perspectiva, segundo o autor, a Geografia Cultural busca interrogar-se sobre o significado da presença humana no mundo, a natureza, a sociedade e as paisagens por meio das quais essas entidades se exprimem.

A partir de 1980, a Geografia Cultural introduz uma preocupação em suas análises, baseada na centralidade da cultura para explicar o espaço geográfico, ao entender que os valores compartilhados culturalmente entre os povos produzem espaços geográficos diferenciados a partir disso. Eles não podem ser vistos somente como materiais visíveis da paisagem, mas também como valores que dão significados, que territorializam a economia, que dão sentido aos costumes e hábitos de vida. Claval (1997, p. 59) me auxilia neste entendimento, ao comentar que “aproximar-se da Geografia Cultural é, antes de mais nada, captar a idéia que temos do ambiente próximo, do país e do mundo. É se interrogar em seguida sobre a maneira como as representações são construídas, sobre o papel que provocam”.

A Geografia Cultural, ao tomar esta nova direção, passou a se interessar pelo que ocorre no espírito do homem que compreende os lugares a partir das representações. Para Claval (1997),

(...) as representações que o indivíduo recebe através de sua educação, que ele aprende no contato com os outros, que ele constrói e que reinterpreta, constituem um universo mental que se interpõe entre as sensações recebidas e a imagem construída em seu espírito. As representações fornecem malhas para apreender o real. Elas permitem superpor ao aqui e ao agora os algures, que são sociais, geográficos ou metafísicos. Elas dão origem a valores e instituem uma ordem normativa (p. 93).

Nesse sentido, ao analisar o jornal, percebe-se que o leitor (indivíduo) também aprende e apreende uma suposta realidade sobre determinado assunto ou espaço geográfico a partir do que é dito por este veículo de comunicação, no qual apresenta linguagens como a imagem e a escrita, elaborando representações como verdade única, objetivando serem assimiladas pelo coletivo.

Nesse contexto, a compreensão da proposta de análise da Nova Geografia Cultural possibilita esta investigação, pois ela ressalta o homem no centro de sua análise, elaborada em torno de três eixos igualmente necessários e complementares, como apontam Claval (1997) e Gomes (1996): primeiro, ela parte

das sensações e das percepções; segundo, a cultura é estudada sob a óptica da comunicação, que é, pois, compreendida como uma criação coletiva; terceiro, a cultura é apreendida na perspectiva da elaboração de identidades; insiste-se, então, no papel do indivíduo e nas dimensões simbólicas do coletivo.

Os estudos de Denis Grosgrave da Inglaterra e de James Duncan dos Estados Unidos, dentre outros, considerados os expoentes dessa nova perspectiva, foram influenciados pelo historiador inglês Raymond Williams, um dos fundadores, na Inglaterra, dos Estudos Culturais, escola que se difundiu pelos Estados Unidos, Canadá e Austrália.

A Geografia Cultural revestida por uma nova perspectiva teórica tem como uma de suas fontes inspiradoras os Estudos Culturais. É entre o cruzamento da Geografia Cultural e dos Estudos Culturais que encaminho a investigação deste estudo, ao tentar compreender a elaboração da imagem do Pirambu a partir do fotojornalismo. E o que são os Estudos Culturais? Para trazer melhor compreensão, me aproprio da concepção de Costa (2000a, p. 13), ao comentar que “são saberes nômades, que migram de uma disciplina para outra, de uma cultura para outra, que percorrem países, grupos, práticas, tradições, e que são capturados pelas cartografias consagradas que tem ordenado a produção do pensamento humano”.

A Escola dos Estudos Culturais⁵ surgiu na Grã-Bretanha, no final da década de 1950, como contraposição ao conceito de cultura da tradição arnoldiana e levisista, ao considerar como cultura o melhor que se tenha pensado e dito. Os Estudos Culturais se contrapunham a esses conceitos de cultura erudita, valorizando a cultura popular relacionada àqueles supostamente desprovidos de cultura.

Gradativamente a cultura deixa de ser domínio de erudição e passa a contemplar o gosto pela multidão, principalmente com os Estudos Culturais, que vão trazer novo entendimento dessa expressão. Assim, Hall (1997a), diz:

Na ótica dos EC as sociedades capitalistas são lugares de desigualdade no que se refere a etnia, sexo, gerações e classes,

⁵ Na década de 1960, na Grã-Bretanha, ao conjunto de pesquisas denominado Estudos Culturais, cuja institucionalização ocorre, inicialmente, no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (Centre for Contemporary Cultural Studies) da Universidade de Birmingham - fundado em 1964 por Williams e Hoggart e, posteriormente, nos cursos e publicações de várias fontes e lugares (COSTA, 2000a, p. 21).

sendo a cultura o *locus* central em que são estabelecidas e contestadas tais distinções. É na esfera cultural que se dá a luta pela significação, na qual os grupos subordinados procuram fazer frente a imposição de significados que sustentam os interesses dos grupos mais poderosos. Nesse sentido, os textos culturais são o próprio local onde o significado é negociado e fixado (p. 18).

Neste contexto, os Estudos Culturais valorizam a cultura da sociedade, e não mais a cultura elitista pertencente a uma minoria. Também surgiram formas culturais, como a televisão, publicidade, revistas e jornais de grande tiragem e circulação que levaram à redução da cultura imposta pela elite. Assim, a população passa a ser influenciada pelas representações criadas por estas novas formas de cultura.

Os Estudos Culturais, diferentemente de outras perspectivas teóricas, percebem a cultura num sentido mais amplo pois, direcionam a visão para diversas práticas culturais, que passam a ser entendidas como instancias produtoras de um saber, idéias, representações, sendo, assim, constitutivas das pessoas.

Essa perspectiva ampliada do termo cultura tem relação com a linguagem. Hall (1997a) comenta que a linguagem passa a ser vista como atuante na elaboração dos fatos e não simplesmente no seu relato, na nomeação dos fatos. Para o autor, através da linguagem dá-se sentido às coisas e são produzidos significados, instituindo as representações.

Comumente, ao se pensar em representação, rapidamente se imagina como uma imagem refletida no espelho real, que dá conta de mostrar com exatidão o objeto. Os Estudos Culturais não têm como finalidade o espelhamento da realidade, a representação não é vista como algo diante do espelho, como reflexo das coisas em si, mas uma elaboração operada a partir de uma teia de significações instituídas e postas em circulação por meio das linguagens. Desse modo, Hall (1997b) anota que não existe único significado sobre as coisas, acerca do mundo; ele flutua nas práticas culturais.

Para o autor, “damos significados as coisas através da forma como representamos – as palavras que usamos, as histórias que contamos acerca das coisas, as imagens que produzimos, as emoções que associamos às mesmas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, os valores que damos” (p. 3) e é

nesse sentido que a cultura passa a ter uma centralidade nos jogos de poder atuantes na elaboração da representação.

Além da ênfase aos estudos da cultura, temáticas como racismo, sexualidade, religiosidade, geração, gênero entre outros, os Estudos Culturais também se preocupam com o avanço tecnológico e a disseminação de artefatos culturais, que correspondem à televisão, telemáticas e textos jornalísticos.

São inúmeras as análises possíveis neste campo teórico. As pesquisas mais recentes apresentam conexões com a abordagem pós-estruturalista e com as concepções de poder e discurso de Michel Foucault. Tais entrelaçamentos possibilitam utilizá-las como ferramentas teóricas para auxiliar no entendimento da produção do conhecimento.

Um dos tópicos apresentado por Claval (1999) para designar as mudanças investigativas da Geografia Cultural é o entendimento da cultura também como discurso. Apesar de ser muito principiante esta abordagem, nas pesquisas geográficas, ela contribuiu para minha reflexão, juntamente com o auxílio de filósofos contemporâneos⁶.

Para esta operacionalidade, é necessário o uso de algumas ferramentas analíticas, as quais funcionam como chaves mestras: discurso e poder. Assim, meu entendimento sobre poder e discurso passam a ser comentados.

Ao abordar a noção de poder, busco o entendimento a partir do livro *Microfísica do poder*, de Michel Foucault. Embora ele não tenha tratado do poder em relação aos meios de comunicação, como aponta Fischer (2000), o autor comenta cinco características da verdade imposta em nossa sociedade. Uma delas é “produzida e transmitida sobre o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos como a universidade, o exército, a escritura e os meios de comunicação”. Isso explica a possibilidade de realizar pesquisa sobre a mídia, pois são os meios de comunicação considerados como produtores de um saber que também funciona como uma instituição controladora da

⁶As preocupações de certos filósofos contemporâneos vão no mesmo sentido: “eles atribuem um grande peso ao papel dos discursos na vida coletiva e o transformam no seu objeto preferido de estudo. Assiste-se, assim, de Roland Barthes e de Michel Foucault a Jacques Derrida, ao desenvolvimento de uma nova epistemologia. Colocando a ênfase sobre a língua e sobre a maneira como as pessoas falam do mundo ou falam o mundo, ele oferece àqueles que criticam o neopositivismo a possibilidade de fazer um trabalho rigoroso, mas sem impor ao real enquadramentos que o traiam” (CLAVAL, 1999, p. 55).

vida social. No caso do jornal, é um instrumento que produz discursos consumidos pelos leitores como verdades.

Foucault (1995, p. 243) aponta o poder como:

(...) um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações.

O exercício do poder é um modo de ação de alguns sobre os outros. Esse poder não se conduz pela violência, nem pela renúncia da liberdade nem pelo poder de todos e de cada um delegado a alguns. A relação de poder não renuncia à liberdade, pois necessita de sujeitos individuais e coletivos livres que apresentam um campo de possibilidade onde diversas condutas podem acontecer e, quanto ao poder, ele não pertence a ninguém, está em todo lugar e varia na história. Relativamente à localização do poder, Foucault (1996, p. 12) comenta:

(...) os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Daí a importante e polêmica idéia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação.

Essa relação de poder presente em todas as instâncias, dominando até o menor elemento da sociedade, também é objeto de resistência contra o próprio exercício, como aponta Foucault (1996, p. 14), ao expressar que “qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce

como uma multiplicidade de relações de forças. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social”.

É como ocorre com o jornal impresso, considerado um instrumento que exerce determinada ação sobre o leitor, impondo como ele deve pensar, que assuntos serão discutidos. Desse modo, o leitor é conduzido a pensar sobre o que está sendo dito, aceitando ou rejeitando e o que não foi dito, não está em pauta, também são discursos.

Nesse contexto, observei que o Pirambu, quase sempre, aparece nos discursos do jornal atrelado a representações que empanam a sua imagem, levando o leitor a noção de um espaço problemático.

O entendimento de discurso também acontece por meio do conceito estabelecido por Foucault em seu livro *A Arqueologia do Saber*. Para o autor, é preciso pôr em xeque as sínteses acabadas dos saberes, aceitas antes de qualquer exame. É necessário nos inquietarmos com os discursos normalizados, por isso, devemos nos desprender das noções de tradições, de influência, de desenvolvimento, de evolução e do espírito. E, em vez de utilizar o termo teoria, devem-se usar regras de formação (formação dos objetos, das modalidades de enunciação, dos conceitos e das estratégias) que são condições para a formação do discurso.

Dentre essas regras de formação do discurso, são apontadas as modalidades de enunciação por apresentarem três elementos fundamentais para refletir sobre a pesquisa: 1) a quem pertence o discurso? 2) Em que lugar esse discurso se legitima? 3) E qual a posição do sujeito em relação aos diversos domínios?

A primeira pergunta está relacionada ao direito regulamentar e juridicamente aceito do indivíduo em proferir determinado discurso. A exemplo disso, é o saber jornalístico que autoriza e legitima a produção de enunciados e enunciações jornalísticas. Tudo o que foi e está sendo veiculado no jornal *O POVO* sobre o Pirambu pelos profissionais do campo jornalístico estão vinculados a regras discursivas da Empresa.

Também sobre isto Bourdieu (1982) anota que o discurso é pronunciado por uma pessoa autorizada a emitir determinados enunciados,

A maior parte das condições que devem ser cumpridas para que um enunciado performativo tenha sucesso se reduzem a adequação do locutor - ou melhor, da sua função social – e do discurso que ele pronuncia: um enunciado performativo é colocado em cheque todas às vezes que ele não foi pronunciado por uma pessoa tendo o “poder” de o pronunciar, ou, mais geralmente, todas as vezes que “as pessoas ou circunstâncias particulares” não são aquelas que convêm [...], em suma, todas às vezes que o locutor não tem autoridade para emitir as palavras que ele enuncia (p. 109)⁷.

Nesse sentido, o autor mostra que o discurso do locutor se torna regime de verdade quando é legitimado, ou seja, quando o enunciado é emitido pela pessoa juridicamente autorizada, habilitada e apta a produzi-lo, sendo conhecida e reconhecida pelos receptores, ou melhor, por aqueles que o reconhecem.

Normalmente, são profissionais do campo jornalístico⁸ que elaboram os discursos, mas estão sujeitos às normas de um editor⁹ ou conselho editorial, sendo o trabalho direcionado e controlado pela empresa, ou seja, atende aos interesses de grupos sociais dominantes, principalmente do proprietário da empresa e de políticos.

O jornal também serve de instrumento de informação, sendo provedor de vários discursos¹⁰, disseminados como verdades aos diferentes leitores. Ao entrar em contato com dizeres sobre o Pirambu, o leitor, mesmo sem conhecê-lo, passa a atribuir-lhe valores, partindo do que é expresso nos jornais, pela credibilidade que este veículo possui ao utilizar fontes ditas seguras. Assim, o discurso jornalístico exerce determinado poder ao produzir significados.

Segundo Foucault (1996), não há saber neutro; todo saber é político e o fundamental da análise é que saber e poder se implicam: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício de poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber.

⁷ Tradução nossa.

⁸ Traquina (2005, p. 20) concebe o “campo jornalístico como o conjunto de relações entre agentes especializados na elaboração de um produto específico conhecido como a informação”.

⁹ Conforme Lage (1993, p. 57) editor é o “profissional que chefia e controla uma unidade de produção editorial, responsável pelo gatekeeping: decisão sobre o que vai ou não ser publicado”.

¹⁰ Segundo Revel (2005, p. 37), Foucault entende o discurso como “um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns”.

No caso do jornal, ele não é apenas um local de informação e transmissão dos acontecimentos, mas também um instrumento de produção de conhecimentos e que possuem certas estratégias de regulação ante o leitor que visam a orientar e estabelecer saberes. De modo geral, os recursos textuais e imagéticos estão envolvidos em formas de poder/saber e contribuem para a produção de significados.

Isto mostra como o discurso jornalístico elabora o conhecimento. Para Fischer (2001), os discursos não só nos constituem, eles nos subjetivam, nos dizem “o que dizer”, como também são alterados, em função de práticas sociais e econômicas muito concretas. Tudo isso envolve primordialmente relações de poder.

Essa relação de poder presente no discurso do jornal leva ao entendimento de como o poder é exercido sobre os sujeitos por intermédio dos discursos que os conduzem a comportamentos.

O segundo ponto das modalidades de enunciação constitui os lugares institucionais como lócus de aplicação do discurso, que podem ser os vários tipos de mídia. No caso desta investigação, o jornal impresso foi o lugar ou o instrumento de operação dos discursos analisados.

No jornal *O POVO*, o discurso sobre o Pirambu combina imagem e textos escritos, reforçando suas verdades, o que promove a constituição de representações sobre este bairro, ou seja as representações sobre o bairro já existiam e o jornal faz uma releitura.

A fotografia jornalística é uma mensagem constituída por uma fonte emissora, um canal de transmissão e um meio receptor. Barthes¹¹ (1990) explica cada um deles:

A fonte emissora é a redação do jornal, seu grupo de técnicos, dos quais alguns fazem a foto, outros a selecionam, a compõem e retocam e outros, enfim, a intitulam, a legendam, a comentam. O meio receptor é o público que lê o jornal. E o canal de transmissão é o próprio jornal, ou, mais exatamente, um complexo de mensagens concorrentes cujo centro é a fotografia; os complementos que a circundam são o texto, o título, a legenda, a diagramação e, de

¹¹ Os estudos de Roland Barthes direcionam-se para uma abordagem mais semiótica nas análises dos artefatos culturais; isto é, referem-se aos sinais, aos códigos específicos de cada tipo de artefato. Nesse sentido, utilizo seus estudos para entender o posicionamento da fotografia, título e legenda no jornal.

maneira mais abstrata, mas não menos “informante”, o próprio nome do jornal (p.11).

Nesse contexto, percebe-se a importância da fotografia na constituição de uma notícia ou reportagem¹² vindo, quase sempre, acompanhada da escrita. Apesar da predominância da cultura da imagem na sociedade nos últimos anos, a escrita ainda apresenta importância na elaboração do significado.

No passado, a imagem servia de suporte para reforçar o texto, mas hoje o texto é o elemento que pode auxiliar na produção dos significados da imagem. Como relata Barthes (1990), hoje o texto torna a imagem mais pesada, impõe-lhe uma cultura, uma moral, uma imaginação. O texto, embora possa ser visto como uma mensagem parasita, também se destina a conotar a imagem, isto é, “insuflar-lhe” um ou vários significados.

Quanto à fotografia jornalística, Barthes (1990) e Hall (2003) concordam com a possibilidade de dois tipos de mensagens que se complementam pelo discurso elaborado pelo jornal: denotada e a conotada. Para ambos, a mensagem denotada consiste na fotografia ou imagem em si que tenta imprimir a mais pura realidade sem a presença de código. Quanto à mensagem conotada, assinalam está relacionada à imposição de novos significados à mensagem fotográfica ou imagem, onde o texto contribui para esse processo, promovendo sentidos diferenciados. Segundo Barthes (1990), a posição do texto em relação à imagem apresenta a intensidade de conotação:

(...) quanto mais próxima está a palavra da imagem, menos parece conotá-la; devorada, de uma certa forma, pela mensagem iconográfica, a mensagem verbal parece participar de sua objetividade: a conotação da linguagem “purifica-se” através da denotação da fotografia; é bem verdade que nunca se dá uma incorporação verdadeira, pois que as substâncias das duas estruturas (aqui gráfica, lá icônica) são irreduzíveis; mas provavelmente, haverá uma gradação na amálgama; a legenda tem, provavelmente, um efeito de conotação menos evidente do que a manchete ou o artigo; título e artigo separam-se sensivelmente da

¹² Para Pena (2005, p. 76), a definição de reportagem quase sempre é constituída em comparação com a notícia. Enquanto Lage (1993) considera a notícia como o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, sua estrutura é lógica e o interesse envolvido em sua produção é ideológico. A reportagem é um “gênero jornalístico que consiste no levantamento de assuntos para contar uma história verdadeira, expor uma situação ou interpretar fatos” (p. 61).

imagem, o título por seu destaque, a imagem por sua distância; um porque delimita; outro porque afasta o conteúdo da imagem; a legenda, ao contrário, por sua própria disposição, por sua extensão limitada, para duplicar a imagem, isto é, participar de sua denotação (p. 20).

É pelo título dado às fotografias que o discurso jornalístico tenta fixar a significação, atribuindo ou reforçando valores ao ícone.

A terceira modalidade de enunciação refere-se à posição do sujeito, pois é possível o indivíduo ocupar posição em vários discursos. Conforme Foucault (1997, p. 61-62),

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinados a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos.

Nesse contexto, o indivíduo é sujeito aos diversos discursos, dos quais só será se compartilhar o que ali está sendo posto. O jornal, ao veicular matérias¹³ sobre o Pirambu endereça discursos cujo objetivo é único: a tentativa de que todos, ou pelo menos, a maioria, assimile a mensagem da mesma forma. Os significados, no entanto serão assimilados pelos diferentes leitores distintamente, ou seja, serão incluídas ou excluídas e interpretadas distintamente pelo leitor. Esta leitura vai depender do saber do leitor¹⁴.

Para tanto, é necessário que o leitor tenha o que Kellner (2001) denomina de alfabetização crítica em relação à mídia, em que “precisamos aprender a ler essas imagens, essas formas culturais fascinantes e sedutoras cujo impacto massivo sobre nossas vidas apenas começamos a compreender“ (p. 109).

¹³ Nesta pesquisa, utilizarei particularmente e de forma indistinta, a expressão “matéria jornalística” como o resultado da ação do jornalista.

¹⁴ Barthes (1990, p. 23) afirma que “graças ao código de conotação, a leitura da fotografia é, pois, sempre histórica; depende sempre do “saber” do leitor, tal como se fosse uma verdadeira língua, inteligível apenas para aqueles que aprenderam seus signos”. Também acrescenta que a leitura depende da cultura, do conhecimento que se tem do mundo, e é “provável que uma boa fotografia jornalística (todas o são, porque selecionadas) jogue com o suposto saber de seus leitores, escolhendo as cópias que tragam maior quantidade possível de informações desse tipo, de modo a tornar a leitura mais agradável”.

Dois processos da troca comunicativa que ocorre na mídia são comentados por Stuart Hall (2003): a codificação ou produção de mensagens realizada pelas instituições da mídia na qual se inserem os interesses de grupos dominantes e a decodificação ou recepção, que consiste no modo como o público utiliza ou decodifica a mensagem para criar significados. É necessário, no entanto, dar ênfase ao entendimento do segundo processo da troca comunicativa, uma vez que se busca compreender a recepção dos discursos jornalísticos por parte dos leitores e a naturalização dos significados acerca do Pirambu.

O discurso produzido pela matéria jornalística deve ser apropriado de forma significativa na decodificação ou recepção, para que possa ter efeito. Assim, Hall (2003) acentua que é esse conjunto de significados decodificados que “tem um efeito”, influencia, entretém, instrui ou persuade, com as conseqüências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas e comportamentais muito complexas. Quando há decodificação, diz-se que houve equivalência no processo de codificação/decodificação, ou seja, o significado passa a ser naturalizado,

mas não devemos deixar que as aparências nos enganem. Na verdade, o que os códigos naturalizados demonstram é o grau de familiaridade que se produz quando há um alinhamento fundamental e uma reciprocidade - a consecução de uma equivalência - entre os lados codificador e decodificador de uma troca de significados. O funcionamento dos códigos, no lado da decodificação, irá freqüentemente assumir o status de percepções naturalizadas (HALL, p. 393).

O autor apresenta a imagem fotográfica¹⁵ como um exemplo de código naturalizado. Esse código reproduz reconhecimento aparentemente natural, o que enseja um efeito ideológico de encobrir as práticas de codificação presentes.

Partindo dessa análise da equivalência entre a codificação/decodificação, percebe-se que os discursos do jornal (não só pelo texto que permite transmitir o que se objetiva, mas, também, a partir da leitura dos códigos de naturalização, como

¹⁵ Hall (2003), ao citar Eco, denomina de signo icônico que parece com objetos do mundo real porque reproduzem as condições perceptivas (ou seja, os códigos) de quem os vê. Assim ele aponta dois exemplos desses signos: a imagem fotográfica e a televisão. Signos icônicos são, entretanto, particularmente vulneráveis a serem “lidos” como naturais, porque os códigos de percepção visual são amplamente distribuídos e porque esse tipo de signo é menos arbitrário do que o signo lingüístico (p. 394).

a fotografia jornalística) elaboram significados sobre o Pirambu que estão sendo reforçados e naturalizados pelo leitor.

O jornal é entendido como um tipo de mídia¹⁶ que veicula diversos saberes e tem seu próprio saber. A compreensão do saber jornalístico contribui para o entendimento de como o jornal é produzido nas empresas, distribuído e consumido pelos leitores. Nesse contexto, a produção e a recepção constituem os elementos mais relevantes, uma vez que a presente pesquisa busca compreender a elaboração de representações sobre o Pirambu a partir das relações de poder estabelecidas entre o discurso produzido no jornal e o leitor.

Assim, ancorada por esses *leitmotifs* examino os discursos jornalísticos sobre o Pirambu procurando entender seus direcionamentos, pontos de parada e marcações.

1.2 Percurso Investigativo

O jornal não tem caráter só informativo, ele é potencialmente constituidor de referências econômicas, sociais e culturais. Os discursos veiculados nos jornais produzem mecanismos capazes de indicar as práticas sociais de variados leitores. Tal ação é denominada por Fischer (2001) como “pedagogização da mídia”, que nos envolve em todas as circunstâncias de vida.

Sem a intenção de buscar certezas ou produzir prescrições sobre como se processa a elaboração do significado sobre o Pirambu no jornal, antes espero aprender trilhar percursos novos e diferentes de observação, inventados na conexão das leituras e das interrogações formuladas pelas lentes teóricas que embasam esta pesquisa. As matérias jornalísticas estão publicadas em um tempo histórico, ocupando um espaço informativo peculiar e suas singularidades suscitam o desafio de encontrar caminhos investigativos novos. Assim, o delineamento metodológico do estudo pretende levantar e estudar as matérias publicadas no jornal, que trazem à pauta temáticas que fabricam representações e posicionam identidades.

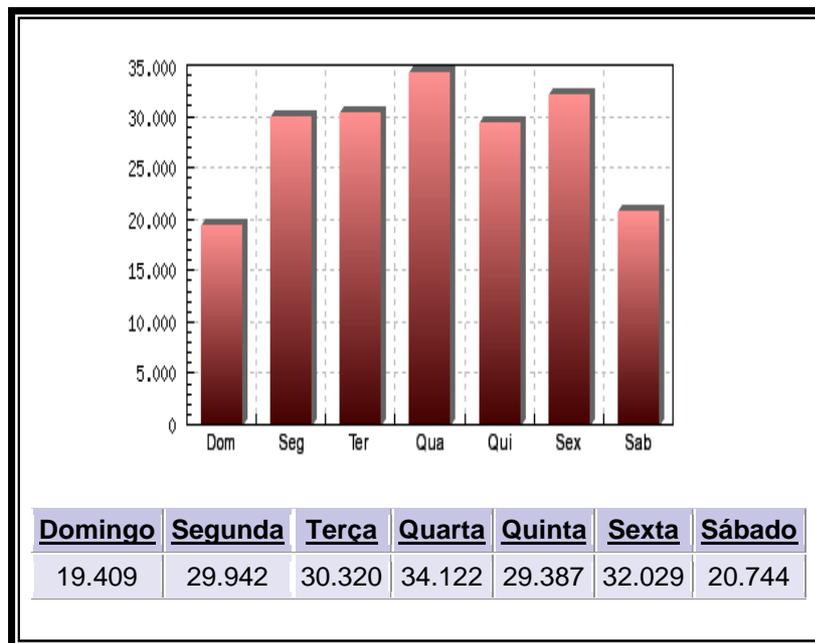
¹⁶ Costa (2000), ao tratar da representação de professores relacionada a gênero, em seu artigo na revista Nova Escola, aponta que a mídia pode ser entendida como um campo discursivo constituído por conjuntos heterogêneos de enunciados, demarcado por formas próprias de regularidade e por sistema de coerção e subordinação que se exercitam e possuem materialidade.

Dentre os jornais de grande circulação em Fortaleza, foi selecionado *O POVO* por alguns motivos: por ser o mais antigo jornal local; pela liderança em tiragem local; possui diferenciada área de circulação (estadual e regional) e por apresentar maior facilidade de acesso aos exemplares em relação aos outros.

O jornal *O POVO* está em circulação há quase 79 anos. Atualmente, apresenta a maior tiragem diária em Fortaleza, com 26.016 (*O POVO*, 2006), em relação a outros jornais; a exemplo, comparo o jornal *Diário do Nordeste* (2006), em circulação há 25 anos, com tiragem de 8.781 na mesma data.

A Figura 1 exemplifica a média do acesso por dia da semana em que os leitores consultaram *O POVO* no mês de junho de 2006 via internet, evidenciando sua importância de circulação, tanto de maneira impressa como na virtual.

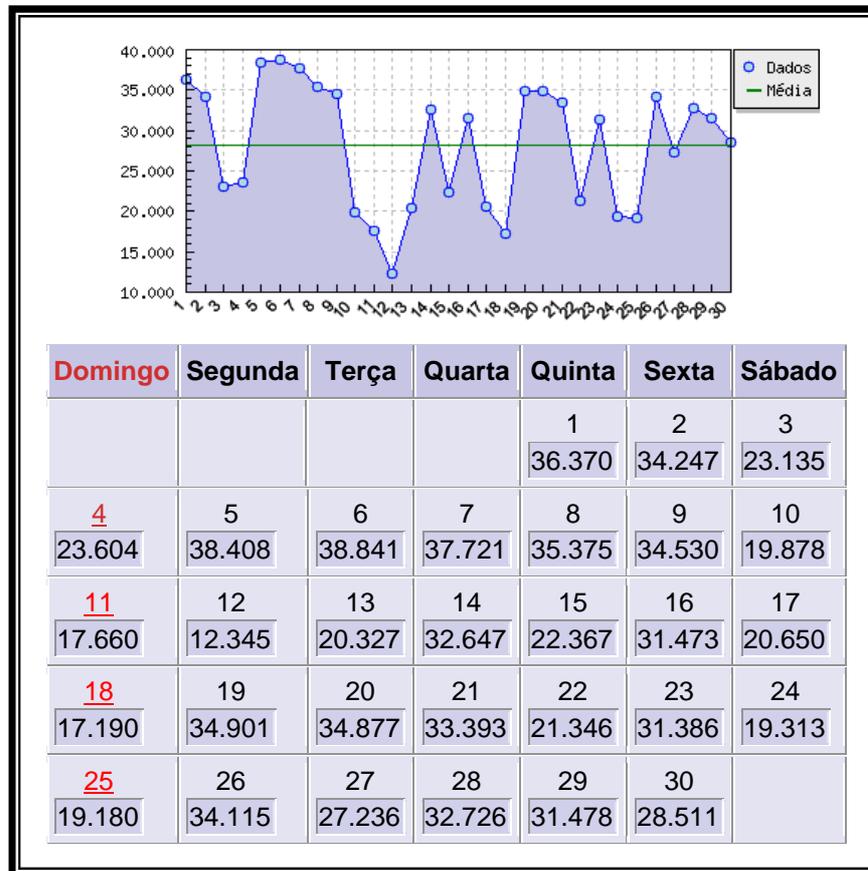
Figura 1 – Distribuição da média de acesso por dia da semana no site do *O POVO*



Fonte: IDM, 2006.

A Figura 2 mostra no gráfico e na tabela, com a distribuição dos dias do mês de junho, uma média de 28.000 mil usuários que consultam *O POVO* via internet.

Figura 2 – Distribuição da média de acesso por dia do mês no site do *O POVO*



Fonte: IDM, 2006.

Estes dados me levaram, com maior certeza, a escolher *O POVO* como material empírico da pesquisa. Como critério inicial de escolha dos materiais para estudo, aponto a seleção de matérias fotojornalísticas, no período de 1990-2005. A escolha deste período está relacionada à ocorrência da melhoria dos aspectos socioespaciais no Pirambu, a partir da década de 1990, com a implantação de políticas públicas, como o saneamento básico. Acredito que, por essas mudanças, ocorrem outras representações e as de valores negativos sobre o bairro seriam reduzidas. A pesquisa não está restrita a uma análise quantitativa de fotos nas matérias vasculhadas, ou a uma análise estética das fotos encontradas. Ela vai ao encontro dos significados que estão sendo produzidos sobre o Pirambu.

Para esta etapa, foram utilizados os exemplares do arquivo do banco de dados do *O POVO* sobre bairros. Ao começar a estabelecer os primeiros olhares sobre elas, fui percebendo que traziam inúmeras formas de narrar sobre o Pirambu

e também observando que não se tratava de um caminho linear e demarcado. À medida que fui manuseando os exemplares do jornal, foi necessário estabelecer algumas escolhas de focos de análise, resultantes da conjunção da minha visão teórico nova com o Pirambu. Por serem muitas as fotografias encontradas, foi necessário fazer uma triagem com base nos focos de análises que achei mais pertinentes e operacionáveis, para mostrar quais os significados sobre o Pirambu que elas estão produzindo. A intenção é provocar um deslocamento nas leituras trazidas pelas matérias jornalísticas, fazendo-as funcionar em outra estratégia discursiva (TONINI, 2002).

A partir das perspectivas trazidas pelas lentes teóricas, elaborei um percurso investigativo que tem como característica a inseparabilidade entre a constituição do objeto, o referencial teórico e o exercício analítico. Assim, estabelecemos discussões teóricas, segundo determinados autores e autoras, como condutores de argumentos à medida que as análises exigem.

A perspectiva teórica que auxilia esta pesquisa nega-se a estabelecer demarcações dos campos metodológicos de ação. Isso faz com que inexista um modelo metodológico único e seguro. Ele vai sendo feito e refeito no seu percurso. Também não quer dizer apenas que nenhuma metodologia pode ser privilegiada ou desconsiderada antecipadamente, como enfatiza Corazza (2000, p.122) “os pesquisadores/as -solitários/as ou com seus grupos- encontram-se hoje trabalhando dentro de labirintos”. A incapacidade e a inadequação dos métodos para as investigações causam apreensão nos investigadores/as.

Deve-se observar, no entanto, o lado positivo das incertezas, da intervenção inovadora e criativa que vai surgindo e que passa a ser um desafio teórico-metodológico. Esta dificuldade inicial de não ter passos certos e estabelecidos para dar conta das necessidades de observação do objeto de estudo apresenta novas provocações.

As dificuldades de elaboração de estudo para produzir uma dissertação, na qual os procedimentos de pesquisa são entendidos como prática social, como produção coletiva, incluída em um processo histórico, entra em conflito com a visão de ciência neutra, objetiva, de assepsia conceitual e rigor instituído pela Ciência moderna. Compreender que o método importa menos do que as interrogações não é

um movimento fácil, quando concepções formalistas estiveram durante muito tempo nas minhas definições metodológicas do caminho a ser percorrido pela pesquisa.

Assim, ao elaborar esta pesquisa, foi um grande desafio por haver sido constituída até então pelas metanarrativas teóricas e metodológicas da Modernidade e abandoná-las não constitui uma despedida dolorosa, significa procurar opções, as quais estão atentas a outros e novos lugares de produção do conhecimento.

Seguindo nesta direção, a escolha das lentes teóricas para o percurso investigativo inscreve marcas na escritura do texto. Tal opção configura e demarca o modo de estruturá-lo. Para Costa (2000, p. 10), “não importa o método que utilizamos para chegar ao conhecimento; o que de fato faz diferença são as estratégias que podem ser formuladas dentro de uma ou outra maneira de conceber as relações entre saber e poder”.

Analisei primeiramente a história sobre a constituição do bairro e sua relação com a cidade para compreender as representações elaboradas antes da mídia e em seguida pesquisei 142 jornais nos seus três cadernos veiculados durante esse tempo: *Cidades*, desde os anos 1990, em 2000 passou a ser denominado *Fortaleza*; *Cotidiano* surgiu em 2004; *Vida e Arte*, desde os anos 1990. Dentre as matérias, selecionei somente aquelas que continham fotografias e traziam o nome Pirambu.

As matérias da década de 1990 foram coletadas no arquivo do *O POVO* (30 exemplares), enquanto a outra parte, correspondente ao período de 2000 a 2005 foi coletada no arquivo da Biblioteca Pública *Governador Menezes Pimentel* (112 exemplares). O arquivo do *O POVO* possui uma pasta arquivada sobre o Pirambu, mas os exemplares que constam são do período de 1930 a meados de 2001. A partir desse período, só é possível consultá-los no *site* de pesquisa do jornal www.noolhar.com.br ou garimpar em instituições que dispõem de acervo de jornais, como a Biblioteca Pública *Governador Menezes Pimentel*. Utilizei a segunda opção.

A análise foi estruturada em etapas descritas a seguir: no primeiro momento, levantei dados com a finalidade de elaborar um objeto de pesquisa e, concomitantemente, realizei as leituras para auxiliar a questionar e entender os achados; na segunda ocasião, procurei definir quais focos de análises constituiriam o estudo. A escolha das fotografias foi feita para aquelas que endereçam para maior regularidade de uma temática.

A partir desse capítulo, estruturei o trabalho em mais quatro: o Capítulo 2 – *Dizeres sobre a mídia e o jornal* - apresento o jornal como um tipo de mídia que resistiu ao tempo, se utilizando de novas técnicas, como o fotojornalismo, bem como aponto o porquê da escolha do *O POVO*.

No Capítulo 3 – *Fortaleza: cidade litorânea dual* - evidencia como ocorreu a expansão urbana da Cidade. Este estudo possibilitou o entendimento da valorização diferenciada do espaço na Cidade: setor leste valorizado, presença de ricos e infraestrutura em detrimento do setor oeste desvalorizado, presença de pobres e sem infraestrutura (onde está situado o Pirambu).

No Capítulo 4 – *Focalizando o Pirambu* - verifico a história do Bairro desde sua ocupação no século XIX até os dias atuais. Esta análise aponta indícios do começo de uma constituição da imagem negativa sobre o Pirambu por parte da elite e do poder público; a inserção desta área à Cidade e o momento em que o Pirambu passa a ser notícia nos jornais.

No Capítulo 5 – *O Pirambu em Pauta* - aborda as representações do Pirambu no *O POVO*, destacando três focos de análise: os problemas socioambientais, a moradia e a violência. Esses três focos analíticos, cada um não menos importante do que o outro, revelam a constituição de significados sobre o Pirambu em contextos políticos, econômicos, sociais e culturais totalmente diversificados, onde as mesmas mensagens sobre esta área permaneceram, ao longo do tempo, sendo lidas, interpretadas e elaboradas pelos diferentes sujeitos.

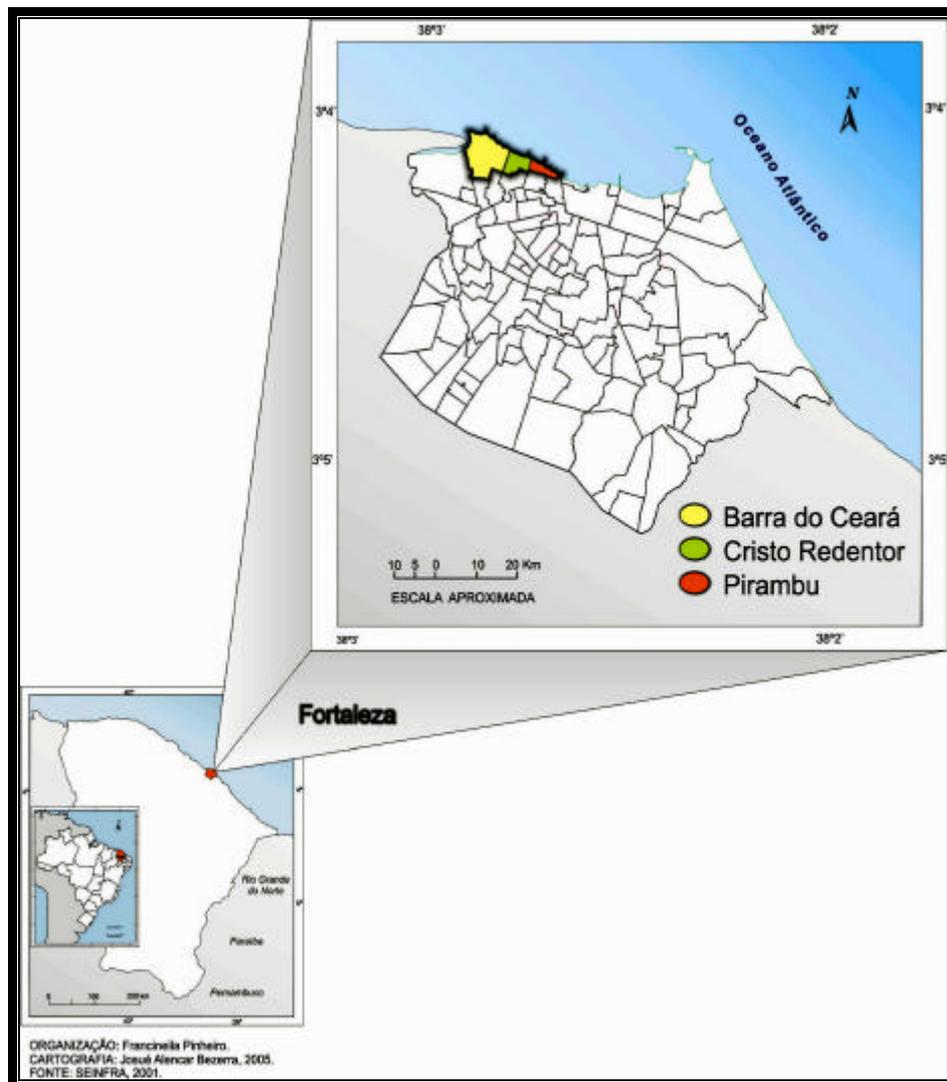
E, por último, os *Fragmentos finais*, no sentido da necessidade de fechar uma estrutura e não como término das discussões.

1.3 Pirambu no Mapa

O Pirambu posiciona-se na área litorânea do setor oeste da cidade de Fortaleza/CE, tendo a praia como sua maior extensão limítrofe. Os limites físico-territoriais do Pirambu apresentam controvérsias entre as trazidas pela maioria dos exemplares do Jornal com as criadas pela Administração municipal. Os exemplares, quando se referem ao bairro, abrangem áreas que se localizam além dos limites configurados pela Prefeitura de Fortaleza; ou seja, incorporam Pirambu, Cristo

Redentor e parte da Barra do Ceará. Tal fato é originado porque toda esta área no passado era denominada de Grande Pirambu, que atualmente se encontra dividido por esses bairros. A Figura 3 refere-se ao mapa de localização do Pirambu em Fortaleza, no qual mostra os bairros que abrangiam o Grande Pirambu por volta de 1930.

Figura 3 – Localização do Pirambu em Fortaleza.



Fonte: Adaptado de SANTOS, Maria Francineila Pinheiro dos. Para onde sopram os ventos: políticas públicas de turismo no Grande Pirambu Fortaleza/CE. Natal, 2006.

Nos finais dos anos 1980, as estatísticas ainda apontavam o Grande Pirambu como “a segunda maior favela do Brasil, ficando atrás apenas da favela da Rocinha,

na Zona Sul do Rio de Janeiro. Uma população calculada em 250 mil pessoas se dividem nos diversos bairros que compõem o Pirambu: Tirol, Cristo Redentor, Nossa Senhora das Graças e Quatro Varas. O que se convencionou chamar de Pirambu é na verdade, um conglomerado de comunidades carentes” (O POVO, 1991). Após a divisão do Grande Pirambu em bairros, o Pirambu, atualmente, denomina-se Nossa Senhora das Graças (cor vermelha no mapa). É considerado um bairro, segundo dados do IBGE, sendo limitado ao norte pelo oceano Atlântico, ao sul pela avenida Presidente Castello Branco (Leste-Oeste), ao leste pela rua Jacinto de Matos (antigo Kartódromo) e ao oeste pela avenida Pasteur.

Hoje a posição do Pirambu já não é a mesma de antes, mas ainda se encontra entre os que apresentam maiores contingentes populacionais: aproxima-se dos 19 mil habitantes, ocupando uma área de 2,73 % de extensão, no que resulta um adensamento demográfico na faixa de 266,43 hab/km², posicionando-se como um dos bairros de maior densidade demográfica de Fortaleza, e bem acima da média estadual (0,019 hab/km²) e da nacional (19,9 hab/km²).

Capítulo 2

Dizeres sobre a Mídia e o Jornal

2.1 Centralidade da mídia

Desde o período mais remoto aos dias atuais, a Humanidade sempre se utilizou de estratégias ou desenvolveu técnicas de comunicação que chegavam a atravessar fronteiras, no sentido de solucionar as diversas questões das relações de interesse social, econômico, político ou cultural. Como a história não é linear, Briggs e Burke (2004) anota que o desenvolvimento da comunicação ocorreu no mesmo período da Revolução Industrial, atrelado ao surgimento de novas tecnologias, principalmente no que se refere aos transportes e à substituição do vapor, como fonte de energia, pela eletricidade. Esses fatores facilitarão a origem e revolução dos diferentes veículos de comunicação: correio, telégrafos, telefones, rádio, televisão, computador etc.

No período que antecede a revolução das comunicações (século XX), a impressão gráfica¹⁷ foi uma das técnicas mais comuns, que facilitou a troca de informações, de produção de livros e de jornais, espalhando-se por toda a Europa. Segundo Briggs e Burke (2004, p. 31-32), “na França e em outros países europeus, inclusive na Itália, na Inglaterra e nos Países Baixos, o material impresso tornou-se parte importante da cultura popular no século XVII, se não antes”. Alguns autores consideram sua origem uma revolução, outros a concebem como uma técnica que possibilitou as mudanças sociais.

No que se refere aos livros, a impressão possibilitou a produção de milhões, sendo necessário novos métodos de seleção e crítica dos livros e autores. Como os

¹⁷ A primeira prensa gráfica teria sido inventada por Gutenberg em 1450 na cidade de Mainz na Alemanha. Acredita-se que desde o século VIII, a impressão já era praticada na China e no Japão, mas, independente de sua origem, é importante ressaltar que a utilização desta técnica e o seu aprimoramento ocorreram de forma distinta em diversos países.

livros eram caros, normalmente quem tinha acesso eram os mais abastados. Para as camadas mais baixas, foram criadas brochuras, espécie de folhetos comercializados por mascates em vários lugares. Quanto ao jornal, Briggs e Burke (2004, p.28) acham que surgiu no século XVII e teria aumentado a ansiedade sobre os efeitos da nova tecnologia; ou seja, a difusão das informações causou rumores e preocupações, principalmente por parte dos cristãos e das autoridades, por trazerem um conteúdo crítico sobre essas instituições de controle. As informações eram levadas pelos mercadores, seguindo o fluxo do comércio realizado por terra ou mar. Os navios carregavam livros, cartas e jornais.

Assim, as Igrejas católicas e protestantes e as autoridades passaram a censurar, com a criação do “Index dos livros proibidos”, um catálogo de livros proibidos à leitura e a criação do censor, responsável pela avaliação dos livros. Esta prática levou à publicações clandestinas de livros, jornais, manuscritos etc.

Apesar desses conflitos em parte, os leitores se tornaram mais conscientes de sua história, como apontam Briggs e Burke (2004):

A impressão gráfica facilitou a acumulação de conhecimento, por difundir as descobertas mais amplamente e por fazer com que fosse mais difícil perder a informação. Por outro lado, a nova técnica desestabilizou o conhecimento ou o que era entendido como tal, ao tornar os leitores mais conscientes da existência de histórias e interpretações conflitantes. Portanto, no que diz respeito aos textos, a fixação do conhecimento estimulada pela impressão gráfica foi mais relativa que absoluta (p. 76).

Acredita-se que uma minoria da população sabia ler e escrever e que a comunicação oral tenha permanecido na era da impressão. Esses dois tipos de mídia coexistiam e interagiam, promovendo a revolução temida pela igreja católica, como anotam Briggs e Burke (2004, p. 84): “o envolvimento na Reforma foi tanto causa como consequência da participação da mídia”. Vale ressaltar que esse início de utilização de tipos de mídia já vinha carregado de intencionalidades, como o poder regente, que já se utilizava dessas novas técnicas para fins políticos, bem como os pensadores do Iluminismo, que promoveram uma nova maneira de ver o mundo, muitas vezes, escrevendo obras clandestinas.

A invenção da impressão gráfica provocou mudanças sociais e a utilização do vapor contribuiu para a construção e funcionamento das máquinas, sendo aprimoradas de formas distintas em diferentes países. O desenvolvimento da comunicação está atrelado às tecnologias. Cada invenção, seja nos meios de transporte ou na utilização de novas fontes de energia, dá origem a um novo meio de comunicação. No século XIX, com a substituição do vapor pela eletricidade, ocorreu a construção de novos meios de transportes, que contribuiu para o desenvolvimento da comunicação.

Briggs e Burke (2004) consideram as ferrovias, seguida das bicicletas, automóveis e aviões, como um provável capítulo da história do transporte, e aclamam a telegrafia, seguida por telefonia, rádio e televisão, como um provável capítulo da mídia; toda essa separação é artificial. O desenvolvimento do telégrafo estava intimamente associado ao desenvolvimento das ferrovias – métodos instantâneos de sinalização eram necessários em linhas simples -, embora houvesse alguns fios telegráficos que seguiam os trilhos, não das ferrovias mas dos canais.

No século XX, a tecnologia continuaria a se desenvolver. Soma-se a esses meios de comunicação o surgimento do cinema e da televisão que irão transmitir imagens e palavras (som) e, mais tarde, o computador. É com o advento da televisão, porém, que se dissemina o poder da cultura veiculada pela mídia, fenômeno recente, como anota Kellner (2001) ao citar Horkheimer e Adorno, mostrando que a indústria cultural nos anos de 1940, constituídas por cinema, rádio, revista e história em quadrinhos, propaganda e imprensa e televisão, iniciou a colonização do lazer, ocupando o centro da cultura e comunicação nos Estados Unidos e nos países capitalistas, mas foi com o advento da televisão que a mídia se transformou em força dominante da cultura, na socialização, na política e na vida social.

Atualmente, todos esses tipos de mídia contribuem para a disseminação de uma nova cultura - a cultura da mídia - considerada por Kellner (2001, p. 10-11) como “um terreno de disputa no qual, grupos sociais importantes e ideologias políticas rivais lutam pelo domínio, e que indivíduos vivenciam essas lutas por meio de imagens, discursos, mitos e espetáculos veiculados pela mídia”.

Vários estudos consideram o efeito causado pela mídia, por ela utilizar-se de um espaço de finalidades que passam desde o econômico ao social: padrões de

consumo, formas de entretenimento, informação, publicidade, comércio, entre outros. Sendo assim, ela se torna um dos principais *insights* atuais na formação de comportamentos sociais, na dominação do tempo de lazer, no modelamento de opiniões. Trata-se, segundo o autor, de uma cultura que passou a dominar a vida cotidiana, servindo de fundo onipresente e muitas vezes de sedutor primeiro plano para o qual convergem nossa atenção e nossas atividades, algo que, segundo alguns, está minando a potencialidade e a criatividade humana.

Assim, a sociedade contemporânea passa a contemplar, principalmente, as formas visuais e verbais que a mídia oferece, como anota Kellner (2001): a

(...) cultura da mídia é a cultura dominante hoje em dia; substituiu as formas de cultura elevada como foco da atenção e de impacto para grande número de pessoas. Além disso, as formas visuais e verbais estão suplantando as formas da cultura livresca, exigindo novos tipos de conhecimentos para decodificá-las. Ademais, a cultura veiculada pela mídia transformou-se numa força dominante de socialização: suas imagens e celebridades substituem a família, a escola e a Igreja como árbitros de gosto, valor e pensamento, produzindo novos modelos de identificação e imagens vibrantes de estilo, moda e comportamento (p. 27).

Apesar da intensa valorização da imagem, de alguma forma, os diversos tipos de mídia são utilizados pela população. Como apontam Briggs e Burke (2004), as pessoas passam um tempo enorme ouvindo rádio, assistindo à televisão, freqüentando cinemas, convivendo com música, fazendo compras, lendo revistas e jornais, participando dessas e de outras formas de cultura veiculada pelos meios de comunicação. Assim, a velha e a nova mídia coexistem, ou seja, a sociedade atual dispõe desses vários tipos de mídia que coexistem, competem entre si, imitam um ao outro, bem como se complementam.

Elas também se aperfeiçoam como é o caso do jornal impresso. Embora sua existência anteceda toda esta parafernália de transformações tecnológicas trazidas nas últimas décadas, ele é um tipo de mídia. O uso de todas as mudanças trazidas pelas tecnologias, principalmente da informática, além de tecer novas configurações para o jornal por meio de editorações gráficas, possibilitam estar conectados a uma cultura virtual. Isto permite mostrar como um mesmo meio de comunicação acompanha as transformações.

Nesse sentido, parto da consideração de que os discursos midiáticos são uma persuasiva força cultural, atuante na maioria das sociedades. Assim, as representações do Pirambu que circulam nos diferentes textos do *O POVO*, podem ser vistas como constituídas no jogo do poder para impor significações.

2.2 Jornal e fotojornalismo

O jornal é uma mídia impressa de publicação, sempre, diária, que relata e ao mesmo tempo constitui acontecimentos do cotidiano das pessoas, abrangendo diversos interesses dos seus leitores: divulgam produtos, informam o tempo, relatam acontecimentos políticos, econômicos, sociais, esportivos, religiosos etc. nas várias escalas geográficas.

Apesar de o jornal ser apenas um dos veículos de mídia, tem sua relevância pela grande circulação e por ser reconhecido como um instrumento de verdade e de conceitos universais. Os discursos ali veiculados dão prestígio e legitimidade as suas práticas culturais, por esta credibilidade alcançada. A expressão: *deu no jornal, então é verdade*, é ainda senso comum nas sociedades. O que a perspectiva teórica assumida neste estudo possibilita é ver outras verdades, perceber que outros saberes são produzidos e, principalmente, compreender que aquilo que o jornal veicula pode conter entendimento sobre outras práticas culturais e sociais.

A história da imprensa foi diferente em cada país, ou seja, teve marcos distintos, mas só se consolidou no século XIX. No século XVII, dá-se a origem do jornal moderno, evidentemente, sem se considerar os rudimentos deste veículo na História, como por exemplo, no tempo do Império Romano. Era, no século XVII, considerado de má qualidade, constituído mais por entretenimento e menos informação. No século XIX, o ideal de público informado cede lugar ao mercado, onde a imprensa passou a ser um negócio. No século XX, o Jornalismo passa a atender aos interesses do grupo que mantinha o monopólio da imprensa e é marcado pelo desenvolvimento de uma nova técnica: o fotojornalismo e os novos estudos sobre o Jornalismo. Já naquele século formam-se os conglomerados. Essas transformações permitem a consolidação e permanência dos jornais impressos até os dias atuais.

Consoante a literatura, o jornal nos moldes semelhantes ao moderno foi criado no século XVII. Pena (2005) relata que, além da passagem de uma cultura oral para a escrita, é a invenção dos tipos impressos que vai possibilitar o advento do jornalismo moderno. Os primeiros relatos orais são considerados como a primeira grande mídia da humanidade, ou seja, é pela comunicação oral que se inicia o jornalismo. O sermão era a forma de comunicação usada pelas confissões Católica e Protestante, que influenciavam reis e rainhas, mas também havia outros tipos de comunicação oral, como aponta Briggs e Burke (2004): acadêmica, canto, os boatos, clubes e cafés.

Bill Kovach e Tom Rosentiel, citados por Pena (2005) assinalam que é nos cafés de Londres, no começo do século XVII, onde se encontra um possível início do que eles chamam de moderno jornalismo. Assim, os primeiros jornais saíram desses cafés por volta de 1609, quando tipógrafos mais atrevidos começaram a recolher informações, fofocas e discussões políticas nos próprios cafés, depois imprimindo tudo.

As primeiras publicações jornalísticas¹⁸ ocorreram na Alemanha, nos Países Baixos e na Inglaterra e são herdeiras das gazetas venezianas. Acredita-se que as gazetas teriam originado os jornais. Elas teriam sido derivadas da *lettere d'avivi*, cartas manuscritas que já eram recebidas pelos comerciantes venezianos desde o século XIII. Seu conteúdo era controlado e trazia assuntos de interesses específicos. O Jornalismo era considerado primitivo, mas já provocava reações de nobres e religiosos por se sentirem prejudicados com a exposição ao público. Assim, Pena (2005) argumenta que,

(...) na árvore genealógica dos jornais estão nas gazetas, que vem do italiano *gazzete*, a moeda utilizada em Veneza no século XVI. Elas eram manuscritas, periódicas e apresentadas em quatro páginas em frente e verso, dobradas ao meio, como um pequeno fólio, de vinte centímetros de altura e quinze de largura. Custavam

¹⁸ Pena (2005) noticia em 1605, o impressor Abraham Vervhoeven recebe autorização dos representantes do rei da Espanha nos Países Baixos, arquedukes Alberto e Izabel, para publicar notícias. Em 1609, na cidade alemã de Estrasburgo, o livreiro Johan Carolus, inicia a publicação semanal *Ordinari Avis*. Na Espanha, o primeiro folheto semana é a *Gaceta de Madrid*, em 1661, e em Portugal, a Gazeta, impressa na oficina de Lourenço de Anveres em 1641. As primeiras tiragens semanais só aparecem no ano de 1636, em Florença. A imprensa diária demorou um pouco mais. Chegou em 1650 à Alemanha, em 1702 à Inglaterra e em 1777 à França, de onde vem o nome jornal (p. 37).

uma moeda, ou seja, uma gazeta. As notícias eram vinculadas ao interesse mercantil, com informes sobre colheitas, chegada de navios, cotações de produtos e relatos de guerras. Vinham de diversos países. Não traziam títulos, apenas data e local de procedência. Possuíam leitores dentro e fora de Veneza, o centro comercial e informativo mais importante da Europa na época. De lá, eram produzidas e expedidas por correio, saindo todos os sábados para cidades italianas (p. 34).

A difusão de informação não decorre somente ao comércio, mas também da consolidação de um modelo de vida urbana e constituição de um público leitor. Antes do início do século XIX, o jornal era constituído mais de entretenimento do que de informação.

No século XIX, havia maior número de leitores, tendo ocorrido a redução dos custos da impressão, mas o jornal não era de qualidade porque apresentava estilo pouco formal. Nesse período, porém, a imprensa passa por mudanças, como a redução do romance, principal forma literária presente nos jornais, e nas décadas de 1880 e 1890, o ideal de público informado deu lugar aos interesses do mercado.

Nesse período, havia um novo debate sobre a imprensa. Além do acesso à informação e à educação, também era considerada como um formador de opinião pública e foi crescente a preocupação no que diz respeito à formação dos jornalistas. Os Estados Unidos teriam sido dos primeiros países a se preocupar com esta questão. Esse país também criou o Jornalismo investigativo e tornou-se referência para outras nações.

No século XX, segundo Briggs e Burke (2004), o que acontecia em outros países não era diferente daquilo que se passava nos EUA e na Grã-Bretanha, embora as políticas variassem, mesmo entre países vizinhos. Vale ressaltar o surgimento da nova forma de produzir o jornal impresso com a técnica do fotojornalismo, enquanto os EUA exercem maior poder de influência nos países, inclusive no Brasil, no que se refere aos tipos de mídia. Nesse período, também os estudos sobre o jornalismo e os mídia noticiosos passaram por transformações relevantes.

No tocante ao fato de os acontecimentos ocorridos nas empresas jornalísticas serem semelhantes aos EUA e Grã Bretanha, isto se relaciona ao período da crise financeira, durante a depressão de 1929, quando vários jornais foram à falência ou

vendidos para empresas maiores. Entre 1961 e 1981, a minoria concentrou o poder da mídia. Assim, o jornal passa a atender aos interesses de um grupo (ricos) que mantinha o monopólio da imprensa, negando a possibilidade de ser democrático.

Creio que nesse período surgiu o fotojornalismo, mas há controvérsias quanto ao aparecimento das imagens fotográficas em jornais. Consideram-se várias versões: a primeira imagem fotojornalística teria sido publicada no jornal *Daily Herald*, no dia 04 de março de 1890, ou na revista *TIME*, no dia 21 de janeiro de 1897. Para Souza apud Mauad (2004), a fotografia entrou para os diários em 1904, com a publicação de uma fotografia no jornal inglês *Daily Mirror*. Um atraso de vinte anos em relação às revistas ilustradas, que já publicavam fotografias desde a década de 1880.

Costa (1994) assinala que fotorreportagem constituiu-se numa forma jornalística historicamente determinada, tendo suas origens na imprensa alemã no final da década de 1920, por tratar-se

(...) de um novo tipo de relacionamento entre texto e imagem que encontrou na revista ilustrada o veículo ideal para sua expressão. A aplicação do modelo de fotorreportagem teve desdobramentos em diversos países da Europa. No entanto, a exploração sistemática de seu potencial narrativo ocorreu nos Estados Unidos, mais especificamente na revista *Life*. Após o seu lançamento surgiram inúmeras publicações semanais do mesmo gênero em todo o mundo: no Brasil o melhor exemplo foi *O Cruzeiro* (p. 84).

Em 1920, na Alemanha, as publicações ilustradas ganharam um novo perfil, relacionando imagem e escrita. Também foi criado um modo de fazer fotografia, considerando o posicionamento do fotógrafo como testemunha desapercibida dos acontecimentos. O pioneiro deles foi Eric Salomon (1928-1933). Ele também foi o fundador da primeira agência de fotógrafos (Dephot), em 1930.

O momento desse novo estilo de Jornalismo denominado fotojornalismo ou fotorreportagem é comentado por Costa apud Mauad, (2004) considerando que a fotografia é relevante na reportagem, pois a narrativa por meio da imagem passaria a ser ainda mais valorizada quando surge o editor de fotografias. O editor, figura que surgiu em 1930, originou-se do processo de especialização de funções na imprensa e passou a ser encarregado de dar um certo sentido às matérias, articulando

adequadamente palavras e imagens, mediante o título, a legenda e breves textos que acompanhavam as fotografias. A teleologia narrativa das reportagens fotográficas tinha como objetivo capturar a atenção do leitor, ao mesmo tempo em que o instruía na maneira adequada de ler a imagem. Stefan Lorant, que já havia trabalhado em diversas revistas alemãs, foi o pioneiro na elaboração do conceito de fotorreportagem.

Achutti apud Schmidt (1999, p. 13) acrescenta que “o período do entre-guerras, se encontra o maior número de publicações ilustradas com fotografias na Alemanha, mas com a ascensão de Hitler ao poder em 1933, o fotojornalismo alemão sofreu uma violenta queda com o fechamento de inúmeros órgãos de imprensa causando o exílio de muitos profissionais para os Estados Unidos. Tal fato promoveu o crescimento do fotojornalismo estadunidense. Nesse período, destacou-se o aparecimento de grandes revistas como a *Life* (1936) e a *Look* (1937)”.

Alguns países da Europa também desenvolveram a fotorreportagem, mas o destaque continuava para os Estados Unidos, que criou a mais importante revista ilustrada, a *Life*, que fez escola, impôs um estilo e formou uma equipe de fotojornalistas, publicada em 11 de setembro de 1936, servindo de modelo em todo o mundo, inclusive no Brasil.

No caso do Brasil, já existia, desde o século XIX, um mercado editorial incipiente, apresentando diversas publicações. Mauad (2004) aponta duas revistas como marco do fotojornalismo no Brasil: a *Revista da Semana*, publicada em 1900, teria sido o primeiro periódico ilustrado com fotografias e *O Cruzeiro* é o exemplo mais expressivo na história das publicações ilustradas do País.

A revista *O Cruzeiro* foi lançada no dia 10 de novembro de 1928. A princípio, utilizava-se de ilustrações e caricaturas. Mais tarde incorporou a fotografia e foi se aprimorando, ao assumir o modelo internacional. Sob forte influência da revista *Life*, o fotojornalismo de *O Cruzeiro* criou uma escola que tinha entre os seus princípios básicos a concepção do papel do fotógrafo como ‘testemunha ocular’ associada à idéia de que a imagem fotográfica podia elaborar uma narrativa sobre os fatos. Quando, no entanto, os acontecimentos não ajudavam, encenava-se a história. A partir desse momento, as reportagens passaram a ser realizadas por um jornalista, responsável pelo texto escrito, e por um repórter fotográfico, encarregado das imagens, ambos trabalhando conjuntamente.

Essa reformulação editorial da revista *O Cruzeiro*, contudo, seguindo o modelo americano, ocorreu a partir dos anos 1940:

O Cruzeiro reformulou o padrão técnico e estético das revistas ilustradas apresentando-se em grande formato, melhor definição gráfica, reportagens internacionais elaboradas a partir de contatos com as agências de imprensa do exterior e, termos estritamente técnicos, a introdução da rotogravura, permitindo uma associação mais precisa entre texto e imagem. Toda essa modernização era patrocinada pelos Diários Associados, empresa de Assis Chateaubriand, que passa a investir fortemente na ampliação do mercado editorial de publicações periódicas (MAUAD, 2005).

A nova tendência desta Revista teria obrigado as outras publicações a modernizar a técnica de comunicação. Assim, os periódicos tradicionais do País como *Fon-Fon*, *Careta* e *Revista da Semana* adequaram-se ao novo padrão, no qual, associavam o texto e a imagem, ampliando o caráter ideológico da mensagem jornalística.

Esse modelo editorial da fotorreportagem, que influenciou as publicações no Brasil, também, passou por transformações em virtude da crescente utilização do livro, que se tornou, por volta de 1930, um dos bens de consumo mais requisitados, em razão de mudanças ocorridas no Brasil com a abertura dos primeiros cursos universitários e profissionais. Essa substituição causou grande preocupação na produção editorial das revistas nacionais e, na busca de novas estratégias, promoveram a ascensão de reportagens atualizadas e do fotojornalismo:

(...) um índice desta tentativa de manterem-se como opção alternativa ao livro, foi a supressão, na maioria das revistas, dos romances em fascículos, contos e as crônicas mundanas, substituídas por reportagens atualizadas e pelo fotojornalismo. A partir de então, a imprensa periódica, assumiria decisivamente, o papel de relatora da verdade, reunindo através do fotojornalismo, o fato e a foto, o repórter e o fotógrafo. Com isso, a imagem confirmaria o texto, a realidade se revelaria na fotografia. Não haveria mais possibilidade de dúvida, a verdade poderia ser lida e vista (MAUAD, 1990, p. 8).

Esse novo tipo de jornalismo impresso (fotorreportagem) e divulgador de uma pretensa verdade tornou-se comum no País. Mauad (1990) acentua que o objeto

desta nova crônica fotográfica estruturava-se sobre uma escolha temática precisa, que visava à tomada de opinião por parte do leitor; uma opinião que, na maior parte das vezes, já fazia parte do enredo montado pela íntima relação fotógrafo e editor. O fotojornalismo estruturaria uma nova mensagem por meio da imagem, que visava, fundamentalmente a naturalizar as representações de classe e reforçar, com o texto escrito, a força de convencimento da imagem fotográfica.

Nesse contexto, a cada período histórico, alguns jornais se destacaram em detrimento de outros, ao relatar os acontecimentos de cunho nacional, como aponta Lopes (2005), ao narrar as personagens e entidades que contribuíram para a ética do jornalismo brasileiro: o *Cruzeiro* e o *Última Hora* destacaram-se durante o Estado Novo; as revistas *Realidade*, *Veja* e o *Jornal da Tarde*, no período do Golpe de 64; a *Folha de São Paulo*, no período pós-64, porém, com redemocratização.

O auge do fotojornalismo no Brasil, porém, ocorreu na década de 1960, com o surgimento do *Jornal da Tarde* (1966), das revistas *Realidade* (1966) e *Veja* (1968) em pleno regime militar, momento em que mostravam aos leitores que estavam sob censura prévia, mas lutavam pelo reconhecimento de crédito, direitos autorais, a função específica do editor fotográfico. Após o fim do golpe de 64, a *Folha de São Paulo* assumiu a liderança no jornalismo impresso.

O fotojornalismo permanece até os dias atuais, criando e recriando significados por meio do texto escrito, acompanhado da imagem, dois elementos entrelaçados que possibilitam a constituição mais precisa do discurso.

Outro fator importante é a predominância do modelo de mídia dos EUA em diversos países. Pena (2005) tenta mostrar, pelo exemplo da televisão, como a Grã-Bretanha e os EUA, a partir da década de 1940, constituíram duas linhas de formação: o primeiro tem financiamento público, daí a não-preocupação com a audiência, e a programação é baseada em documentários e outros programas, sem apelo popular. No segundo, a lógica é contrária, pois os anunciantes é que financiam a televisão e a audiência é fundamental. Quanto mais telespectadores, maior o preço do espaço publicitário e maior a arrecadação da emissora.

Esse modelo americano influenciou quase todas as mídias (incluindo o jornal impresso), sendo seguido por vários países ocidentais, inclusive o Brasil. Além da difusão da publicidade promovida pelas corporações capitalistas nos tipos de mídia,

também na história da imprensa em todo o mundo, sempre houve estreita ligação das empresas jornalísticas com o governo. Para Pena (2005), a maioria das vezes, há uma dependência mútua. Por um lado, os anúncios oficiais movimentam milhões de dólares para os conglomerados de mídia. De outra parte, aos governos também interessa um bom relacionamento com essas empresas a fim de manter uma imagem positiva perante a opinião pública.

No caso do Brasil, Vidal (1994, p. 32) relata que “a consolidação da indústria cultural teria início no princípio dos anos 60. Apesar da importância dos meios de comunicação de massa (especialmente jornal e rádio) durante o período de Vargas, a industrialização brasileira e o ingresso do Brasil na era do capitalismo monopolista se consubstanciaria a partir dos anos JK através da ideologia desenvolvimentista”.

Com o golpe militar de 64, os militares descobrem a indústria cultural como forte aliada. Assim, investem na expansão das redes de telecomunicações. Além da distribuição de concessões de rádio e televisão, aplicam recursos em publicidade governamental nos jornais, tirando muitos da crise. Apesar do importante papel do Estado em consolidar a indústria cultural, nesse período, houve controle da informação, principalmente da televisão, que passou a atender os interesses do Estado e a repressão a todas as formas de resistência ao governo, como partidos políticos, movimentos sociais etc.

No tocante ao jornal, Habermas apud Vidal (1994), explica que a imprensa viveu três fases: jornalismo puramente comercial, jornalismo literário ou político e jornalismo empresarial. Na primeira, é considerada uma pequena empresa artesanal, com modestos lucros e interessada apenas na coleta e trânsito de informações; a segunda está relacionada à publicação de matérias, condutores de opinião pública e meio de luta de política partidária, bem como a criação da redação; a terceira consiste no jornal que assume o caráter de empresa, ao produzir anúncios como mercadorias vendáveis.

O Jornalismo no Brasil passa por esses três momentos. No que se refere ao período do Jornalismo político (a partir da década de 1960), o jornal era sustentado pelo financiamento dos cofres públicos, mas ocorreu o processo de despolitização deste instrumento de comunicação com o advento da imprensa comercial, financiada pela publicidade e voltada para o mercado.

Quanto aos estudos sobre o Jornalismo no século XX, com a insatisfação dos novos pesquisadores em comunicação, surgiu na década de 1970 a teoria do Agenda *setting* ou Agendamento para se contrapor ao paradigma da limitação dos efeitos midiáticos na vida social. Para Pena (2005), o agendamento defende a idéia de que os leitores são consumidores de notícias que tendem a considerar mais importantes os assuntos veiculados na imprensa, sugerindo que os meios de comunicação agendam nossas conversas; ou seja, a mídia diz sobre o que falar e pauta os relacionamentos.

Na compreensão de Pena (2005), foi a partir dos trabalhos de McCombs e Shaw que os estudos dos efeitos assumem outra direção, cujo objetivo não é mais analisar o papel da mídia na mudança de opiniões, mas sim sua influência na formação e mudança de cognições, ou seja, na forma como as pessoas apreendem (e aprendem) as informações e formam seu conhecimento sobre o mundo.

No século XXI, o autor indica que as empresas jornalísticas não são exclusivamente jornalísticas. Pelo menos nas grandes metrópoles, é difícil encontrar uma empresa estritamente jornalística. O que existe são megaconglomerados de mídia, em que o jornalismo é apenas uma de suas atividades.

Hoje, uma empresa jornalística dispõem de vários tipos de mídia, como produção de jornal impresso, emissora de rádio e canal de televisão, para não correr o risco de sucumbir, ou seja, “atuar em uma única mídia significa a falência”. Pena (2005) explica que o

(...) jornal, televisão, rádio e internet convergem para uma plataforma única. A hibridação de redes, programação e estrutura forma o conceito de infotelecomunicação. Aí entram, telefonia, informática, jornalismo, satélites, fibra ótica, etc. Quanto à programação, dentro de um mesmo conglomerado, jornalistas produzem conteúdos para as diversas mídias. E tudo isso se junta a estratégias de venda de produtos das corporações de anunciantes, concretizada pela produção de hábitos de consumo e processos de significação de bens simbólicos (p. 99).

Apesar dessas transformações, há um desafio do jornal impresso ante à concorrência com outras mídias. O jornal ganhou nova roupagem nas páginas da internet, mas ele ainda permanece, ou seja, resistiu às transformações e continua

circulando e oferecendo aos leitores uma gama de temas, dentre os quais abriga relatos sobre espaços da cidade. Nesse contexto, a presente pesquisa analisa o jornal como elemento formador de representações sobre o espaço: no caso, o bairro do Pirambu no jornal *O POVO*.

2.3 A imprensa escrita no Ceará e *O POVO*

No Ceará, o jornalismo surgiu influenciado por ideais políticos e ainda na década de 1960, era essencialmente político. Segundo Sá (1998), a imprensa no Ceará já era atuante desde 1824, cujo primeiro jornal denominava-se *Diário do Governo do Ceará*, do padre Mororó. Baseada em Adísia Sá, reproduzo essa história.

Na década de 1850, a imprensa do Ceará era considerada uma das melhores do Império; já na década de 1860, houve explosão de publicações não só em Fortaleza, mas também no restante do Estado. Tais publicações eram controladas pelos órgãos político-partidários de vários segmentos populares. A exemplo disso, posso citar: o jornal *Fraternidade* da maçonaria, *O Futuro* dos liberais radicais, dentre outros. Em 1870, os jornais maçônicos destacaram-se pelo surgimento de vários periódicos ligados à maçonaria, nos quais defendiam a abolição dos escravos.

A década de 1880, foi o último período em que a imprensa ficou sob o governo monárquico, momento em que também surgiram jornais (175), principalmente no Ceará, salvante Fortaleza.

Na década de 1900, não houve alterações no quadro da imprensa escrita do Ceará, mas foi um período de luta pelo poder político, uma vez que os opositores se incomodavam com a perpetuação de Nogueira Accioly na administração do Estado. Havia jornalistas que eram a favor de Accioly (Graco Cardoso) e os que eram contra (João Brígido e Agapito dos Santos).

Para Sá (1998), no Ceará, a política não se distinguia da imprensa, havendo jornalistas/políticos e políticos/jornalistas. Nesse período, também, foi criado *O Ceará Telegráfico*, da classe dos telegrafistas, que possibilitou a formação de vários jornalistas.

Esse era o quadro da imprensa escrita no Ceará, quando Demócrito Rocha (erudito, poliglota e apreciador do esperanto), 24 anos, telegrafista, baiano da cidade de Caravelas, no sul da Bahia, chega a Fortaleza em 1912. Concursado, vai trabalhar nos Correios e Telégrafos da Cidade. No curto período, conquistou amigos que trabalhavam no jornal *O Ceará Telegráfico*, no qual também passou a colaborar.

Em 1913, ampliou sua atividade profissional passando a manejar aparelhos Baudot, permitindo-lhe informar-se e atualizar-se sobre tudo o que se passava fora do Ceará.

Em 1921, formou-se em Odontologia, passando a exercer essa profissão. Após dois anos, Demócrito, juntamente com Eurico Pinto Pereira e outros, redatoriu o jornal esperanto *Nova Mondo*.

Em 1924, Demócrito criou a revista *O Ceará Ilustrado*, integrada por vários intelectuais. Inconformado com os desmandos do Governo, ele também foi panfletário. Sá (1998) anota que seu modo de agir chamou a atenção de Júlio Matos Ibiapina, dono do jornal *O Ceará*, que o convidou para ser diretor literário. Demócrito aceitou e utilizou o pseudônimo Barão de Almofoala ou Antônio Garrido. Essas duas produções de Demócrito promoveram seu prestígio, tornando-o uma figura popular em Fortaleza.

Apesar do seu reconhecimento, as críticas ferrenhas ao Governo em sua revista e o tratamento direcionado ao desmando policial no jornal de Ibiapina, provocaram a ira de inimigos que chegaram a agredi-lo após a publicação do artigo *Policiais que Matam*.

Demócrito foi cercado e agredido perto da praça do Ferreira por doze oficiais da polícia militar, tenentes e capitães, fato causou a revolta do povo fortalezense. Após o episódio, Demócrito pensou em criar seu jornal. Com a ajuda financeira da cunhada Adalgisa Cordeiro (irmã de sua esposa Creusa), fundou o jornal *O POVO*, no dia 07 de janeiro de 1928. O nome do jornal teria sido escolhido após a consulta popular realizada no jornal *O Ceará*, de Ibiapina.

Apesar das dificuldades, o jornal começou a funcionar com apenas 16 páginas, uma impressora francesa de segunda mão e, para manter a sala alugada onde funcionava a redação, foi preciso fazer campanhas para angariar recursos.

Em 1929, Demócrito convida Paulo Sarasate, um jovem advogado, para fazer parte do jornal. Ambos queriam inaugurar outro Brasil por meio da imprensa mais democrática e justa. Paulo Sarasate permanecerá no jornal por volta de toda a década de 1960, submetendo-se aos interesses dos Governos central e local, bem como promove grandes transformações para o crescimento do jornal *O POVO*, passando a exercer influência sobre as ações dentro do Estado.

Na década de 1960, o jornal era o centro, porque o rádio e a televisão eram veículos voltados para o entretenimento. Assim, o jornal *O POVO* tornou-se um dos mais importantes no Ceará. Vidal (1994), ao buscar entender a relação entre o Estado e a imprensa, tenta desvendar o real papel do jornal *O POVO* no projeto político de Virgílio Távora, que se estendeu no período de 1961 a 1981. Nesse sentido, ela relata haver existido três fases do jornal como o I Veterado (1º fase de 1963-64), I Veterado (2º fase de 1964-66) e II Veterado (de 1979-82). Durante esse período, Virgílio Távora exercia o cargo de governador do Estado do Ceará. Assim, promoveu acentuada influência sobre os meios de comunicação no Ceará.

A imprensa¹⁹ brasileira passou a ser preocupação dos militares na década de 1960. Apesar de o governo promover o seu desenvolvimento, também exerceu forte controle sobre as comunicações no País. No caso do Ceará, antes de Virgílio, os jornalistas não dispunham de salário fixo e a maioria deles, além do trabalho no jornal, exercia outras atividades para garantir o sustento.

No I Veterado²⁰ (1963-64), o Jornalismo passa por mudanças. Nesse sentido, o governador inicia a profissionalização do jornalista e luta pela criação da Escola de Comunicação Social, tendo também criado o Serviço de Imprensa e Relações Públicas, cujo objetivo era controlar seus opositores políticos e manter a imagem positiva do Governo estadual.

Mediante tais ações da Administração pública, o Jornalismo no Ceará é praticamente sustentado pelo Governo, pois o que mantinha a empresa jornalística eram as verbas públicas investidas pelo Poder público em propaganda governamental. Vidal, ao citar Guilherme, afirma que os grandes jornais, como *O*

¹⁹ Para Vidal (1994), a imprensa quer dizer “o desempenho da atividade jornalística nos diferentes meios de comunicação de massa: rádio, jornal, televisão e cinema” (p. 15).

²⁰ Durante o I Veterado, Fortaleza já contava com uma emissora de televisão (a “TV Ceará”, Canal 2), seis emissoras de rádio (“Verde Mares”, “Dragão do Mar”, “Ceará Radio Clube”, “Uirapuru” e “Assunção”) e vários jornais (“Correio do Ceará”, “Unitário”, “O Povo”, “Gazeta de Notícias”, “O Nordeste”, “Tribuna do Ceará”, “O Estado” e “Diário do Povo”) (VIDAL, 1994, p. 55-56).

POVO, *O Correio do Ceará* e o *Unitário*, recebiam a mesma verba destinada pelos governos, enquanto os considerados menos importantes recebiam verbas reduzidas. Normalmente, os jornais não criticavam o governo e transmitiam as idéias de interesse da administração pública. Dentre eles, dois jornais se destacaram: *Correio do Ceará* e *O POVO*.

No caso *O POVO*, caracteriza-se por fazer política, atendendo à orientação do seu proprietário Paulo Sarasate (no momento deputado federal, também já fora senador e governador do Estado), que mantinha laços com a UDN e relação com Virgílio. Os recursos adquiridos nesta época com a publicidade possibilitaram o crescimento do jornal, como anota Vidal (1994):

(...) embora o jornal “O Povo” fosse, no I Veterado alinhado a um partido político, a UDN, em função dos laços de seu proprietário, Paulo Sarasate, com esse partido e, conseqüentemente, com Virgílio Távora, não se pode deixar de observar o crescimento do jornal durante essa fase: compra de equipamentos mais modernos, elevação do número de páginas, etc. Era a lenta transição do jornal “O Povo” de “jornal político” a “jornal-empresa” que se iniciava com o I Veterado (p. 65).

Esse momento de transição do jornal não interfere na ação do governo em controlá-lo, de forma que havia imposição estratégica de promoção do Governo por meio dos *realease* e dos birôs. O primeiro consiste em propagandas informativas sobre as realizações do Governo enviadas aos jornalistas, enquanto o segundo consiste no pagamento mensal ao jornalista, pelo Governo do Estado ou município, para cooperar com o Governo, ou seja, amenizar os fatos referentes à administração pública. Segundo Vidal (1994), um dos seus entrevistados não sabia responder se havia jornalistas do jornal *O POVO* no birô I Veterado.

Na segunda fase do I Veterado (1964-66), ocorreu o golpe militar de 64, período em que os militares tomam o poder no País e a Presidência é assumida pelo cearense Humberto de Alencar Castello Branco. Embora Virgílio não fosse favorável à nova administração, demonstrou apoio à “revolução”, utilizando-se da imprensa, principalmente do jornal *O POVO*.

O jornal *O POVO* já começa a apresentar caráter de jornalismo empresarial, mas ainda contribui para propagação dos interesses do Governo, como aponta Vidal (1994),

(...) aconteceu em toda a imprensa brasileira, o principal assunto do jornal “O Povo” passou a ser desdobramentos do golpe militar de 1964, com amplo apoio da maioria da imprensa, que patrocinou uma campanha de terror e intimidação da população, criando condições para a legitimidade do golpe (p. 91).

Além do apoio ao golpe, *O POVO* continuava apoiando o Governo cearense. Isso não quer dizer, porém, que não havia divergências: ora, os interesses de ambos eram comuns, ora defendiam os interesses de seu proprietário. Apesar de ambos pertencerem ao mesmo partido, apresentavam tendências diferentes. Vidal (1994) relata que, antes mesmo de o Jornal ser uma empresa, transformara-se num instrumento político de interesse de Paulo Sarasate (presidente da ex-UDN e, após golpe militar de 1964, ARENA) para pressionar o Governador a tomar determinadas atitudes de seu interesse. Enquanto isso, Virgílio pretendia atrair a industrialização para o Ceará.

O Jornal, no entanto, ainda dependia das verbas governamentais, por isso, a relação de dependência dos jornalistas em relação a Virgílio ainda permanecia. Nesse sentido, Vidal (1994) explica que o relacionamento de Virgílio com a imprensa era de cooptação por intimidação e convencimento. Se o sujeito-alvo não cedia às mordomias e à cooptação financeira e social, ele adotava a intimidação explícita, “pedindo a cabeça” do profissional ao proprietário do jornal. Ele agia com os jornalistas como agia com seus correligionários. Aqueles que não eram “convencidos” ou “convertidos” à sua causa mediante a prática clientelista, de ordinário, eram condenados à marginalização e ao “desaparecimento” do cenário de influência política (p. 96).

No II Veterado (1979-82), o Brasil vivia o momento de abertura política que levaria ao fim do regime militar. Virgílio Távora foi indicado pelo presidente, o general João Baptista Figueiredo, para assumir o governo novamente.

É perceptível o fato de que algumas relações estabelecidas por Virgílio no I Veterado permaneceram, ou ganharam nova forma de dominação, como foi a

criação da Secretaria da Comunicação Social (SECOM). Seu poder de influência no II Veterado, entretanto, já não era tão forte; especialmente porque o relacionamento com a imprensa não foi unânime em atender os interesses do Governo, fator marcante do I Veterado.

A SECOM, vinculada a Presidência da República, foi criada por Figueiredo e tinha *status* de Ministério, forma encontrada pelo Governo Federal de centralizar os recursos destinados à publicidade e de exercer maior controle sobre as informações divulgadas a seu respeito. Nesse sentido, Virgílio implanta a SECOM e elege os profissionais que irão administrá-la. Essa Secretaria atua na manipulação dos meios de comunicação, de acordo com os interesses do Governo do Estado.

No final da década de 1970, as empresas jornalísticas agiam em função do Governo. Essa submissão explica-se pelo fato de o sistema econômico do Estado dispor de reduzida iniciativa privada, tendo o Governo como principal financiador. Por isso, o controle da imprensa estava nas mãos do poder oficial, especificamente de três ex-governadores: Aduino Bezerra, César Cals e Virgílio Távora.

Nesse período, ainda é acentuada a dominação das notícias por parte do Governo, uma vez que 70 % das verbas advinham do poder administrativo e a ação da SECOM determinava que tipo de informação deveria ser divulgada. Como acrescenta Vidal (1994), as empresas ainda não encontraram uma opção, uma saída, para vencer a limitação terrível de depender basicamente das verbas publicitárias do Governo. Setenta por cento das verbas que entravam nas empresas de comunicação eram via governo federal, estadual ou municipal.

Os principais veículos de comunicação utilizados eram a televisão e o jornal. Entre os impressos, Vidal (1994) admite que O POVO era o veículo de comunicação que recebia maior volume de publicidade no Estado, porque realmente era o único jornal de circulação. Ele consumia de 50 a 70% do orçamento da SECOM em termos publicitários.

1979 foi marcado pela relação fria entre o jornal O POVO e o governo Virgílio Távora. Nesse momento, o Jornal se moderniza e tornam-se freqüentes as matérias sobre temas sociais de grande relevância, bem como, o Jornal consolida-se como empresa, na qual os recursos adquiridos com a publicidade permitirão o próprio sustento do Periódico.

Em 1980, Virgílio Távora recupera seu prestígio; em 1981, o Governo investe em nova estratégia de divulgação de suas realizações e, em 1982, os jornais basicamente cogitavam sobre a sucessão estadual e traziam o balanço do Governo de Virgílio.

Segundo Vidal (1994) [nesses últimos anos], o relacionamento foi bom, mas não havia unanimidade, que foi a marca do I Veterado; especialmente *O POVO*, definitivamente consolidado como uma empresa, onde interesses políticos estavam submetidos aos proveitos econômicos que estavam em primeiro lugar.

Na realidade, a transformação ocorrida no Jornalismo não deixou de atender ao interesse político, mas passou a agir em função de vários interesses: além do político, ora o jornalista age em função dos próprios interesses, ora em defesa das vantagens das empresas que se utilizam da sua força de trabalho.

Busquei, por este *flash-back*, entender como *O POVO* se destacou e se desenvolveu, criando estratégias que o posicionavam sempre como diferente dos outros. Talvez essa atitude irreverente tenha promovido o respeito, a credibilidade e a preferência do órgão pelo leitor, sendo considerado um dos maiores em termo de circulação no Estado do Ceará.

Ao longo dos anos, *O POVO* cria e recria matérias: tornou-se referência no Ceará, pela sua história e pelo importante papel na transmissão de informações. É tão bem conceituado que, muitas vezes, não se põe em dúvida o que está sendo veiculado. Partindo desta perspectiva, percebo que o Jornal traz “verdades” sobre determinadas realidades disseminadas aos leitores que, talvez não questionem o que está sendo expresso, por quem e para quê; ou seja, “o jornal não diz ao leitor como pensar, mas o que pensar”.

Diante disso, aprendi que os veículos de comunicação assumem uma importância singular na atualidade para a constituição dos nossos modos de vida, do nosso pensar acerca do mundo, a respeito das nossas subjetividades, ao constituírem estratégias visuais ou verbais capazes de dar a direção das práticas sociais de leitores diferentes. Tal ação é denominada por Fischer (2001) como “pedagogização da mídia”, que nos envolve em todas as circunstâncias de nossas vidas.

Capítulo 3

Fortaleza²¹: cidade litorânea dual

Desde a consolidação hegemônica de Fortaleza²² até a terceira década do século XX, a Cidade limitava-se à área central, na qual se concentravam as funções residencial, comercial, administrativa e de lazer, ou seja, era monocêntrica. Após este período, ocorreu a transferência das funções do centro para outras áreas, provocando a expansão da Cidade. Conseqüentemente, surgiram bairros, com a formação de subcentros, transferência do poder público e a valorização do litoral (outrora desvalorizado pela sociedade fortalezense) como área residencial e de lazer. Este último ponto se consolidará quando a elite e o poder público, influenciados pelas novidades européias, incorporam uma nova imagem em relação ao mar. A incorporação lenta dessas práticas marítimas e o processo de ocupação distinto nesta área de Fortaleza promoveram a divisão socioespacial (litoral leste e litoral oeste) que permanece até os dias atuais.

Para Silva (1992, p. 44), “o centro da cidade, tradicional, guarda vestígios do passado [...] A existência de um único centro esteve ligada à concentração da burguesia comercial e financeira na área central com seus estabelecimentos comerciais, de serviços e outros negócios, como também suas residências. Durante muitos anos o Centro foi o local dos clubes mais elegantes da cidade, com suas praças arborizadas com bancos destinados à animação e ao lazer”.

²¹ Neste texto, a expansão urbana de Fortaleza será analisada a partir do século XIX, partindo do processo de descentralização da área central onde se limitava a Cidade.

²² No início do século XX, Fortaleza transforma-se definitivamente no principal centro econômico do Estado, modificando a hierarquia urbana cearense. O crescimento urbano deve-se à centralização e ao dinamismo das atividades administrativas, dos serviços e do comércio, principalmente, o de exportação de produtos primários e o de importação de manufaturados. Fortaleza drena as riquezas produzidas na província e atrai a excedente da população rural. Este dinamismo econômico materializa-se no espaço urbano na forma de investimento público e privado, com implantação de infra-estrutura e serviços urbanos, construção de espaço de lazer, de moradias luxuosas e a diversificação do comércio interno (COSTA, 2005, p. 65).

Isso explica a razão da elite e do poder público da cidade de Fortaleza desprezarem o litoral, área que não fazia parte do cotidiano da elite fortalezense²³, uma vez que esta, proveniente do sertão, ainda mantinha uma relação forte com as práticas econômicas realizadas no interior do Estado. Nesse contexto, justifica-se a cidade de Fortaleza do século XIX construída de costas para o mar, limitando-se ao atual centro histórico. Como anota Dantas (1998):

(...) essa estrutura é resultante especial e representativa do modelo de desenvolvimento econômico e social do Ceará cuja base era o Sertão: região valorizada para e pela a criação de gado e geradora de parte da população que comporá a elite e os demais quadros de Fortaleza. Em função desta origem a elite, embora instalando-se na região litorânea, continua inalando ares do sertão. Promove-se, portanto, projetos de urbanização que produzem um espaço para a elite longe da praia e direcionado para aquela região (p. 3-4).

Nesse contexto, a elite proveniente do sertão cearense, se instala na Cidade, na qual promoveu a expansão no sentido sul e oeste²⁴, pois se limitava ao leste pelo riacho Pajeú, que foi um obstáculo para o crescimento da Cidade em direção ao leste. Quanto ao norte, como relata Silva (1992), as construções (Forte, Passeio Público, Santa Casa de Misericórdia e Estação Ferroviária) formavam uma barreira paralela ao litoral, isolando-o. A Cidade desprezava o mar porque desconhecía as práticas marítimas e o único contato que a população mantinha com o litoral era pelo porto e a realização de serenatas²⁵.

A relação da população fortalezense com a área litorânea ocorria, quando os habitantes da Cidade se deslocavam ao porto à procura de produtos e inovações

²³ Para Dantas (2002, p. 40), o primeiro tipo de ocupação do litoral estava ligado à atividade da pesca, prática comum à totalidade do território cearense e o segundo ligado à favela representava fenômeno característico de Fortaleza cujo fluxo migratório impediu a integração de todos os retirantes às comunidades pesqueiras. Assim, as zonas de praia em Fortaleza caracterizavam-se como território da pesca e lugar da habitação dos pobres.

²⁴ O crescimento da Cidade orienta-se para a zona sul e oeste, no sentido oposto ao litoral, pois na virada do século, a população ainda não valorizava o mar. O rio Pajeú era uma barreira à expansão da cidade para o leste, Fortaleza cresce acompanhando as antigas estradas de Jacarecanga, Soure, Arroches e de Aquiraz (COSTA, 2003).

²⁵ As serenatas ocorriam à noite, notadamente nas noites de lua cheia, logo que a iluminação pública era apagada. Os participantes se dirigiam às praias para se estabelecer nas dunas brancas iluminadas pela lua, aproveitando-se das baixas temperaturas [...]. Embora as práticas evocadas até o momento possuam papel importante e representativo da maritimidade característica de Fortaleza, convém ressaltar que eles não promovem, na época, processo de urbanização das zonas de praia (DANTAS, 2002, p. 38).

européias ou, eventualmente, com as serenatas realizadas nas noites de luar. Rocha Júnior (1984) comenta sobre esta relação, ao ressaltar que

(...) antes a cidade utilizava a orla marítima apenas para as atividades portuárias e pesqueiras, com rápidas investidas no campo de lazer traduzidas por serenatas em noite de luar ou pelos banhos eminentemente masculinos. Aos poucos, o comércio de exportação ocupa as áreas entre a Sé e a Praia Formosa, dado apenas pela proximidade do ponto de embarque e desembarque, mas sem nunca explorar as visuais para o mar, constituído na verdade, uma barreira física entre a praia e o centro da cidade (p. 40).

Percebe-se a relação constante da população fortalezense com a área central e a rejeição à área litorânea. Esta relação permanecerá até 1930, porquanto, após esse período, dá-se a saturação do centro, tendo como conseqüência o deslocamento das funções da área central aos outros setores da Cidade, inclusive para o litoral.

Souza (1978) anota que Fortaleza era uma cidade de característica essencialmente mononuclear, mas observou sua descentralização por meio da transferência das funções comerciais e administrativas para outros setores da Cidade, causada pela saturação do centro, ou melhor, a hiperconcentração do núcleo central originou sérios problemas de tráfego no conjunto do espaço urbano.

Acredito que o congestionamento central não foi o fator determinante para a descentralização. Fortaleza passou por transformações significativas que possibilitaram sua expansão, como: o acentuado crescimento populacional, a instalação de indústrias, origem das favelas, surgimento de bairros, sub-centros e áreas de lazer, instalação de sistema de transporte coletivo, dentre outros.

Essa descentralização da área central da cidade de Fortaleza provocou sua expansão urbana pela transferência das funções residencial, comercial, administrativa e de lazer para outros setores da Cidade, dentre as quais, somente a função comercial permaneceu no centro, de forma parcial.

3.1 O Centro e o uso residencial

A ocorrência do elevado crescimento populacional em Fortaleza na década de 1930 (causado não pelo aumento da taxa de natalidade mas pelas migrações) foi um dos elementos decisivo na perda da função residencial. Segundo Santiago (2002), esse acontecimento se justificaria pela fascinação e a atração do migrante por Fortaleza, estando intrinsecamente relacionado à estrutura agrária (a seca, concentração de terras, etc.) ao déficit de confiança nas instituições (civis, eclesiásticas, estatais) e aos acontecimentos da ordem do desejo (a fascinação das camadas pobres pelo exotismo e pelo “soberbo” da cultura urbana, e a cidade como espaço possível da concretização das necessidades sociais e dos desejos de reconhecimento individual e coletivo).

A seca, a descrença da ação do poder público em solucionar os problemas do campo; a sedução que a Cidade impõe sobre os migrantes como “modelo hegemônico de bem-estar e estar bem” no mundo e a possibilidade de ascensão social provocou a migração para Fortaleza.

Essa população vinha para a Capital atraída pela concentração de atividades industriais, comerciais, sociais e culturais, mas, ao contrário do que pensavam, Fortaleza não tinha condições de atender a demanda dessa população crescente.

Os novos habitantes eram admitidos aos trabalhos de baixa remuneração ou quando não eram desempregados ou subempregados. Vivendo nesta situação, ficavam impossibilitados de usufruir de uma moradia dotada de infra-estrutura e conforto. A solução encontrada foi instalarem-se em locais desocupados, desvalorizados ou mesmo precários, como terrenos baldios, proximidade da rede ferroviária, terrenos da Marinha (leia-se litoral)²⁶.

Apropriando-se desses terrenos, construía suas casas precárias e desalinhadas, dando origem às favelas, localizadas principalmente nas áreas litorâneas.

²⁶ Segundo a Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, os terrenos de Marinha se estendem da posição da LINHA DA PREAMAR-MÉDIA, de 1831, até a distância de 33 metros medidos horizontalmente para a parte da terra. Eles são considerados bens imóveis da União. Situam-se no continente, na costa marítima, nas margens dos rios e lagoas, bem como contornando ilhas, aonde se faça sentir a influência das marés. Os acrescidos de Marinha são aqueles formados, de modo natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimentos aos terrenos de marinha (NEUHAUS, 2004, p. 33).

Naquele período, esses retirantes instalavam-se no aglomerado populacional denominado Moura Brasil²⁷, quando apareceu a favela Grande Pirambu, ambos localizados no setor oeste.

Para Linhares (1999), este crescimento, como vinha acontecendo até então, acentuou-se em direção ao oeste. Tanto as elites foram para Jacarecanga, como os migrantes de baixa renda estavam já se instalando na periferia oeste.

Certamente a presença desses aglomerados como vizinhos não agradava à classe média e à elite, ainda instalada no centro e em suas proximidades. Tal fato promoveu a saída da classe média para o Benfica e a praia de Iracema. Após alguns anos, a elite dá origem ao bairro da Aldeota (1930), fazendo com que o centro “perca” sua função residencial, ou seja, não se pode negar que esta área ainda tem residências, mas o deslocamento para outras áreas foi tão significativo que aponto como perda.

Silva (1992) anota que a escolha da elite em morar em outros bairros não foi somente pela presença de operários e migrantes, mas também está relacionada as vias de acesso introduzidas por Adolfo Herbster na planta de Fortaleza. Este projeto promoveu o direcionamento e a expansão da Cidade, pois à proporção que aumentava a população, surgiam novos bairros ao longo das vias, principalmente da ferrovia.

Também outro elemento decisivo na perda da função residencial do centro foi quando a população da classe média elegeu o bairro Benfica e a praia de Iracema como áreas residenciais. Assim percebeu-se que,

(...) mais ao sul, na estrada de Arroches em zona arborizada, onde se localizavam as fontes de água que abastecem Fortaleza até a seca 1877/79, começa a se desenhar, no final do século XIX, o bairro

²⁷ Antes do “boom” das favelas, nos anos de 1930, os subúrbios de Alto Alegre, de Barro Vermelho e, sobretudo do Arraial Moura Brasil eram considerados pela imprensa e pela polícia os mais perigosos da cidade. A partir dos anos de 1930, os pescadores que ali viviam começam a migrar em direção ao Pirambu, conhecido na época por Arpoadores, núcleo de pescadores. A acuidade controladora não bastou e o *boom* das favelas se materializou. Outra cronologia urbana emerge juntamente com a favela do Cercado Zé Padre, que nasce em 1930, e a do Mucuripe, em 1939. A partir dos anos de 1940, surgem as favelas do Morro do Ouro, que data de 1940, da Varjota, formada em 1945; a do Meireles e do Papoquinho são de 1950; a do Campo do América é de 1952; e, enfim, a do Lagamar surge em 1953. Ao longo desse período de favelização, aqueles núcleos de pobres iriam participar de uma imensa luta pelo reconhecimento, pela integração espacial e pela inserção social de seus moradores (SANTIAGO, 2002, p. 127).

do Benfica, com sobrados, bangalôs, chácaras e casas mais recuadas. O bairro foi dotado de infra-estrutura pelo prefeito Álvaro Weyne (1930-35). Nos anos trinta, era o bairro mais chique de Fortaleza, atraindo a população por sua paisagem, bosques, praça arborizada (Praça da Gentilândia), clubes, campo do Prado (hoje CEFET) e missa na igreja dos Remédios (MOTA, 2000 apud COSTA 2003b).

Não só o bairro Benfica se destaca neste período, mas também a praia de Iracema, não só pela valorização do ponto de vista residencial, mas também recreativo, ou seja, do lazer, momento em que a sociedade fortalezense, timidamente, passa a olhar o litoral.

O porto exerceu papel importante nesse processo de valorização do litoral de Fortaleza como área de lazer, por atrair a elite da Cidade, movida pela curiosidade sobre as inovações européias. Nessas visitas, as novas práticas marítimas da Europa, incluindo os banhos de mar, influenciaram a sociedade de Fortaleza, como aponta Dantas (2002):

(...) as relações derivadas das práticas terapêuticas, de recreação e de lazer, resultam diretamente de comunicação tornada possível por meio do porto. Entre as práticas vizinhas das práticas terapêuticas ocidentais, podemos incluir os banhos de mar e os usos associados ao tratamento de tuberculose (p. 14).

O escritor cearense Gustavo Barroso, em seu livro *Mississippi*, de 1996, escreveu sobre a realização dessas práticas marítimas:

O povo de Fortaleza costumava dizer que o Ceará Gás Company fizera contrato com a lua. A seu modo tinha razão. Porque nas noites de luar não se acendiam os combustores da iluminação. O céu nordestino quase sempre espanado de nuvens permitia isso. Ficava, então, a cidade envolta na luz prateada e misteriosa que os poetas contam e os namorados adoram. E as famílias aproveitavam a pouca claridade das ruas e a muita claridade das praias para tomarem banho de mar.

Meninas, m^oços e senhoras acompanhadas de mucamas e moleques, guardadas pelos homens da casa, de cabelos caídos aos ombros, saia e blusa, arrastando chinelas, desciam pelas ladeiras do Gasômetro, da rua de Baixo, de Boris e da Conceição para as praias

da Alfândega e do Pocinho. Na primeira, sobre o costão arenoso, alinhava-se uma dezena de barraquinha de madeira, construídas por gente de recursos, nas quais se operava a mudança de roupas. Quem não possuía um desses refúgios, despia-se empanada de lençóis estendido pelos criados. A ocasião era propícia para certos namoros ou breves recados dos coiós, mas com os maiores cuidados, porque, pais e irmãos vigiavam ciosamente o mulhierio. Os costumes da época obrigavam os homens a se banharem separados das mulheres, que usavam sungas de baeta grossa, geralmente vermelha, as mangas chegando aos punhos, as calças descendo até os tornozelos e a gola afogando o pescoço. Não se via afora a cabeça, as mãos e os pés, um tico de carne (p. 159).

Tais práticas promoveram a ocupação da praia de Iracema, antes ocupada por pescadores. Rocha Júnior (1984) informa que esta área, até então local de "fogo de caipira, pinga e facada de pescador", adquire novas funções urbanas. A praia, constituída por jangadeiros com suas casas de palhas, com suas areias muito limpas e repletas de coqueiros, desperta a cobiça dos veranistas mais abastados. Um dos primeiros foi o coronel Porto, comerciante vindo de Recife, que em 1926 inaugura seu palacete eclético, onde hoje funciona o restaurante Estoril. Em torno da casa dos Portos, novos pequenos palacetes se levantaram, formando aos poucos um casario de feição eclética, onde se destacam os telhados de telha francesa.

Assim, uma parcela da população transfere-se do centro para outras áreas em busca de novos espaços de moradia.

E a instalação das primeiras indústrias²⁸ no setor oeste de Fortaleza também contribuiu para a perda da função residencial do centro. Para Souza (1978), a maior concentração de indústrias verifica-se ao oeste, tornando-se como preferência o centro da Cidade, ao longo do eixo viário da avenida Francisco Sá, começando no bairro de Jacarecanga e se estendendo até a Barra do Ceará.

A ocupação dessa área pelo setor secundário pode ser explicada pela presença da ferrovia, que não só facilitava o recebimento das matérias-primas e escoamento da produção bem como desvalorizava os terrenos por onde passavam os trilhos de RVC...

²⁸ A preferência pela parte ocidental da Cidade, já se faz sentir a partir da implantação das primeiras indústrias. Em 1926, instalam-se no bairro Jacarecanga, nas indústrias têxtil e de cigarros (SOUZA, 1978).

A presença das indústrias e da população de baixa renda no setor oeste da Cidade fez com que a elite abandonasse o bairro Jacarecanga, elegendo a Aldeota como nova área residencial, como demonstra Silva (1992):

(...) a concentração da população operária, a transformação dessa área na mais promissora concentração industrial do Estado, e o posterior surgimento de favelas foram os maiores motivos²⁹ para que a burguesia que se instalava com suas confortáveis e belas residências no bairro de Jacarecanga, em sua maioria e, menos escola no bairro do Benfica, no início da expansão da cidade, elegesse outro espaço onde pudesse se instalar, distante de indústrias e da presença incômoda de operários. Assim surge a Aldeota, que tem suas origens em forma de bairro organizado no mesmo tempo em que se registra o surgimento das favelas de Fortaleza, que se instalam nas proximidades do Centro, naquelas áreas não valorizadas pelos segmentos ricos da população para a fixação de suas residências (p. 50).

Este bairro surgiu por volta de 1930, mas a ocupação mais intensa ocorreu nos anos 1940, delimitado ao norte pelas ruas Pereira Figueiras e av. Dom Luís; ao sul pela av. Antônio Sales, ao leste pela rua Frei Mansueto e via-férrea Parangaba-Mucuripe e ao oeste pela rua João Cordeiro, mas Pontes (2005) comenta que o fortalezense passa a designar “Aldeota” extrapolando a área geográfica considerada pela Prefeitura. Certamente este fato se liga ao desejo do fortalezense em habitar no bairro mais elegante da Cidade.

Jáder de Carvalho (2003), em *Aldeota*, aponta a procedência dos moradores deste bairro, denunciando a maneira suja de se fazer fortuna no Ceará, ao descrever a trajetória de Chicó (personagem principal da obra) e o seu retorno a Fortaleza, onde faz fortuna. Assim, mostra como a personagem passou a adquirir posses no comércio de exportação, do qual se utilizava para realizar o contrabando:

O contrabando anula terrenos baldios e alarga para o nascente o bairro aristocrático de Fortaleza. Já muda a geografia. Já mudam os

²⁹ Segundo Dantas (2002), a rejeição aos pobres não foi o fator determinante para a fuga das classes abastadas, uma vez que passou a ocupar outros espaços que também eram ocupados pelos pobres ao se instalarem ao norte e ao leste da Cidade; mas em razão, também, da especificação do Centro, os planos urbanísticos que provocaram a valorização de determinadas áreas e a chegada do automóvel possibilitaram a sociedade fortalezense distanciar-se.

horizontes. Aqui e ali, brotam do chão aquilo que as estatísticas da fortuna privada jamais poderão explicar e justificar: os palácios, as moradas luxuosas, as vivendas nascidas à feição do clima, também brancas, linda e criminosamente brancas. Numa topografia diferente, microgeográfica, Aldeota se personaliza, assume limites certos, cria a sua própria alma, amadurece enfim. O câmbio negro dos pneumáticos, o subfaturamento da cera de carnaúba, o contrabando de peles silvestres, os incêndios propositais, lucrativos e sem mistério, transformam-se pela varinha mágica da fraude, num dos bairros mais ricamente famosos de que há notícia em cidades do Brasil (p. 325).

Pelo olhar de Catá (paraense, esposa de Chicó), que costumava escrever suas impressões sobre a Cidade, o autor mostra as regalias adquiridas pelo casal, como a moradia no Benfica, o convívio com a elite de Fortaleza (geralmente, comerciantes que enriqueceram em negócios fraudulentos) e a mudança do casal para o bairro Aldeota³⁰, o mais luxuoso da Cidade.

Certamente, por meio dos três processos apresentados (migração, presença de indústrias e origem dos bairros Benfica, Praia de Iracema e, posteriormente, o da Aldeota) foi provocada a transferência do fortalezense do Centro para outras áreas da Cidade, o que levou à perda de função de moradia.

3.2 O uso das funções comercial e administrativa no Centro

Segundo Costa (2005), na década de 1970, começam a se formar os centros secundários. No Montese, ao longo da avenida Gomes de Matos, em virtude de seu papel de conexão regional rodoviária, da proximidade da Parangaba, e do predomínio de população de baixa renda, desenvolveu-se pequeno comércio local de autopeças, que, posteriormente, atraiu filiais de lojas do centro e agências bancárias. Quanto à Aldeota, instalou-se o primeiro *shopping center* da capital, denominado *Center Um* em 1974 e, ao longo das avenidas Santos Dumont, Desembargador Moreira e Barão de Studart, desenvolveu-se um comércio de luxo, serviços especializados, mobilizando o setor financeiro.

³⁰ Deixamos a modesta casa do Benfica e nos instalávamos no bangalô da Aldeota, diante do mar. Comerciantes, industriais e banqueiros, gente do círculo social do meu marido, conversavam, riam, cochichavam em redor da mesa coberta de bolos finos e bebidas caríssimas (CARVALHO, 2003, p. 343).

A partir da origem desses novos subcentros, Silva (1992) aponta que o centro tradicional da Cidade vai se convertendo em centro de periferia, visto que a população burguesa e amplos setores da classe média encontram áreas comerciais opcionais que substituem as atividades exercidas anteriormente pela zona central. Esta, porém, não perdeu totalmente sua função comercial, Dantas (1998) acrescenta que, embora ocorra o deslocamento das residências, órgãos públicos, casas comerciais e de serviços para fora da área central, não significa que há esvaziamento do Centro, pelo contrário, há fortalecimento das atividades comerciais. A diferenciação é de que passa a se caracterizar por ser um tipo de comércio voltado, principalmente, para a população de baixa renda.

A perda da função comercial do centro foi parcial em virtude da redução de parcela dos consumidores (a elite), mas a população de baixa renda permaneceu consumindo na área central, mantendo-a como local de consumo.

A transferência do poder administrativo, que estava no centro da Cidade, mas precisamente nas praças da Carolina, do Ferreira e da General Tibúrcio (conhecida popularmente por praça dos Leões) também foi deslocado.

Para Souza (1978), a função administrativa apresentava tendências espontâneas de descentralização, notadamente na direção da Aldeota, sobretudo nas avenidas Santos Dumont, Barão de Studart e ruas transversais. Essa tendência explica-se pelo fato de haver, nessas áreas, vários imóveis de grandes dimensões, que, não oferecendo condições para continuarem sendo utilizados para uso residencial, passaram a ser ocupados pelas repartições públicas. Essa tendência foi acentuada após a localização do Palácio da Abolição, sede do Governo do Estado, na avenida Barão de Studart.

3.3 A valorização do litoral

O Centro, com seus clubes, praças, ruas e igrejas, era o local de lazer da população de Fortaleza. No que se refere aos clubes da área central, estes começam a desaparecer, restando somente o Clube Iracema, que resistiu até o surgimento do clube dos Diários em 1913. Pontes (2005, p. 126) aponta que esses dois clubes foram os mais atuantes, limitando-se a promover festas e jogos de salão. Mais tarde, ambos foram transferidos para outras áreas e surgiram outros.

Assim, elege-se a Aldeota, o litoral da praia de Iracema e Meireles para a instalação ou transferência dos chamados “clubes elegantes” da cidade como: Clube Iracema, Clube dos Diários, Náutico Atlético Cearense, Ideal, Maguari, Líbano, Country e o Círculo Militar.

Como as práticas marítimas ainda não dominavam o lazer em Fortaleza, os clubes situados no litoral também se estruturam de costas para o mar³¹, segundo Pontes (2005, p. 96); “dada a ausência de via de circulação na faixa lideira ao mar, as sedes praianas de clubes importantes com [sic] o Ideal, Diários e Náutico voltam suas fachadas para a então avenida Aquidabã, priorizando e valorizando a ligação com a cidade em detrimento da orla”.

Quanto à praça, Pontes (2005) relata que esse espaço de lazer era o mesmo usufruído por vários segmentos sociais, embora de forma segregada. Com a ocupação da Aldeota, porém, e a transferência dos clubes para a orla marítima, ela perde gradativamente seu papel polarizador do lazer.

Acrescenta-se a esses fatores o fascínio da elite de Fortaleza pelo modo de vida europeu, pois é pelas viagens à Europa ou na busca de informações no porto³² sobre as novas idéias daquele povo civilizado, principalmente o da França, que a sociedade fortalezense descobriu o mar.

Ao descobrir as práticas marítimas (banho de mar para fins terapêuticos) realizadas na Europa, a classe abastada de Fortaleza busca incorporá-las, adaptando-as ao seu cotidiano. A partir desse momento, inicia-se lentamente a mudança de mentalidade da elite em relação ao litoral.

Nas primeiras décadas do século XX, o litoral de Fortaleza passou pelo processo lento de valorização por parte da elite; a princípio, com fins terapêuticos, em seguida, a elite incorpora o litoral como espaço de segunda moradia e de lazer, mais tarde, de forma acentuada, incorporou as demais partes do litoral do Estado do Ceará com o desenvolvimento de políticas turísticas voltadas para a praia.

³¹ O mar funcionava assim, quase com um “quintal”, constituindo mais uma opção a ser oferecida aos frequentadores, porventura desejosos de tomar banho, do que propriamente um atrativo importante. Na verdade, os clubes se voltavam “para dentro” das suas instalações (PONTES, 2005, p. 96).

³² As relações estabelecidas por meio do porto evidenciam acentuado grau de ocidentalização das classes abastadas, diretamente proporcional às demandas por mercadorias e, principalmente, idéias ocidentais que chegavam pelo porto (DANTAS, 2002, p. 33).

Para Dantas (1998), a incorporação dos espaços litorâneos à Cidade ocorreu em três momentos históricos - nos anos de 1930, 1970 e 1980.

Nos anos 1930, consolidam-se os banhos de mar, que deixam de se configurar como tratamento terapêutico e começam a atrair a população como forma de lazer coletivo e gratuito. A praia de Iracema reflete essa valorização com as práticas de banhos de mar e a construção das primeiras casas de veraneio.

O fluxo das classes abastadas, para a parte leste e norte da cidade, representa a consolidação da primeira tentativa de ocupação de espaços encontrados além das zonas consideradas como ideais para a habitação: as areias, sujeitas à ação direta dos ventos alísios e ocupados por barracos. Estas zonas da cidade renderam-se aos caprichos das classes abastadas, desejosas de se estabelecer em chácaras e ocupando espaços habitados pelos pobres. A praia de Iracema beneficiou-se da mesma lógica, mas, neste espaço ao norte de Fortaleza, referidas classes procuravam deleitar-se com o desenvolvimento de novas práticas marítimas, notadamente os banhos de mar e as caminhadas na praia, todos relacionados ao veraneio e, principalmente, às demandas por lugares de lazer, em concorrência direta com o Centro (DANTAS, 2002, p. 51).

Para Costa e Almeida (1998), a construção do porto do Mucuripe provocou a erosão da zona da praia de Iracema, favorecendo a transferência dos banhos de mar e das residências secundárias para a praia do Meireles, Volta da Jurema, Mucuripe etc.

Nos anos 1970, o Estado começava a interferir neste espaço, promovendo a urbanização da zona de praia de Fortaleza, com a construção de equipamentos à beira-mar: os calçadões. Esses fatores abriram caminho para a valorização do litoral com a construção do calçadão da Beira-Mar³³, voltando finalmente a Cidade para o leste. Como anota Dantas (2002), esta avenida é

³³ Não havia pois, a Praça, como resistir. Quanto à posição de pólo de lazer, tinha de entrar em concorrência com os clubes praianos, com a recém aberta avenida Beira Mar, com as próprias praias, a partir de então freqüentadas em massa pelas novas gerações: a condição de tribuna política se esvaziara com a mudança das sedes do poder; quanto aos transportes urbanos, ia perdendo gradativamente a situação de centro distribuidor, com a remoção dos terminais para as praças periféricas, mais distantes, de maiores dimensões e contíguas às vias de saída do centro; o horário noturno sofria também a interferência da televisão, cada vez mais presente no cotidiano brasileiro (CASTRO, 1982, p.30).

(...) marcada por uma diversidade de atores. A zona de praia com verdadeira barreira de arranha-céus e suas praias urbanizadas, é incorporada ora como perspectiva marítima admirada a partir das janelas dos apartamentos luxuosos e dos hotéis; ora como lugar de uma série de demandas de lazer e de turismo – notadamente os banhos de mar, banhos de sol, passeios, exercícios de esporte, e o trabalho de toda natureza, da prostituição à pesca, bem como novas atividades como restaurantes, o comércio ambulante, as atividades artísticas etc. (p. 67-68).

Certamente a facilidade de acesso da população pobre à Beira-Mar, com a criação de linhas de ônibus direcionadas para tal área, causou o afastamento da elite em direção à praia do Futuro em busca de lazer. Como anotam Costa e Almeida (1998) a presença desses agentes, associada à poluição, contribuíram para o deslocamento do lazer das classes abastadas para a Praia do Futuro e para clubes profissionais: dos advogados, dos médicos etc.

Nos anos 1980, adotam-se políticas públicas de desenvolvimento turístico. Indicando a intervenção do Estado no litoral, no intuito de associar o turismo à política de desenvolvimento econômico e social do Ceará.

Dantas (2002) assevera que, nesse período, acrescenta-se à Beira-Mar uma política mais acentuada do poder público com a construção dos calçadões da praia de Iracema, da praia do Futuro e da Leste-Oeste, formando uma linha paralela a toda a costa leste e parte da oeste, visando à ligação entre os três calçadões, mas foi impossibilitada em razão da existência de rugosidades, como a zona portuária, entre a Beira-Mar e a praia do Futuro, e a Indústria Naval, entre a praia de Iracema e a Leste-Oeste.

Apesar da construção dos calçadões atingir áreas litorâneas das zonas leste e oeste da Cidade, é percebida a prioridade de investimentos no setor leste em detrimento do setor oeste. Soma-se a isto o processo de ocupação diferenciado do litoral de Fortaleza, que provocou uma divisão socioespacial estigmatizada – litoral da zona oeste - populoso e de baixa renda, e litoral da zona leste - ocupado pela elite³⁴, apesar da presença de favelas também no setor leste. Essas diferenças permanecem, mas, com o advento do turismo como principal atividade do setor

³⁴ Assim, nos setores leste e sudeste da Cidade, salienta-se uma Fortaleza “verticalizada”, onde residem as classes sociais de renda mais elevada, enquanto nos setores oeste e sudoeste da cidade, embora se verifique a existência de alguns bairros de classe média, predominam os bairros populares e grandes concentrações de favelas (SOUZA, 2003).

econômico do Estado do Ceará, há uma tentativa de reduzir essas diferenças com a implantação de infra-estruturas, principalmente no litoral do setor oeste de Fortaleza.

Estas estratégias e as iniciativas posteriores de implementação do turismo no Estado do Ceará promoveram o que Dantas (2002) aponta como uma mudança de mentalidade da elite em relação ao litoral, voltando a Cidade (outrora ligada as atividades do sertão) para o mar, no período pós-1980. Assim, a Cidade, que era “litorânea-interiorana” se faz “litorânea-marítima”.

É importante enfatizar esse terceiro momento (pós-1980) da valorização litorânea³⁵ por ser o mais intenso, Coriolano (1998, p. 66) afirma que o “turismo foi introduzido no Ceará, de forma mais arrojada, pelas políticas públicas de desenvolvimento econômico, no final da década de 1980, com o Plano de Mudanças, do governo Tasso Jereissati (1987-1990). Nesse governo o Estado passa a considerar o turismo como um dos eixos de propulsão da crescente economia local. Até então, o turismo no Ceará era uma atividade econômica de pouca relevância, com ações desarticuladas, visando somente trazer turistas ao estado, sem uma preocupação maior com a vinculação do turismo à macroeconomia estadual”.

Neste contexto, o poder público (governo estadual) volta a visão para o litoral, priorizando a atividade turística, na qual visa ao desenvolvimento econômico do Estado cearense, à inserção do Ceará no cenário do turismo nacional, internacional e, também, a atender aos interesses do setor privado (os especuladores imobiliários), tentando integrar os espaços turísticos litorâneos cearenses.

Seguindo esta razão, o governo do Estado e a iniciativa privada investem na utilização do *marketing* e propaganda turística e da implementação de programas e projetos que possam desenvolver a atividade turística do Ceará.

Segundo Aragão (2005), a elaboração da imagem turística cearense ocorreu por meio da publicidade e da propaganda³⁶, inicialmente de forma tímida, utilizando-se imagens do centro histórico de Fortaleza até o momento em que se instalou no

³⁵ Lima (2002, p. 67) anota a prática do veraneio, a valorização do morar à beira-mar e a incorporação dos espaços à dinâmica turística, de maior expressão, ocorreu inicialmente em Fortaleza, levando à incorporação de vários lugares da zona costeira cearense, começando com algumas localidades praianas em municípios vizinhos (Iparana e Icarai em Caucaia, Prainha em Aquiraz) e, em seguida, expandindo-se para localidades em municípios mais distantes.

³⁶ A primeira, visava atrair recursos e fluxos e a segunda no intuito de propagar as realizações e conquistas de uma elite que assume o controle do poder político estadual (ARAGÃO, 2005, p.102).

Estado o novo governo (dos empresários), que inseriu o litoral cearense em diversos tipos de mídia para a divulgação do Ceará como destino turístico: *folders*, vídeos, brochuras, jornais, televisão (novela *Tropicaliente*) e revistas, promovendo, assim, não só a atração de turistas, como também utilizando a imagem como aparato ideológico propagandista político.

O poder público investiu na divulgação das imagens do Estado em diferentes veículos publicitários no sentido de promover a reversão da imagem atribuída às grandes estiagens no Estado. Com a criação da ENCETUR no início de 1970, esta empresa dá o primeiro passo para a produção da imagem do Ceará como destino turístico, mas privilegiou o centro histórico da Cidade, espaço pouco valorizado:

Os pontos inventariados constituem-se de monumentos da memória histórica de Fortaleza. Especificamente são privilegiados os patrimônios culturais construídos, como o Forte de Nossa Senhora da Assunção, o antigo farol, a estátua de Iracema, o atual prédio da Reitoria da Universidade Federal do Ceará, a Praça do Ferreira e o Parque da Criança (ARAGÃO, 2005, p. 82).

Aragão (2005) aponta que este tipo de publicidade prossegue praticamente até os meados da década de 1980, época de transição de regime político, quando se davam os primeiros passos rumo à redemocratização. A partir desse momento, a publicidade turística passou a centralizar suas atenções no sol e nas praias, indicando a tendência de se investir num turismo mais massivo.

Nesse contexto, instala-se no Ceará o “Governo das Mudanças” com Tasso Jereissati, momento em que a orla marítima é incorporada às imagens do Estado, o centro histórico perde lugar para as paisagens naturais e é criado o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Litoral do Ceará (PRODETURIS), promovendo um estudo sobre as potencialidades do Estado, no qual, que servirá de base para projetos futuros.

Na segunda administração, a partir de 1991, Ciro Gomes, seguindo a lógica desse novo governo que se instalou no Ceará, promove nova forma de constituir a imagem do Estado, inserindo a propaganda política. Ressalta Aragão (2005) que:

o marco da introdução de propaganda política nas imagens turísticas, adquirindo conotação político/ideológica no intuito de promover a administração governamental, ocorreu com a produção da telenovela

da Rede Globo de Televisão, “Tropicaliente”. A reportagem de título: “O jabá tucano – o governador Ciro Gomes faz um investimento turístico-político na novela Tropicaliente”, publicada na revista Veja em 25 de maio de 1994, torna-se a enunciação da concretização do que já tinha em mente o “Governo das Mudanças”: fazer propaganda política mediante a atividade turística (p. 102-103).

No governo de Ciro Gomes, o projeto de *marketing* promoveu na imprensa local, nacional e internacional a elaboração de uma imagem do Ceará como espaço moderno, desenvolvido e constituído por habitantes humildes, humoristas e hospitaleiros³⁷.

Quanto à realização dos programas e projetos, uma das estratégias mais importantes foi a criação do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Litoral do Ceará (PRODETURIS) em 1989, pelo Instituto de Planejamento no Ceará (IPLANCE), visando ao planejamento territorial para o turismo, anterior ao Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo na Região Nordeste (PRODETUR-NE), ao qual se incorpora em 1992, sendo designado de PRODETUR-CE.

Deste modo, o PRODETUR se apresenta como concepção estratégica de desenvolvimento regional orientada para mapear e organizar o espaço físico de todo o litoral cearense, subdividido em 4 regiões turísticas, com vistas a detectar suas potencialidades de investimentos públicos e privados, dentro de uma perspectiva que leve em conta a preservação do patrimônio físico, ecológico e cultural das áreas estudadas (BENEVIDES, 1998, p. 33).

Dentre as quatro regiões turísticas³⁸ de planejamento, foi priorizada a região turística II, que engloba os Municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca. Este projeto foi financiado com recursos do

³⁷ Por certo, as potencialidades enumeradas pelo Pacto de Cooperação, como sol o ano inteiro, clima ameno e agradável, extensa e bela faixa litorânea e povo hospitaleiro, são postos a serviço de todos os “atores” relatados pelo pacto para a produção do turismo de sol e mar. Todas estas potencialidades serão apropriadas pelo turismo e transformadas em imagens virtuais emolduradas em *folders*, revistas, brochuras, vídeos etc., cuidadosamente selecionadas, sendo a partir deste momento espetaculizada em acentuação de jogos de cores e ângulos, além de complementadas textualmente, tendo como produto final a perfeita fusão entre imagem e texto (ARAGÃO, 2005, p. 79).

³⁸ As quatro regiões estão assim compreendidas pelos seguintes municípios: I-Fortaleza, Aquiraz, Caucaia (Região Metropolitana de Fortaleza); II-São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca – (Sol poente I); III-Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati, Icapuí (Costa Solnascente); IV-Barroquinha, Camocim, Cruz, Acarú, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Amontada – (Solpoente II) (BENEVIDES, 1998).

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e investimentos estadual e federal. As ações desse programa se desvinculam da idéia da divisão socioespacial entre zona leste e zona oeste, considerando estratégias que reduzam essas diferenças.

Benevides (1998) explica que a prioridade desta área decorreu da reduzida atração dos especuladores imobiliários em virtude da ocupação, restrita a numerosas populações de baixa renda que se utilizam desse espaço como local de lazer e moradia, Também a presença de aglomerados desorganizados no litoral apontam a necessidade de um plano diretor. Assim, tentam incorporá-la e homogeneizar os espaços litorâneos de Fortaleza para a exploração turística com a construção de vias de acesso às praias do oeste do Ceará, bem como atender as demandas do setor industrial (econômico), facilitando a circulação e as atividades portuárias no porto do Pecém.

Partindo desse programa, o Poder público estadual reconhece o caráter litorâneo do Estado cearense, investindo em políticas de planejamento territorial (resultando no acúmulo de investimentos no litoral) com a construção do aeroporto Pinto Martins e vias de acesso que partem de Fortaleza em direção aos municípios litorâneos vizinhos, elegendo a Capital como ponto de recepção e distribuição do fluxo turístico no Estado.

Para tornar-se local receptor do fluxo turístico, Dantas (2002) relata que Fortaleza se beneficia com a construção de vias litorâneas por meio das políticas públicas e privadas. Tal fato promove a incorporação das zonas de praia à rede urbana estadual, possibilitando a ligação da Capital aos núcleos litorâneos.

Essas ações estão em decurso de realização e reforçadas a partir do projeto Fortaleza Atlântica, visando a voltar Fortaleza para o mar, com a exploração de todo o litoral. Assim, partiu da estratégia de sua divisão em três *clusters*: *cluster 1*- do porto do Mucuripe à praia do Futuro; *cluster 2*- da avenida Beira-Mar à praia da Leste Oeste, correspondendo ao corredor turístico-cultural, com a criação do Centro Cultural Dragão do Mar, Mercado Central e a possibilidade de construção do Centro de Feiras e Eventos do Poço das Dragas; *cluster 3*- do Pirambu à Barra do Ceará, visa à incorporação desta zona à dinâmica turística com a construção da avenida Costa-Oeste (DANTAS, 2002).

A construção desta avenida é motivo de especulação constante, uma vez que possibilitará a melhoria das condições ambientais do setor oeste de Fortaleza ocupado por favelas, como a do Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará, bem como a ligação de Fortaleza à região II, área de atuação prioritária do PRODETUR-CE. Segundo Dantas (2002), as políticas públicas e privadas de desenvolvimento do turismo em Fortaleza, inspiradas nas novas relações da sociedade com o litoral, atualmente eleito como lugar privilegiado, põem em xeque a divisão clássica da Cidade em duas partes, a leste e a oeste: a primeira mais bem-cuidada e a segunda “abandonada” pelo Poder público.

No futuro talvez isso aconteça, mas ainda é perceptível a permanência da ocupação diferenciada dos setores leste e oeste do litoral de Fortaleza, provocando divisão socioespacial e econômica distinta.

No que tange à área litorânea da zona oeste de Fortaleza, onde se localizava o Grande Pirambu (hoje corresponde aos bairros Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará), não houve valorização por parte da elite local. Acredita-se que a não-valorização decorre não só a ocupação da área pelos migrantes pobres e a presença de indústrias já citadas, mas também à elaboração da imagem negativa desta área como local de recepção de tudo o quanto a Cidade desprezava no século XIX, perpetuando-se até os dias atuais.

Capítulo 4

Focalizando o Pirambu

4.1 Quando o Pirambu se torna insalubre

No século XIX, Fortaleza apresentava um sistema de saneamento rudimentar. As técnicas para manter a salubridade eram insuficientes para cidade. De modo que sua higienização era bastante precária, evidenciado o descaso das políticas públicas para isto. Nesse período, já se percebe o desprezo da sociedade fortalezense em relação ao litoral, ao despejar tudo o que se rejeitava na Cidade. Um desses destinos era o Grande Pirambu, o qual passou a ser o principal receptor dos dejetos.

Esta prática referente à limpeza pública e doméstica faz com que a população residente na Capital se encontre face a face com o problema de geração constante de dejetos e do alto índice de mortalidade. Para Brasil (1922) este quadro peculiar denota o descaso de moradores em relação aos dejetos; às práticas rudimentares adotadas na liberação das matérias fecais e dos resíduos domésticos; à aglomeração da população e importação de doentes contagiosos.

O descaso dos moradores relativamente aos dejetos reforça o quadro de insalubridade existente em Fortaleza, evidenciado pelas práticas dos moradores em jogar lixo no quintal, a falta de costume de lavarem suas habitações, associada à carência de água potável para uso pessoal e doméstico são elementos reforçadores de quadro caótico do século XIX,

(...) os detritos orgânicos ou resíduos das casas, sem meios de remoção prontos, são outros tantos agentes de infecção. Os restos de cozinha, as águas servidas, etc., geralmente lançados nos quintais, ficam expostos à decomposição pútrida e não poucas servem de alimentação à criação miúda, de galinácea, etc. (BRASIL, 1922, p. 87).

A higiene doméstica era uma prática rara. Mesmo na moradia dos mais abastados, era possível perceber a sujeira, como comenta Brasil, (1922):

O asseio interno das casas é deficiente, e, na maioria delas, nenhum. Ao pó, depositado pelos ventos, reúnem-se os detritos de todas as procedências, arrastados pelos varredores e depositados em algum canto escuso, quando a vassoura entra em tal processo. Mesmo nas casas mais suntuosas, a falta de serventes domésticos, inteligentes, zelosos ou simplesmente cumpridores de seus deveres, deixa muito a desejar quanto a higiene da habitação (p. 91).

No que se refere a água, ao seu uso pela população local, era retirada das cacimbas, cuja pequena quantidade e utilização inadequada facilitavam a contaminação, que implicava escassez de água potável. O autor assinala que os

(...) quintais das casas de Fortaleza são geralmente de pequena superfície, sendo tomada uma seção para uma cacimba ou parte dela, porque as há pertencentes a duas, três e às vezes a quatro casas. A água geralmente consumida como alimentação provém de poços abertos em quintais ou chácaras, sendo conduzida em baldes desasseados e a toda hora do dia (p. 93).

Essa descrição dos costumes dos habitantes da cidade de Fortaleza do século XIX mostra o quadro da falta de higiene da população em sua moradia.

No tocante às práticas rudimentares adotadas na liberação das matérias fecais e dos resíduos domésticos, concebem-se três formas de esgotamento, conforme apontado por Brasil (1922): o despejo de dejetos nos riachos Pajeú e Jacarecanga; as cloacas fixas, que consistiam em buracos cavados nos quintais para enterrar os dejetos; e as cloacas móveis, que consistiam na utilização de barril chamado cumoa, no qual eram depositados os dejetos para serem lançados ao mar. Ao analisar essa tentativa de livrarem-se dos dejetos, percebo que o destino final dos rejeitos nos três procedimentos era o mar.

A maior parte da população cearense utilizava-se das cloacas fixas. Esta fossa era uma imitação grosseira da fossa francesa. Na França, quando a cloaca estava totalmente cheia, providenciava-se o esgotamento, ou melhor, o despejo (vindaje) feito através de um separador, que retinha a matéria sólida e escoava o

líquido para o esgoto. Em Fortaleza as matérias depositadas nestas fossas jamais eram retiradas, comprometendo o solo e a água dos poços. Cunha *apud* Brasil (1922, p. 97); assinala que

Infelizmente é este o sistema mais seguido na Fortaleza: consiste em um buraco de um a dois metros de profundidade com um metro de diâmetro; recebe este todas as podridões das casas. Estão expostos, e com repugnância o habitante vê a fermentação das matérias depositadas e respira os gases delas emanados; uma vez cheia a cava, tapa-se com alguns centímetros de terra e abre-se outra a poucos metros de distância. Estas fossas fixas de Fortaleza são eternas, jamais retiram-se as matérias nelas depositadas. Estas, porém encontrando um terreno, como o da Fortaleza, essencialmente permeável por ele infiltrarem-se procurando o ponto mais baixo que é a natural e facilmente encontrado na cacimba. Aí infeccionavam as águas, que o habitante, quando não a bebe, dela serve-se para todo o uso doméstico.

A minoria da população utilizava fossas móveis (denominadas cloacas). Conhecidos como *cumoas*, eram barris de madeira nos quais a população mais abastada depositava seus dejetos, para posteriormente lançá-los ao mar.

Alguns escritores cearenses descrevem esse tipo de esgotamento, dentre os quais posso citar Adolfo Caminha, *A Normalista*, onde aponta os sonhos impossíveis e horrorosos de Maria do Carmo com o Romão, um negro musculoso e bêbado que, ao vê-la, largou o barril de imundícies para beijá-la. Este procedimento é descrito, também, pelo historiador Raimundo Girão:

As dejeções das moradias acumulam-se semanas e quinzenas em barris especiais, de forma cônica, chamados cartolas, cumoas ou cambrones, em memória do herói do derradeiro quadrado da Guarda Imperial de Waterloo, que são retirados e lançados ao mar [...]. O sistema de remoção desses cubos e o seu despejo, quando outras razões não militassem contra a sua adoção, bastaria para comentá-lo, por ser o mais anti-higiênico e incômodo para os infelizes moradores das ruas por onde passava esse cortejo do saneamento tolerado, senão aconselhado por nossa ciência oficial. Os condutores dos barris, recrutados na escória da ínfima dos jornaleiros, pela natureza repugnante do serviço, são outros tantos agentes de infecção da cidade. Imundos, asquerosos, mostram nas suas vestes os traços do ofício. Não raro, por: embriaguez nas ruas, nas quais permanecem dias e dias, apenas cobertos por tênue camada de areia, sem que a autoridade sanitária mande proceder à desinfecção delas (1997, p. 47).

Em crônica singular, Barroso (1989) descreve cena peculiar, quando se refere ao transporte de dejetos em cloacas móveis.

O Romão é um antigo escravo bestializado pela miséria. Imundo, fedorento e sórdido, anda meio curvo, arrimado a um varapau, rosnando sempre nomes feios. Sustenta-se de cachaça e come vísceras cruas que compra ou lhe dão na Feira, misturadas com farinha de mandioca no fundo do seu fétido chapéu de palha de carnaúba. Uma tarde, estou no meu rendoso velocípede no Passeio Público, quando ele passa de cartola à cabeça em frente da Santa Casa rumo à rampa do gasômetro, que leva à praia. De súbito, o apodrecido fundo do barril de imundície cede e afunda, enterrando-se-lhe este pela cabeça até os ombros. A massa horrenda sufoca-o, cobre-o todo e derrama-se pelo chão, empestando a rua. O desgraçado braceja como um cego, enquanto toda a gente foge, sem coragem para socorrê-lo. As Irmãs de Caridade do hospital mandam os jardineiros lhe atirarem alguns baldes de água que o salvam daquela ignóbil situação (p. 110).

O local predominante desses despejos era o litoral oeste.³⁹ O Grande Pirambu tornou-se, assim, local de recepção dos dejetos de parcela da população que utilizava as cumoas.

Quanto aos problemas gerados pela aglomeração da população, Brasil (1922) noticia que os prédios se multiplicavam de preferência as pequenas construções para as classes pobres, quase sempre apertadas, de cômodos exíguos, sem quintais. Estes locais eram construídos pelas vítimas da estiagem que migravam para Fortaleza, constituindo verdadeiros focos de moléstias contagiosas causadas pela ausência de higiene⁴⁰.

Também Costa (1997) comenta sobre os problemas dessa população, ressaltando que ela se instalava na Cidade mantendo os mesmos costumes do campo e a ausência de uma disciplina urbana e higienista favoreceram o

³⁹ Os moradores que habitavam próximo às margens do córrego de Jacarecanga e do Pajeú despejavam seus dejetos nesses rios, provocando a poluição da água.

⁴⁰ O Nordeste brasileiro, a partir do século XIX, foi marcado por longos períodos de estiagem, que provocaram a migração e a concentração da população nas cidades, principalmente nas capitais, pois estas ofereciam mais apoio aos “retirantes”, pela proximidade do poder público. Posteriormente, com a Lei de Terras (1850), agrava-se este quadro. A estrutura fundiária concentradora contribuiu para a expulsão do homem do campo. Os equipamentos também são fatores atraentes, que levaram a população do campo para a cidade. Numa sociedade rural, o surgimento desse fenômeno urbano explica-se pela degradação das condições de vida no campo (COSTA, 1999).

aparecimento de doenças e o aumento das taxas de mortalidade. A autora ainda assinala que a

(...) população que vem do campo não tem os traços de comportamento, os modos e usos próprios do cidadão. Pode-se dizer que seria rústica e às vezes mesmo rude em contraposição à urbana. A sua relação com o espaço é diferente. Tenta reproduzir na cidade sua vida no campo, nos seus pequenos quintais ou mesmo nas ruas, pois não estava acostumada a separação entre espaço público e privado. [...] Mantinha hortas, fruteiras, criava galinhas, porcos e até vacas soltas pela cidade e arredores. Seu modo de vida entrava em choque com o padrão urbano. Dessa forma, essa população que chega tem que ser “civilizada”, urbanizada, para aprender, ou melhor, para adaptar-se ao modo de vida urbana (p. 12).

A solução encontrada para disciplinar esses novos habitantes foi a criação, pela gestão pública, de leis que regulamentavam este comportamento nas áreas urbanas por meio dos Códigos de Postura impostos desde o início do século XIX⁴¹.

Para agravar a situação dos moradores da Cidade, constata-se nesse período o aumento do número de óbitos nas estatísticas realizadas na Cidade, causada pela vinda de doentes contagiosos de outros estados à procura da cura em Fortaleza.

Nestes relatórios eram freqüentes as referências a salubridade do clima cearense, da cidade de Fortaleza, construída sobre terreno arenoso (dunas), onde os ventos alísios do sudeste varriam da cidade os miasmas e a refrescavam. Esta característica atraiu muitos tuberculosos do Norte e outras regiões do Brasil, transmitindo a doença para a população local. A salubridade só era prejudicada nos períodos de secas que geralmente eram acompanhadas de epidemias. (COSTA, 1997, p. 10).

Em função dos aspectos indicados anteriormente, Fortaleza incorpora, entre 1850 e 1860, as reformas sanitárias (seguindo o modelo da Medicina urbana francesa e inglesa) ao processo de remodelação e aformoseamento da Cidade.

⁴¹ A preocupação com a disciplina do espaço é antiga em Fortaleza, diz Costa (1999): “quando o Ceará torna-se província independente de Pernambuco (1799), sob a administração de primeiro arruador Manuel Francisco da Silva, [...]. Os presidentes e legisladores elaboram leis visando à ordenação do espaço e ao comportamento dos cidadãos, o que podemos observar através dos planos e plantas de expansão da cidade, na legislação e em documentos” (p. 8).

Nesse novo contexto higiênico e de progresso em que a Capital se inseriu, pode-se perceber várias transformações no ambiente urbano.

4.2 As práticas do biopoder em Fortaleza e Pirambu

Todas as práticas sociais e econômicas que ocorriam na Capital provincial estavam articuladas ao pensamento médico social surgido na Europa e instalado no Brasil em meados do século XIX, ocasionando transformações rigorosas, tanto para a Administração pública como para a população. Sobre isto Ponte (2001) nos diz que

(...) a Medicina Social, também denominada 'Medicina Urbana' e 'Medicina Moderna', emergiu na Europa no século XVIII, momento crucial do desenvolvimento capitalista no Ocidente, e objetivava, sobretudo, medicalizar preventivamente o espaço e as populações urbanas [...]. Das três diferentes características fundamentais que a medicina social assumiu na Europa – a Medicina Estatal na Alemanha, a Urbana na França e a da Força na Inglaterra – as duas últimas nos importam mais no presente estudo pelas semelhanças que guardam com as características constitutivas do saber médico-social no Brasil (a partir dos meados do século XIX) (p. 69-70).

Essa prática de Medicina surgiu na Alemanha, antes da França e da Inglaterra. No século XVIII, a Alemanha desenvolveu uma prática médica efetivamente centrada na melhoria da saúde da população. Esse país, ao unificar-se tardiamente, desempenhou constante busca de melhoria do Estado, fortalecida pela Medicina, passando a funcionar melhor do que os outros países. Tal política é o que Foucault (1996) denomina de Medicina do Estado, em que

(...) a organização de um saber médico estatal, a normalização da profissão médica, a subordinação dos médicos e uma administração central e, finalmente, a integração de vários médicos em uma organização médico estatal, tem-se uma série de fenômenos inteiramente novos que caracterizam o que pode ser chamada a medicina de Estado (p. 84).

Nenhum Estado ousou propor uma medicina tão coletiva e estatizada como a Alemanha, mas foi na França e na Inglaterra que se desenvolveram novos tipos de Medicina social disseminados no mundo, inclusive no Brasil.

No caso da França, a Medicina social, surgiu em fins do século XVIII, apresentando três objetivos: analisar os locais de acúmulo no espaço urbano que poderiam provocar doenças ou disseminação epidêmicas, controle da circulação do ar e da água e a organização sanitária dos espaços comuns e de circulação. Essa medicina, também chamada de Medicina social urbana, interferiu, organizou e inspecionou todos os espaços da Cidade, à exceção da propriedade privada. Foucault (1996) estabelece comparações entre a Medicina praticada em França com a da Alemanha ao comentar:

(...) vê-se, assim, como se está bastante longe da medicina estatal, tal como é definida na Alemanha, pois se trata de uma medicina muito mais próxima das pequenas comunidades, das cidades, dos bairros, como também não é ainda dotada de nenhum instrumento específico de poder. O problema da propriedade privada, princípio sagrado, impede que esta medicina seja dotada de um poder forte. Mas se ela perde em poder para a *Staatsmedizin* alemã, ganha certamente em fineza de observação, na cientificidade das observações feitas e das práticas estabelecidas. Grande parte da medicina científica do século XIX tem origem na experiência desta medicina urbana que se desenvolve no final do século XVIII (p. 93).

Na Medicina urbana da França no século XVIII, o pobre não era tido como perigoso para a saúde da população, uma vez que realizavam determinadas funções nas cidades francesas (levar cartas, despejar o lixo etc.) e sua quantidade demográfica ainda era reduzida.

A partir do século XIX, porém, o pobre apareceu como perigoso por várias razões: o crescimento populacional dessa ordem social, o surgimento dos trabalhos que dispensavam os serviços prestados pelos pobres, as doenças e as agitações sociais. A medicina francesa, contudo, apresentou uma nova conotação, cujo objetivo era o controle político-científico do meio. A partir desse momento, o espaço urbano passou a ser dividido em espaços de pobres e de ricos; discurso que influenciou vários países, inclusive o Brasil, no qual, em alguns estados, a administração pública

se apropriou deste novo discurso, realizando o controle não só do meio como também da população.

Em meados do século XIX, o controle da sociedade começou a ser realizado a partir do corpo. A esse exemplo posso citar a Medicina inglesa, que apresenta o corpo como força de trabalho que precisa ser assegurado, controlado e preservado. A vida passa a ter valor, ou seja, passa-se a investir no indivíduo. Tal prática é chamada de biopoder, por Foucault (1996).

Na Medicina inglesa, desenvolveu-se como controle da saúde e do corpo dos pobres para torná-los mais aptos ao trabalho e menos perigosos às classes abastadas. Foucault (1996) aponta a criação da Lei dos pobres na Inglaterra como uma intervenção médica que assiste as necessidades de saúde dos pobres assegurada pelas classes ricas e seus representantes em busca de garantir a própria proteção.

Essa Medicina da força, juntamente com a Medicina urbana francesa, seguidas de suas características do século XIX, influenciará as práticas médicas e a organização urbana no Brasil do mesmo período, gerando grandes transformações socioespaciais.

Há indícios de que o pensamento higienista⁴² já havia chegado ao Brasil desde o final do século XVIII, mas a reflexão sobre os problemas urbanos das cidades ocorreu somente com a chegada da Corte portuguesa ao País, em 1808.

O período em que a Coroa portuguesa se instalou no Rio de Janeiro promoveu na Cidade transformações econômicas, políticas e culturais intensas e as disseminaram no século XIX a outras cidades do País, como São Paulo e Fortaleza. Nesse sentido, Ponte (2001) assinala:

(...) este processo disciplinador, traduzido em práticas e discursos voltados para a normalização das cidades e para o reajustamento

⁴² Para Abreu (1997) o higienismo tem suas origens na “obra de Hipócrates intitulada Sobre os ares, as águas e os lugares e teve o médico inglês Thomas Sydenham (1624-1689) o seu grande sistematizador moderno. [...] Dentre os grandes vilões do meio ambiente destacava-se os pântanos, elo de ligação entre as ‘entranhas da Terra’ e a ‘atmosfera’, os quais, sendo locais de putrefação de matéria orgânica, acabavam por produzir uma série de “vapores” prejudiciais a saúde, que seriam depois disseminados pelos ventos para outros locais. Esses vapores, chamados de miasmas, eram verdadeiros causadores de epidemias, mas sua ação patológica era também facilitada pelas péssimas condições de higiene verificadas nas cidades” (p. 38).

social e moral das coletividades urbanas atravessou os principais centros urbanos do País naquele período, inclusive Fortaleza, ainda que em menor intensidade do que, por exemplo, o Rio de Janeiro, então capital federal, e a cidade de São Paulo. Tal compulsão saneadora, a exemplo do acontecido nas demais grandes cidades brasileiras, emergiu em Fortaleza ainda na segunda metade da centuária passada, a partir do momento em que a Capital, a reboque do incremento da exportação algodoeira entre 1850 e 1860 consolidou-se como principal centro político, social, comercial e financeiro do Ceará (p. 75).

No caso de Fortaleza, a Cidade passou pelo processo de remodelação e organização espacial⁴³ fundamentada pelas idéias e práticas advindas da Medicina francesa e inglesa, sendo consentido pelo Poder público no sentido de controlar sua população, principalmente os retirantes, isolando-os, e de livrar-se dos focos epidêmicos que ameaçavam a saúde da elite. Nada mais viável do que endereçar esta população para a periferia da cidade, de modo que o Pirambu é um dos bairros receptores de migrantes.

A sociedade fortalezense (elite), preocupada e com medo do crescimento populacional, resultante da vinda de migrantes, passou a exigir intervenções do governo. Assim, o Poder público aplicou a Medicina para governar e controlar a sociedade, pois Medicina é uma estratégia biopolítica.

Nesse contexto, a biopolítica ou biopoder corresponde à Medicina social que a Administração pública utiliza estrategicamente na população a fim de governar a vida. Assim, aconteceu com as sociedades da Europa e do Brasil nos séculos XVIII e XIX, respectivamente, que passaram a ser controladas política e socialmente, tendo a Administração pública exercido seu poder sobre elas a partir do discurso da Medicina social ou pensamento higienista.

⁴³ Segundo Costa (2002) a “teoria miasmática exigia a adoção de medidas de saneamento, uma higiene total, uma limpeza profunda do meio físico e social, pois onde reinasse a sujeira, a concentração, o amontoamento criava-se um ambiente propício a formação de miasmas e de doenças, fatores decisivos na mortalidade e morbidade dos habitantes. O espaço urbano foi considerado como o meio mais perigoso para a população. Cemitérios, matadouros, hospitais, cadeias, fábricas, lixões etc. foram transferidos para a periferia da cidade. Construíram-se redes de água e esgoto e passaram a fazer um controle das fontes, rios e chafarizes” (p. 64).

4.3 O Higienismo e a Cidade

No século XIX, a elite e a Administração pública da cidade de Fortaleza desprezavam o litoral, pois esta área não fazia parte do seu cotidiano, uma vez que, proveniente do sertão, ainda mantinha uma relação forte com as práticas econômicas realizadas no interior do Estado do Ceará. Nesse contexto, justifica-se a cidade da Fortaleza antiga, construída de costas para o mar, limitando-se ao atual centro histórico. Silva (1992) comenta que a Cidade se expandiu no sentido norte e oeste, pois se limitava ao leste pelo riacho Pajeú, um obstáculo para o crescimento em direção ao leste, quanto ao norte, às construções existentes (Forte, Passeio Público, Santa Casa de Misericórdia e Estação Ferroviária) formavam uma barreira paralela ao litoral, isolando-o.

Também é possível observar a ausência na Fortaleza antiga, de contato da sociedade (elite), com o mar mediante localização e o posicionamento de seus monumentos sempre direcionados para seu interior.

Assinala Dantas (1998) que a Cidade estava voltada para os lugares de origem de sua elite, proveniente do sertão, e que ainda mantinha hábitos interioranos,

essa estrutura é resultante especial e representativa do modelo de desenvolvimento econômico e social do Ceará cuja base será o Sertão: região valorizada para e pela a criação de gado e geradora de parte da população que comporá a elite e os demais quadros de Fortaleza. Em função desta origem a elite, embora instalando-se na região litorânea, continua inalando ares do sertão. Promove-se, portanto, projetos de urbanização que produzem um espaço para a elite longe da praia e direcionado para aquela região (p. 18).

Nessa perspectiva, é perceptível que o litoral de Fortaleza não tinha utilidade para a elite e a Administração pública, à exceção do porto. Assim, tudo o que essas camadas mais abastadas repudiavam era deslocado para o litoral. A exemplo disso cito duas fases: a reforma de Fortaleza ao incorporar o pensamento higienista e a aglomeração populacional.

O pensamento médico-higienista inserido em Fortaleza entre 1850 e 1860 promoveu grandes transformações no espaço urbano mediante as reformas que

continuaram desprezando o litoral, notadamente o litoral oeste, que servia a cidade como local de recepção de tudo o que a ela desprezava. Nesse sentido,

(...) o discurso médico, com base em teorias neo-hipocráticas, contribuiu para grandes reflexões sobre a cidade doente e favoreceu a elaboração de projetos de reforma urbana e de leis que disciplinaram a expansão urbana. Códigos de postura e códigos sanitários, marcados por uma nova concepção de cidade salubre, higiênica, ordenaram as construções e o traçado urbano, disciplinaram a vida da população e contribuíram para a urbanização da sociedade. As práticas urbanas foram marcadas pelas novas concepções de saúde/doença dominante no século XIX (COSTA, 2002, p. 68).

No que se refere a Fortaleza, foi adotado o modelo da Medicina urbana francesa e inglesa nas intervenções e reformas sanitárias que ocorreram no final do século XIX e seguiram por toda a primeira República.

Dentre estas reformas e normas a serem seguidas, menciono a construção do lazareto e do cemitério da Lagoa Funda, a dos abarracamentos e a criação de normas como o Código de Posturas de 1879, no qual uma das práticas era o despejo dos dejetos da Cidade no mar. Neste sentido, elegeu-se o Pirambu para sediar tais reformas.

A construção, em 1856, do lazareto e do cemitério da Lagoa Funda objetivava livrar-se dos doentes contagiosos e dos cadáveres que proliferaram em época de epidemias⁴⁴. A localização indicada decorreu da consideração da dinâmica dos ventos que sopravam no sentido leste/oeste, colocando esses possíveis agentes contaminadores do ar a sotavento e livrando, conseqüentemente, a Cidade dos miasmas, assim denominados os ventos ditos impuros. Ponte (2001) faz um comentário sobre isto:

⁴⁴ A turma empregada em dar sepulturas aos variolosos no cemitério da Lagoa Funda compunha-se de 40 homens. Antes das seis horas da manhã, principiava o serviço que às vezes se prolongava até depois das seis horas da tarde. Graças à boa ordem no trabalho, tão pequeno número de indivíduos podia durante o dia deitar por terra grandes árvores, destocar o terreno, limpá-lo e depois abrir profundos vales onde se enterravam dez corpos. Este serviço era perfeito. No fim do dia tinha a turma sepultado 500, 600 e às vezes 700 cadáveres! No dia 10 de novembro, haviam falecido de varíola 1004 pessoas! Ficaram insepultados até o dia seguinte 238 cadáveres! (BRASIL, 1922). "O dia dos mil mortos", denominação dada a este acontecimento por Sebastião Rogério Ponte (2001).

(...) foi criado o Lazareto da Lagoa Funda localizado à cerca de 7 km do Centro da Cidade. Edificado entre 1856 e 1857, o lazareto foi o primeiro exemplo concreto da medicina urbana e preventiva em Fortaleza, já que sua finalidade era a de abrigar os prováveis atingidos pela epidemia de cólera que já grassava no Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia, entre 1855 e 1856. Enquanto o mal não chegava ao Ceará, o nosocômio serviu para a quarentena dos que desembarcavam em Fortaleza, procedentes de portos infectados (p. 77-78).

Nesse período foi registrada grande quantidade de óbitos no Ceará, mas a maioria eram de pessoas acometidas de doenças, provenientes de outras cidades que vinham em busca de cura.

Fortaleza não abrigava somente os doentes, no período da seca de 1877 a 1879. Foram construídos abarracamentos que visavam à disposição dos retirantes na Cidade. Até então, eles se alojavam por toda parte, e eram vistos como uma ameaça para a elite que exigia providências ao Poder público⁴⁵. A solução encontrada foi abrigá-los em abarracamentos. Os abarracamentos constituíam-se de locais de abrigo para os retirantes⁴⁶ que chegavam à Cidade, passando após a reforma a situar-se no litoral oeste. Quem relata tal estratégia é Brasil (1922):

(...) mais de 200.000 emigrados do interior existiam agrupados nas cidades e vilas do litoral. A capital carecia de asseio, suas praças e travessas estavam convertidas em abarracamentos, e Liceu, o quartel de polícia, as escolas públicas, muitos outros prédios, em diversas ruas, serviam de alojamento de retirantes, e em cada um deles se apinhavam centenas de indivíduos quase inanimados e não tinham cômodos suficientes, nem enfermarias, e tudo fomentava a propagação de epidemias reinantes (Dr. Júlio Albuquerque Barros, Relatório da Abertura da Assembléia Provincial a 1º de Novembro). A 30 de Novembro foram removidos os abarracamentos do nordeste e sudeste da cidade para sotavento da mesma, como medida profilática (p. 31).

⁴⁵ Esse processo de “disciplinalização” que resultou na transferência de milhares de retirantes do centro para os arrabaldes de Fortaleza, fez-se principalmente mediante da política higienista que incorporou a Cidade e a população ao campo do saber médico. Dessa forma, em meio a tão grave crise sanitária vivida pela Capital, em decorrência da estação seca e do aumento exorbitante de sua população, congregar os nossos conceitos de higiene aos interesses de controle da elite dominante parecia ser o caminho mais harmônico para a manutenção da ordem pública (VIEIRA, 2002).

⁴⁶ A seca que mais vítimas deixou, porém, foi a Seca dos Dois Sete, que durou de 1877 a 1879. Esta seca foi acompanhada por grande movimento da população. Fortaleza, que tinha uma população de 20.098 habitantes, segundo o censo de 1872, atingiu, em dezembro de 1878, 160.000, o que significou falta de alojamento, água, alimentos, remédios, infra-estrutura urbana e sanitária, ocasionando problemas de saúde pública. Fortaleza tinha, em agosto de 1878, 113.900 indigentes, abarracados em seus subúrbios (COSTA, 1999).

Para Costa (1999), a administração pública tentava impor ordem no espaço do migrante da seca, construindo “abarracamentos”, distribuindo alimentos, oferecendo assistência médica e, em troca, exigia desta população o trabalho para a realização de obras públicas. Após essa reforma, o Poder público promoveu a exclusão do retirante, isolando-o nos abarracamentos a sotavento, atendendo a demanda da elite.

Conforme Vieira (2002), os abarracamentos foram instalados de forma desordenada pelos poderes públicos, mas, a partir de 1877, passaram por um processo de estruturação administrativa, mediante instruções presidenciais em 31 de março de 1878.

Esses abarracamentos receberam novo tratamento: passaram a ser construídos com uma certa infra-estrutura⁴⁷ para que aquela gente não precisasse se deslocar das áreas de abrigo e fossem transitar pela Cidade propriamente dita.

Outros dispositivos foram acionados pelo discurso da Medicina social, um dos quais foi a criação de normas estabelecidas pelo Código de Posturas de 1879: o qual exigiu que os dejetos fecais fossem acumulados em vasilhas fechadas e transportadas a partir das nove horas⁴⁸. A localização indicada dessas construções deve-se à consideração da dinâmica dos ventos, que sopravam no sentido leste-oeste, livrando a Cidade dos miasmas, e o cortejo dos mortos passou a ser realizado pela praia e não mais pelas ruas. Segundo Theófilo *apud* Brasil, (1922, p.33), “o receio de contaminação através dos miasmas era tamanho que chegaram a modificar o trajeto percorrido pelas cerimônias de enterro na cidade. A câmara municipal exigiu providências ao presidente da província, que tardiamente atendeu ao pedido da câmara, o presidente ordenou que um piquete de cavalaria sondasse em todas as direções com fim de impedir o trajeto dos enterramentos por dentro das

⁴⁷ Vieira (2002) comenta que esta infra-estrutura refere-se “a presença de equipamentos urbanos como enfermarias, poços artesanais, tais como os existentes de outro lado da planta, ou seja cidades dentro da cidade – inserções que excluem – diminuindo a necessidade de deslocamento dos retirantes para fora dos abarracamentos, evitando, assim, o contato com os cidadãos saudáveis. Essas idéias consolidam os argumentos de transferência do abarracamento do “Pagehú”, localizado muito próximo e a barlavento (sentido mar-sertão), para beira mar a sotavento (no sentido sertão/mar) da cidade” (p. 37-38).

⁴⁸ Segundo Ponte (2001) as “disposições contidas nos códigos de posturas municipais que se seguiram são numerosas e demonstram ampla vontade de esquadramento urbano. “Elas intentavam uma fiscalização pormenorizada em ruas, casas, codificações, produtos, gêneros alimentícios, oficinas, etc. Chegavam ao detalhe de proibir a tintura de doces e massas [...], e exigiam que matérias fecais domésticos fossem guardadas em vasilhas fechadas e estacionadas em lugares a serem previamente designados a partir das nove horas” (p. 79-80).

ruas da capital". Assim, os mortos passaram a ser conduzidos pela praia até e cemitério da Lagoa Funda.

Percebe-se que o litoral, notadamente o litoral oeste de Fortaleza, local onde se originou o Grande Pirambu, passou a receber certos infortúnios da Cidade em meados do século XIX mediante a reforma e o aformoseamento, com base na medicina social.

4.4 Sitiando o Pirambu

Ao quadro dos acontecimentos ocorridos na Fortaleza do século XIX, que elegeu o litoral oeste como local de despejo de tudo o que a Cidade desprezava, acrescentam-se a esta área outras políticas administrativas e a ocupação, pela população de baixa renda, ocorridas no século XX que acentuarão a imagem desta área como local de recepção do indesejado pela elite e o Poder público e que passou a ser denominada de Grande Pirambu.

Dentre as políticas da Administração pública e das lutas sociais, menciono a conclusão, em 1867, dos serviços de canalização de água do sítio do Benfica que tornou possível a construção do sistema de esgotamento sanitário de Fortaleza; a concentração das classes menos abastadas no litoral oeste deu origem ao Pirambu; a implantação de indústrias; movimentos sociais e a implantação de políticas públicas.

Em 1927, com a canalização da água tornou-se possível a construção do primeiro sistema de esgotamento sanitário de Fortaleza, situado na praia Formosa (proximidades do Grande Pirambu), local de recepção e despejo, no mar, dos dejetos sem tratamento, em maior quantidade nesse período, por atender aos bairros do centro da cidade.

Em 1930 e 1955, ocorre elevado crescimento populacional em Fortaleza, em virtude das imigrações. Esses novos habitantes advindos do sertão se submetiam aos trabalhos de baixa remuneração e subempregos, quando não, desempregados atraídos pela concentração de serviços. Vitimados por este quadro, a solução encontrada pelos migrantes foi a de ocupar o litoral, área desprezada pela elite e

administrações públicas, ou aceitar abrigo nos campos de concentração. Cito o campo do Urubu, localizado no Pirambu. Rios (2001) comenta esta situação:

(...) no final do mês de abril, quando a distribuição de passagens para Fortaleza foi suspensa em algumas cidades do interior, a expectativa das elites era pela diminuição dos retirantes nos trens que chegavam. Entretanto, os vagões continuavam lotados. Os comboios despejavam os flagelados na parte da cidade que ficava mais próxima do mar, onde se localizavam as últimas estações férreas de Fortaleza. Muitos retirantes erguiam seus casebres nas proximidades da praia. Este aspecto ajuda a entender o processo de constituição das primeiras favelas de Fortaleza. Grandes favelas se transformaram em bairros e ainda hoje permanecem às margens da fachada marítima, como, por exemplo, o Pirambu (p. 18).

Ao receber esse grande contingente, a Administração pública cria um tipo de abarracamento que na época passou a ser denominado de campo de concentração. Rios (2001) anota ser esse o nome oficial desses lugares, entretanto os retirantes chamavam-nos de *curral do Governo*. Esta era a interpretação dada pelas pessoas que experimentaram essa forma de isolamento. A estrutura desses lugares remetia os retirantes para uma imagem muito familiar: currais para o aprisionamento e posterior abate dos animais. Era assim que se sentiam os flagelados, como o gado com rédeas curtas. Essa foi a forma encontrada pelos ricos para manter “a sombra sinistra da miséria” longe da Cidade. Unidos em um discurso legitimador, as políticas públicas produziam um discurso com saberes empenhados em isolar os migrantes, com a finalidade de tranquilizar, na medida do possível, a Cidade que se incomodava com a pobreza.

A indicação desta racionalidade justifica o surgimento do Grande Pirambu, local situado entre o arraial Moura Brasil e a vila Santo Antônio⁴⁹. Localizada na área litorânea, toda a paisagem foi sendo alterada por ocupação popular, constituída de pescadores, operários e pequenos comerciantes. Certamente a ocupação decorreu, também, da implantação de indústrias nesse setor. As indústrias se estendiam do bairro Jacarecanga até a Barra do Ceará. O interesse destas, ao se instalarem

⁴⁹ Segundo *O DEMOCRATA* (1958), nada menos de 30 mil pessoas vivem na zona que vai desde o término do arraial Moura Brasil ao início do bairro da Vila Santo Antônio. As condições de existência para a maioria são absolutamente precárias. Centenas de choupanas de um ou dois compartimentos, sem aparelhos sanitários e sem quintal, imprensadas contra as outras, tornam as extensas ruas de Santa Terezinha, Mossoró e outras.

nesse setor, estava ligado às facilidades ofertadas, tais como: preço do terreno, disponibilidade de água, proximidade em relação ao Centro e ao Pirambu, onde se localizava parte significativa da mão-de-obra⁵⁰. Ao contrário do que se pensava, entretanto, o número de indústrias instaladas não era suficiente para atender a demanda da população crescente que se estabelecia no Grande Pirambu.

Além da não-geração de empregos suficiente para absorver este contingente populacional, a Administração pública não estabeleceu, nesta periferia urbana, infraestrutura, notadamente saneamento: água e esgoto⁵¹. As condições do Pirambu eram muito precárias:

(...) um bairro afastado, como é Pirambu, exige a criação de um posto médico. Além de já ser localizado em um terreno tão propício a doenças endêmicas, aquele bairro – sofre como todos que não dispõem de calçamentos – de alarmante falta de higiene [...] Vimos lixo acumulado por todos os recantos, porque não tem por onde ser retirado. Portanto, fica visto que é uma necessidade imperiosa, a criação de um posto médico, que satisfaça ao menos parcialmente as exigências sanitárias do povo do Pirambu. Pirambu é um dos mais populosos de Fortaleza e também um dos mais miseráveis e abandonados pelos poderes públicos. Nem água abundante, nem luz, nem postos médicos, afinal? – nenhuma assistência social é pretenda nos habitantes do Pirambu. Crianças vivem vadiando no areial a falta de escolas; permanecem doentes porque não dispõem de medicamentos com que se tratem; a sujeira que impera nos terreiros dos mocambos concorre para a aparição dos tífos e paratífos e outras moléstias Pirambu (O DEMOCRATA, 1950, p. 15).

Esse quadro começa a mudar entre 1960 e 1990. Três fatores são condicionantes para essa melhoria: as reivindicações dos moradores pelos meios de comunicação, a organização do movimento social na luta pela propriedade da terra e a implantação de políticas públicas no Pirambu.

⁵⁰ Em 1960, a *Gazeta de Notícias* comenta que o Pirambu é o maior contingente residencial de operários que trabalham nas fábricas da Capital. O bairro localiza-se numa faixa de terra na orla marítima. Mede cerca de 4 quilômetros de extensão por 2 de largura. Nele estão encravadas 7.656 casas; mais de 50 mil pessoas, geralmente paupérrimas.

⁵¹ Sobre isto, *O DEMOCRATA* (1958) comenta que “os moradores da rua Boa Vista, por exemplo, buscam água com a distância superior a 1 quilômetro. A reivindicação exigida é a construção de um chafariz na rua Boa Vista e o outro na confluência das ruas Sete de Setembro e Santa Teresinha – onde o mesmo problema existe. Além disso, torna-se necessário consertar o imprestável e pô-lo em funcionamento. Três chafarizes para 30 mil pessoas ainda é pouco, mas dá para ir agüentando [...]. Uma média de 70% das choupanas do Pirambu não possuía sanitárias, fazendo com que, buracos cavados nos estreitos quintais substituíssem-nos gerando daí uma imundície de pasmar, principalmente na época invernososa” (p. 8).

O Pirambu passou a ser divulgado nos jornais, um pouco antes de 1930, como grande favela que compreendia todo o litoral do setor oeste de Fortaleza, assolado pela miséria, fome, doenças e falta de infra-estrutura. Este local apresentava certa homogeneidade no que se refere aos aspectos socioeconômicos dos moradores; a maioria vivia de forma precária e sem perspectivas.

Ao analisar os jornais do período entre 1940 e 1950, Santiago (2001) anota que o Pirambu desponta na imprensa como espaço problemático: precariedade na infra-estrutura, crescimento demográfico, concentração de trabalhadores, dinamização cultural e criminalidade.

Esse quadro começa a mudar a partir dos anos 1960, quando os moradores do Pirambu, inicialmente, contam com o apoio do Partido Comunista e, em seguida, são inseridos no projeto promovido pela Igreja Católica junto à imprensa jornalística. Neste momento, a denúncia do morador é acolhida pelos jornais da Cidade no sentido de exigir do Poder público atenção a esta área. Os moradores denunciavam os problemas que assolavam o bairro, reivindicando melhorias de infra-estrutura (saneamento, escolas, postos de saúde etc.) e a propriedade da terra. Nessa perspectiva, os jornais veiculam imagens que possam chocar a sociedade e o Poder público na tentativa de mobilizá-los.

A partir do momento em que o Partido Comunista entra na clandestinidade, os moradores se aliam à Igreja. Santiago (2001) ressalta que essa adesão dos moradores ao apoio da Igreja Católica não foi simplesmente pela fé, mas uma escolha estratégica para continuar reivindicando os interesses imediatos (posto de saúde, escola, transporte etc).

A Igreja desempenhou papel fundamental, com a criação do Plano de Recuperação do Pirambu (proposto em maio de 1960), projeto elaborado pelo Centro Social Paroquial Lar de Todos (fundado em 1955), órgão de planejamento no qual a Igreja e o Serviço Social trabalhavam em conjunto, cujo objetivo era erradicar a miséria do bairro. Santiago (2001) acentua que o plano visava “novo Pirambu sem prostituição e o retorno do filho ao lar, o fim do alcoolismo dos pais, o fim das gafieiras, a cura das doenças e a reabilitação da imagem da favela frente à opinião pública da cidade de Fortaleza” (p. 34).

Ao se constituir, o Pirambu⁵² não era homogêneo, como retrata Silva (1999). Um morador que participou do projeto desenvolvido pela Igreja, convivendo diariamente com os problemas de sua comunidade, recuperou a memória do bairro, relatando sobre os diversos agentes sociais, a violência que assolava a área e a tentativa da Igreja e do jornal Gazeta de Notícias de reverter o quadro de miséria em que viviam aqueles moradores.

No que tange aos diversos tipos de moradores, havia os flagelados; os contagiosos acometidos de tuberculose; os pescadores; os operários; as lavadeiras, que lavavam as roupas dos que viviam melhor, utilizando a água da Lagoa Funda (local onde elas bebiam cachaça, roubavam roupas das outras e dividiam o espaço com a lavagem de animais e as banhistas adolescentes que tinham relações sexuais em público na lagoa) e as gafeiras (locais de diversão, do vício e da prostituição).

Toda esta diversidade de moradores proporcionava a ocorrência de conflitos sociais, manifestado pela violência nas relações entre eles, ocorridas de várias formas, desde brigas internas pela posse da terra a casos de estupro ou de filhos de moradores que passaram a roubar e matar, dentre outros.

Santiago (2001) comenta que, nesse período, o “Pirambu representava um perigo para Fortaleza que levaria o jornal Gazeta de Notícias a se engajar no Plano de Recuperação do Pirambu” (p. 12). Também anota que foi o jornalista Lesso Bessa quem anunciou ao mundo inteiro todas as mazelas que se passava no Pirambu com apoio da Igreja Católica. Assim, as instituições locais e estrangeiras ofereceram recursos financeiros, as caridosas da sociedade visitavam o bairro e até profissionais ofereceram seus serviços. Em 1961, parte dos problemas do bairro foi erradicada com a atuação do Centro Social Paroquial, ao responsabilizar-se pelos problemas de educação, de saúde e profissional, promovendo cursos de corte-costura, marcenaria, de ferreiro, a criação de lavanderia, dentre outros. Apesar dessas pequenas transformações, o Pirambu continuou sendo notícia de jornais, apresentando os mesmos problemas.

⁵² Pirambu era dividido em dois setores, a parte que era chamada de soçaites e esta outra que era considerada parte podre. Os soçaites eram famílias que chegavam do interior e que não podiam morar em outros bairros. Como o Pirambu não tinha dono, cada qual marcava seu pedaço de terra como bem queria: era só pedir permissão na Marinha. E foram chegando outros e formaram aquela vida de melhor condição. As duas partes do bairro não se relacionavam uma com a outra (SILVA, 1999).

Os moradores do Pirambu exigiam da Administração pública soluções mais consistentes para a educação, saúde, infra-estrutura e higiene do bairro. Essa consciência das necessidades do bairro levou os moradores à luta também pela propriedade da terra, formando um grande movimento que chamou a atenção da sociedade fortalezense.

Padre Hélio Campos, ao chegar a este bairro, contribuiu para chamar a atenção da Administração pública pelas emissoras de rádio e jornais para atender a demanda dos moradores deste local. Ele foi um dos articuladores que movimentou e convocou os moradores do Grande Pirambu para a realização de uma passeata (Marcha de 62) no intuito de reivindicar a desapropriação das terras (obtidas com Decreto Lei nº1058 de 25 de maio de 1962).

As terras passaram a pertencer à União. Esta instância concedeu à igreja a responsabilidade de administrá-las. Não suportando as ações impostas pela Congregação, os moradores entraram em conflito com esta. Na tentativa de apaziguar e desarticular o movimento, o Grande Pirambu foi dividido com a construção de duas paróquias, originando dois bairros com os mesmos nomes: a paróquia da Nossa Senhora das Graças e a do Cristo Redentor.

Nesse período ocorreu o afastamento do padre Hélio Campos na tentativa de desarticular os movimentos causando o fim da consciência política promovida pela igreja. Tal divisão também promoveu a origem no bairro dos líderes comunitários que formaram várias associações na luta pela melhoria do Pirambu. A intervenção desses agentes sociais repercute até hoje em qualquer ação ou política pensada para o bairro.

Certamente, por meio dos relatos e das denúncias dos moradores do Pirambu aos jornais e do apoio do Partido Comunista e da Igreja Católica, a Cidade reconheceu as condições de miséria em que os moradores daquele local viviam. Assim, conseguiram atrair melhorias para o bairro e, concomitantemente, promoveram uma tentativa de reverter a representação negativa até então veiculada.

Somam-se a estas reivindicações as transformações espaciais que deram início a uma melhoria do bairro com a implantação de políticas públicas a partir da década de 1970. Visando ao crescimento econômico, a Administração pública volta

o olhar para o Pirambu, transformando-o com a implantação de políticas públicas, que não foram suficientes para mudar o quadro de miséria e insalubridade da área (SILVA, 2003).

Na década de 1970, os jornais veiculavam matérias, apresentando grande expectativa, referente à construção da avenida Presidente Humberto de Alencar Castello Branco (popularmente conhecida como Leste-Oeste) como a solução encontrada para os problemas do Pirambu.

Em 1975 foi construída a citada avenida (Leste-Oeste), em razão da necessidade de integrar a zona industrial na Barra do Ceará à zona portuária do Mucuripe e, ainda, controlar as populações pobres, acabar com as cinzas (tidas como área de prostituição e marginalidade). Dantas (2002) aponta como conseqüência o desmonte das dunas da área, o desaparecimento parcial do bairro arraial Moura Brasil⁵³, a divisão do Pirambu em duas partes.

Segundo Dantas (2002), a avenida Leste-Oeste deixa de ser litorânea e penetra a favela, provocando uma especialização ao longo da via, com instalação de comércio diversificado e modificação da aparência da favela com a construção de prédios dúplices.

Nesse momento, o Pirambu recebe nova delimitação, passando a ser dividido pela avenida Leste-Oeste. Assim, os moradores concebem como Pirambu somente a parte do lado do mar, enquanto os do lado oposto tentam se distanciar da imagem associada ao lado do litoral, local este ocupado pela população pobre, território de prostituição e droga e a transformação da praia da Leste-Oeste em local de lazer popular. Apesar das especulações referentes à construção da avenida Leste-Oeste, não houve, no entanto, erradicação das favelas nem o saneamento da faixa de praia.

Em 1976, a Companhia de Água e Esgotos do Ceará (CAGECE) promove a implantação de projeto de coleta, transporte e destino final do esgoto, buscando melhorar o antigo sistema, com a recuperação do emissário submarino, e o

⁵³ Após a construção da avenida Leste-Oeste, o arraial Moura Brasil constitui-se em vaga lembrança situada às margens da Avenida. A parte voltada para o mar foi substituída por uma via litorânea, cujos limites são a indústria naval e a praia do Pirambu. Os antigos habitantes foram deslocados para conjuntos populares construídos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH): o Palmeiras em Messejana e o Marechal Rondon, em Caucaia (DANTAS, 2002).

tratamento de esgoto antes de ser despejado no mar. Em 1979, no governo de Virgílio Távora, a recuperação do sistema de esgotamento sanitário foi concluída. Nesta reforma, manteve-se o litoral do setor oeste de Fortaleza (proximidades do Pirambu) como local de recepção e despejo dos dejetos, implantando-se no sistema o tratamento dos dejetos, mas atendia a uma pequena demanda. Esse esgotamento sanitário também promove representação negativa do Pirambu como um local infecto, que recebe os dejetos da Cidade, o que compromete a utilização das praias deste setor como espaço de lazer para a elite local.

Esse quadro denota, de maneira generalizada, as representações atribuídas ao Pirambu. Desde o período em que ele passa a ser notícia de jornal até a década de 1970, continuavam com os mesmos problemas que o assolavam no passado, que o posicionavam perpetuamente em lugares menos privilegiados em relação aos outros bairros de Fortaleza.

Na década de 1980, o Pirambu foi objeto de transformações significativas no que se refere a sua infra-estrutura, mas é a partir da década de 1990 que o bairro passa por acentuadas mudanças, com a implantação do Projeto Sanear e a construção da avenida Costa-Oeste.

Na década de 1990, ocorreu a implantação do Projeto Sanear⁵⁴ no setor oeste de Fortaleza, contemplando a área do Pirambu até a Barra do Ceará, causando, a partir do 1997, o aumento do acesso aos serviços⁵⁵ de saneamento, mas Silva (2003) aponta que a implantação do Projeto não ocorreu de maneira homogênea, atrelando-a a dois fatores: baixa renda dos moradores impossibilitados de custear as obras e a não-contemplação da faixa de praia (área de declividade dificultou a implantação do sistema e também por ser de interesse do Poder público para a realização de futuros projetos).

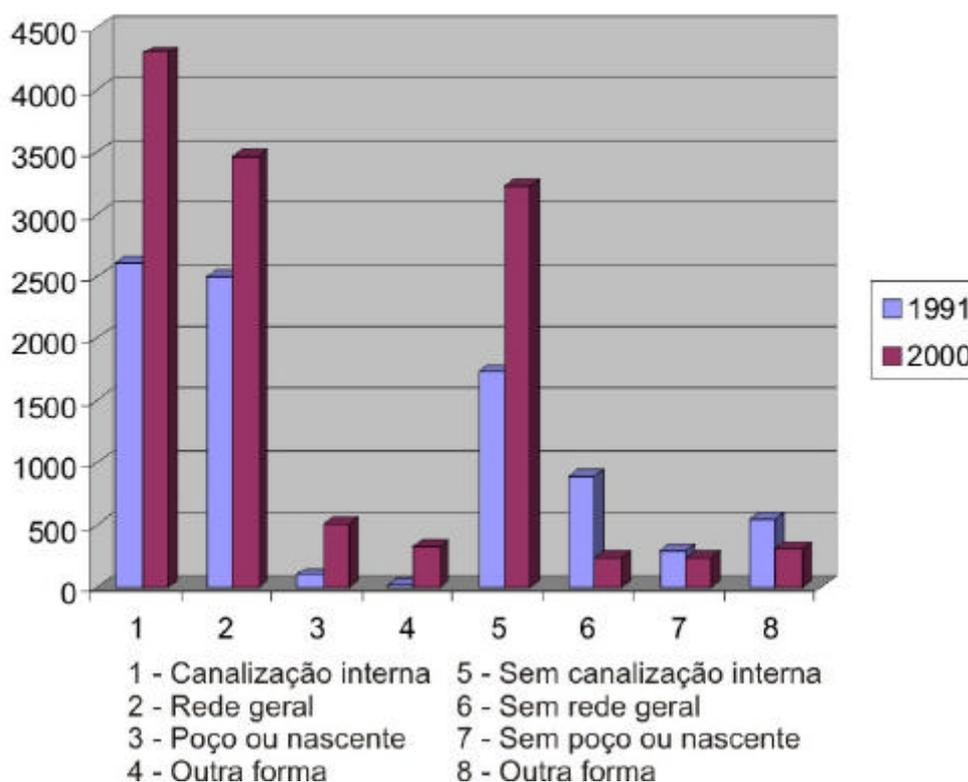
Partindo desta perspectiva, ao analisar os dados estatísticos do IBGE sobre o saneamento básico no Pirambu em 1991 e 2000, percebe-se o aumento do

⁵⁴ Em 1993, foi iniciada a implantação do Programa de Infra-estrutura Básica – Saneamento de Fortaleza (SANEFOR/SANEAR), visando à melhoria da qualidade de vida com a ampliação do esgotamento sanitário, drenagem e limpeza pública. Este programa foi desenvolvido pelo Governo do Estado, contando com a aprovação em 1992 e apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e aporte local (SILVA, 2003, p. 38).

⁵⁵ Grande Pirambu em 1997: nº de domicílios ligados ao sistema 37.702, ligações de água 23.976 e ligação de esgoto 2.998 e em 2001 respectivamente 41.236; 30.909 e 26.124 (CAGECE, 2001).

atendimento desses serviços no bairro, onde parte significativa desta área passou por melhorias de infra-estrutura, principalmente no que se refere a abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo:

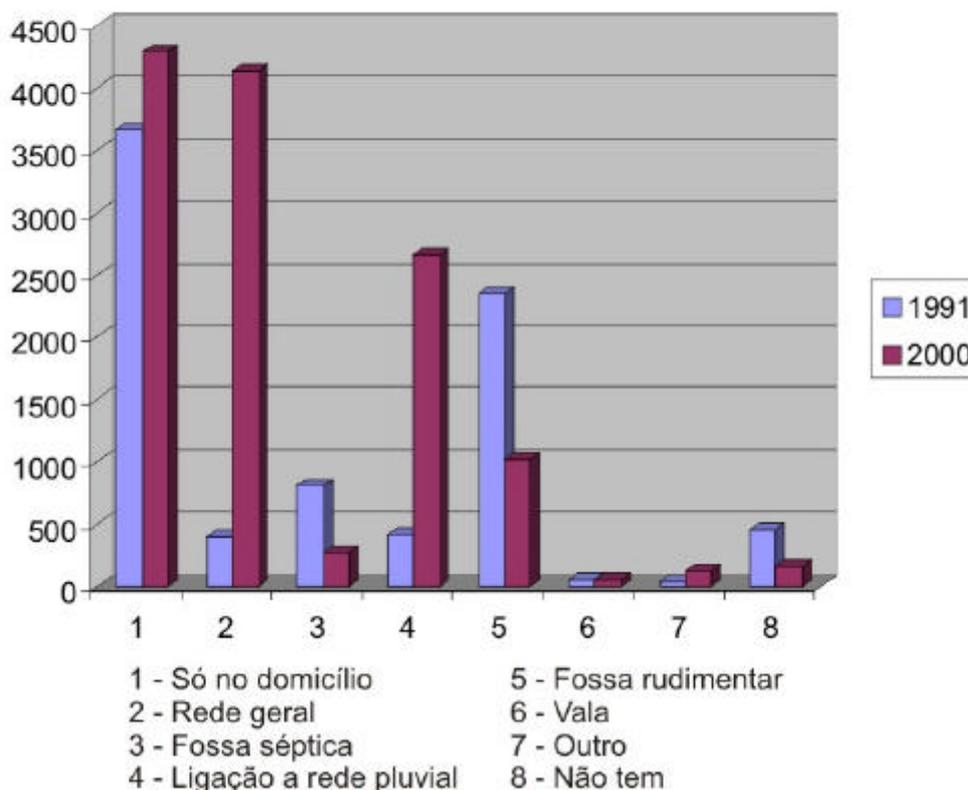
Gráfico 1
Pirambu - Abastecimento de água



Fonte: IBGE, 1991; 2000.

No Gráfico 1 é perceptível a adesão dos moradores à canalização interna, resultando no aumento de 64,67%. A ligação à rede geral nos domicílios do Pirambu aumentou 38,51%; a utilização de poço ou nascente 424,74% e outra forma de canalização cresceram 20,86%. Embora tenha ocorrido o aumento de 86,53% de domicílios sem canalização interna, houve melhoria do abastecimento de água, com a redução dos procedimentos mais rudimentares, como: domicílio sem rede geral - reduziu 74,74%; a não-utilização de poço ou nascente diminuiu 17,58%; e outra forma de utilização da água sem ser canalizada reduziu 42,25%. Nesse sentido, é notável a melhoria da qualidade da obtenção de abastecimento de água no Pirambu.

Gráfico 2
Pirambu - Instalação sanitária

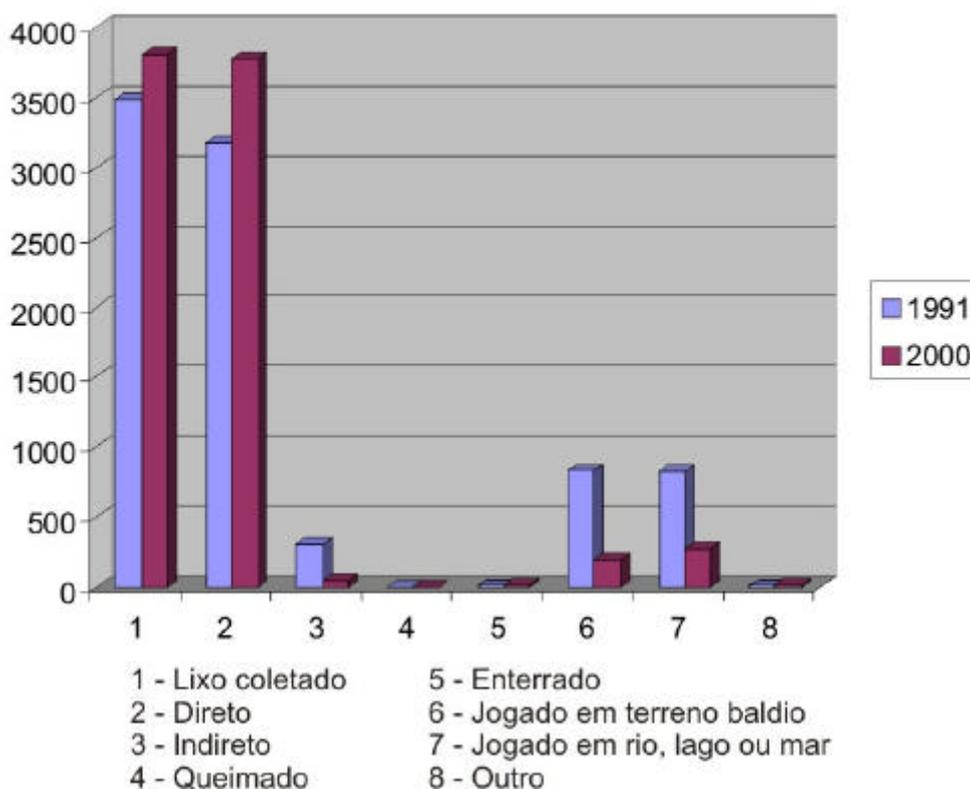


Fonte: IBGE - 1991; 2000.

O bairro Pirambu também foi contemplado com o sistema de esgotamento sanitário, no qual ocorreu a redução de procedimentos que tornavam a área insalubre, como água servida nas ruas, esgoto estourado etc. No Gráfico 2, observa-se o aumento de 42,42% da instalação sanitária do tipo de esgoto só no domicílio; de 923,26 % de ligação do domicílio à rede geral. Também é perceptível o aumento de alguns procedimentos impróprios, como a ligação da instalação sanitária à rede pluvial, correspondendo a 533,72%; a utilização de vala, corresponde a 23,40% e outro tipo, 264,70%.

É importante salientar, porém, que ocorreu a redução do uso de alguns procedimentos rudimentares de esgotamento sanitário, como a utilização da fossa séptica, que reduziu 66,99%; a fossa rudimentar, 56,87 % e os domicílios que não têm instalação - 65,35%.

Gráfico 3
Pirambu - Destino do Lixo



Fonte: IBGE – 1991; 2000.

No Gráfico 3; verifica-se que a coleta do lixo foi um dos serviços de melhor desempenho no bairro, ocorrendo o aumento do lixo coletado em 9,19%, pois a coleta direta corresponde ao crescimento de 18,41%. Quanto as demais formas de destino do lixo realizadas pelos moradores do Pirambu, consideradas impróprias, reduziram a coleta indireta 86,03%; o lixo queimado 33,33 %; jogado em terreno baldio 77,07%; jogado em rio, lago ou mar 66,99% e outro destino de lixo 33,33 %. O único procedimento impróprio de acondicionamento do lixo que aumentou foi o lixo enterrado, correspondendo a 100%, mas, comparado aos outros tipos de coleta no gráfico, esse aumento torna-se insignificante.

Atualmente os maiores problemas de saneamento básico que ocorrem no Pirambu estão situados nas zonas de praia, local de alta declividade e onde está situada a população de menor poder aquisitivo do bairro, vivendo em condições precárias.

Essa política de implantação do saneamento básico no Pirambu serve de base para a implantação de novas políticas públicas, como a construção da avenida Costa-Oeste, que faz parte do projeto maior para o desenvolvimento do turismo no Ceará. Nesse sentido, foi pensada a construção dessa via de acesso, que será margeada por um calçadão à beira-mar, aproveitando o potencial paisagístico litorâneo. Acredito que a não contemplação do litoral com o saneamento está atrelada à estratégia de retirada da favela concentrada na zona de praia do Pirambu.

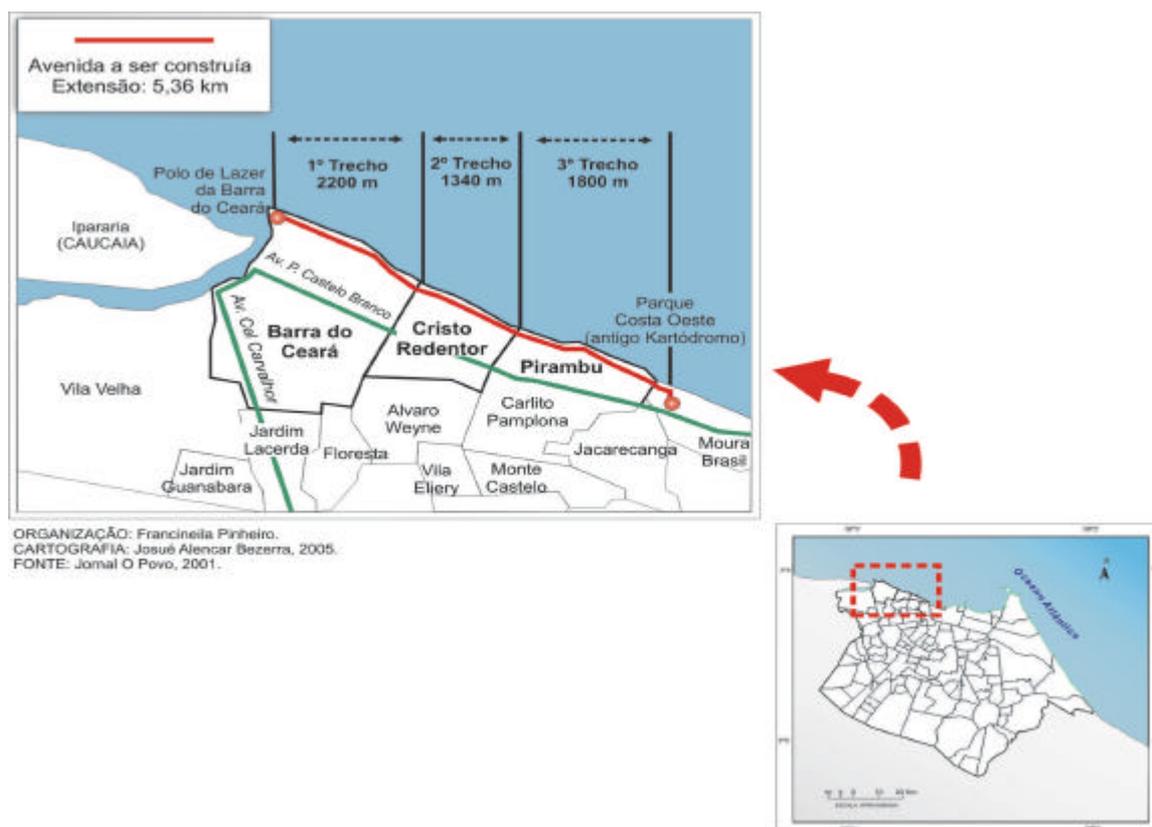
Nesse momento, o Pirambu passa a ser local de interesse do Poder público para a exploração econômica do turismo e da indústria, uma vez que esta área serve como espaço de acesso às praias vizinhas e ao porto do Pecém, localizado em São Gonçalo do Amarante, Município vizinho. Assim, Santos (2006, p. 57) assinala que “há a expectativa de que o Porto do Pecém promova de forma indireta um processo de conurbação, o qual integrará Pecém e Caucaia (no litoral oeste do Ceará) à Fortaleza, servindo a avenida Costa Oeste para desafogar o aumento do fluxo viário da avenida Leste-Oeste”.

Em 27 de setembro de 2001, foi aprovado o projeto da construção da avenida Costa-Oeste pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA). O projeto consiste na construção de uma avenida que começa no antigo Kartódromo (Pirambu) e vai até o Pólo de Lazer da Barra do Ceará, ocupando uma extensão⁵⁶ de 5,36 km². Santos (2005) aponta que este projeto compreende os seguintes objetivos: a abertura da malha viária local, possibilitando a integração da comunidade com a Cidade e melhorando as condições de atendimento às demandas de serviços públicos de segurança, saneamento, saúde transporte e educação; realização de projetos de drenagem, paisagismo e urbanismo voltados para a melhoria da qualidade de vida da população local; oferta de áreas públicas dirigidas para o lazer e melhoria das condições ambientais da faixa de praia, visando ao aproveitamento de seu potencial paisagístico.

⁵⁶ Terão ainda a intervenção de 18 ruas transversais de acesso à praia. Na atualidade são apenas quatro. A via será revestida de paralelepípedos, a velocidade será limitada a 40 km/h, e dar-se-á ainda a implantação de equipamentos ao longo do logradouro, estacionamentos, barracas, vários quiosques e *playgrounds*, tudo visando a atender moradores e visitantes. De acordo com o projeto, cerca de 2.245 famílias serão atingidas no total, sendo 1.082 famílias indenizadas e 1.363 reassentadas (SANTOS, 2005).

A construção da Avenida foi dividida em três trechos, sendo o bairro do Pirambu o local da última etapa de construção dessa via de acesso.

Figura 4: Os trechos da Avenida Costa-Oeste - Grande Pirambu



Fonte: SANTOS, 2006.

O trecho I, na Figura 4, corresponde à área que vai da avenida Radialista José Lima Verde à rua Francisco Calaça apresentando 2.200m de extensão; O trecho II corresponde à rua Francisco Calaça à avenida Pasteur apresentando 1.340m de extensão, e o trecho III vai da avenida Pasteur até o antigo kartódromo (Pirambu), apresentando 1.800m de extensão. Também serão abertas 18 ruas transversais que darão acesso à praia, cujo objetivo é aumentar o acesso à vista do mar; no momento existem apenas quatro ruas.

A construção desta avenida foi objeto de intervenções exercidas pelas associações comunitárias do Grande Pirambu. Santos (2006) expressa que, em decorrência dos impactos ambientais negativos e irregularidades constatadas na

área do empreendimento, os dois pareceres técnicos foram entregues ao Ministério Público Federal, culminando em três embargos da avenida Costa Oeste: o primeiro no dia 14 de novembro de 2002, causado pela indefinição entre os órgãos (SEMACE ou IBAMA) responsáveis pela concessão de licença ambiental da obra; durou sete meses, tendo sido retomadas as obras em junho de 2003. O segundo ocorreu no dia 07 de agosto de 2004, causado pela falta de licenciamento municipal para a edificação; durou somente 28 dias, haja vista a cassação da liminar; e o terceiro sucedeu em dezembro de 2005, motivado pela falta de concessão da União.

Tal empreendimento causa transformações e conflitos neste setor da Cidade, principalmente aos moradores da beira da praia, uma vez que as áreas atingidas pela construção dessa via de acesso serão aquelas que ainda apresentam características de favela presentes no litoral. Prado (2003), ao investigar a intervenção urbana na rua Tropical, primeiro trecho da construção da avenida Costa Oeste, aponta o desaparecimento desse espaço de memória e identidade dos moradores que viviam ali há doze anos. Assim, ela relata os conflitos ocorridos entre os moradores e o Poder público na luta para permanecer no local, mas

(...) como não tinham força para impedir a transferência, criaram “táticas” para serem recompensados por deixarem seu lugar de vivência em benefício de outro público consumidor. Segundo os moradores, a alegação de que as famílias atingidas estavam em área de risco era uma forma de amenizar o real interesse de beneficiar as classes abastadas, com acesso às praias da Costa Oeste (p. 59).

Santos (2006), ao entrevistar os moradores, dividiu em dois grupos atingidos: o primeiro corresponde aos indenizados, assentados e barraqueiros, enquanto o segundo são os moradores e pescadores. Dentre eles, afirma, há resistência, mas a maioria da população entrevistada foi favorável à obra porque acredita em novas perspectivas para este setor da Cidade, como: novos trabalhos, limpeza, visita de turistas etc.

Atualmente, a obra da avenida Costa Oeste está em andamento, mas passou por algumas alterações, entre as quais Santos (2006) ressalta o aumento do número de famílias atendidas (4.901) a serem indenizadas (1.996) e reassentadas (2.905), mudança do nome de três conjuntos e a construção de conjuntos em forma de

apartamentos. Os dados do Governo do Estado do Ceará (2005) apontam que o projeto já conta com 408 famílias indenizadas; 828 famílias reassentadas em 06 conjuntos entregues, restando apenas dois conjuntos (Alves Lima e Tenente Lisboa) e 1.600m de via foram concluídas.

O Projeto Costa-Oeste é de interesse do Poder público que, atualmente visa à exploração turística deste setor pelo seu potencial paisagístico e por ser importante ponto de ligação entre Fortaleza e as praias do oeste cearense, bem como com a zona portuária do Pecém.

Embora a infra-estrutura nesses bairros não seja mais tão precária como há algumas décadas, seus moradores ainda enfrentam diariamente incontáveis dificuldades inerentes a todo bairro periférico. Entre os muitos problemas que permanecem está o relativo às condições socioeconômicas dos moradores desta área.

O Pirambu ainda é um dos bairros mais populosos de Fortaleza, sendo considerado o de maior adensamento demográfico. Segundo a Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento (SEPLA), está bem acima da média, comparado aos outros bairros que compõem a Região 1:

Tabela 1 - Fortaleza: área, população e densidade demográfica por bairro da região 1: 2000 (*)

BAIRRO	ÁREA (HA)		POPULAÇÃO		DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB / HA)
	Quantidade	% Do Total	Quantidade	% Do Total	
Alagadiço / São Gerardo	143,10	5,64	13.117	3,86	91,66
Álvaro Weyne	153,70	6,06	23.113	6,80	150,38
Barra do Ceará	385,60	15,19	69.317	20,38	179,76
Carlito Pamplona	126,80	4,99	24.383	7,16	192,29
Cristo Redentor	131,20	5,17	28.914	8,50	220,38
Farias Brito	83,70	3,30	11.634	3,42	139,00
Floresta	141,20	5,56	28.034	8,24	198,54
Jacarecanga	128,10	5,05	13.600	4,00	106,17
Jardim Guanabara	73,70	2,90	14.489	4,26	196,59
Jardim Iracema	130,60	5,15	21.913	6,44	167,79
Monte Castelo	86,80	3,42	12.752	3,75	146,91
Moura Brasil	46,30	1,82	3.738	1,10	80,73
Pirambu	69,30	2,73	18.453	5,43	266,28
Vila Ellery	58,10	2,29	7.209	2,12	124,08
Vila Velha	780,00	30,73	49.468	14,54	63,42
TOTAL	2.538,20	100,00	340.134	100,00	134,00

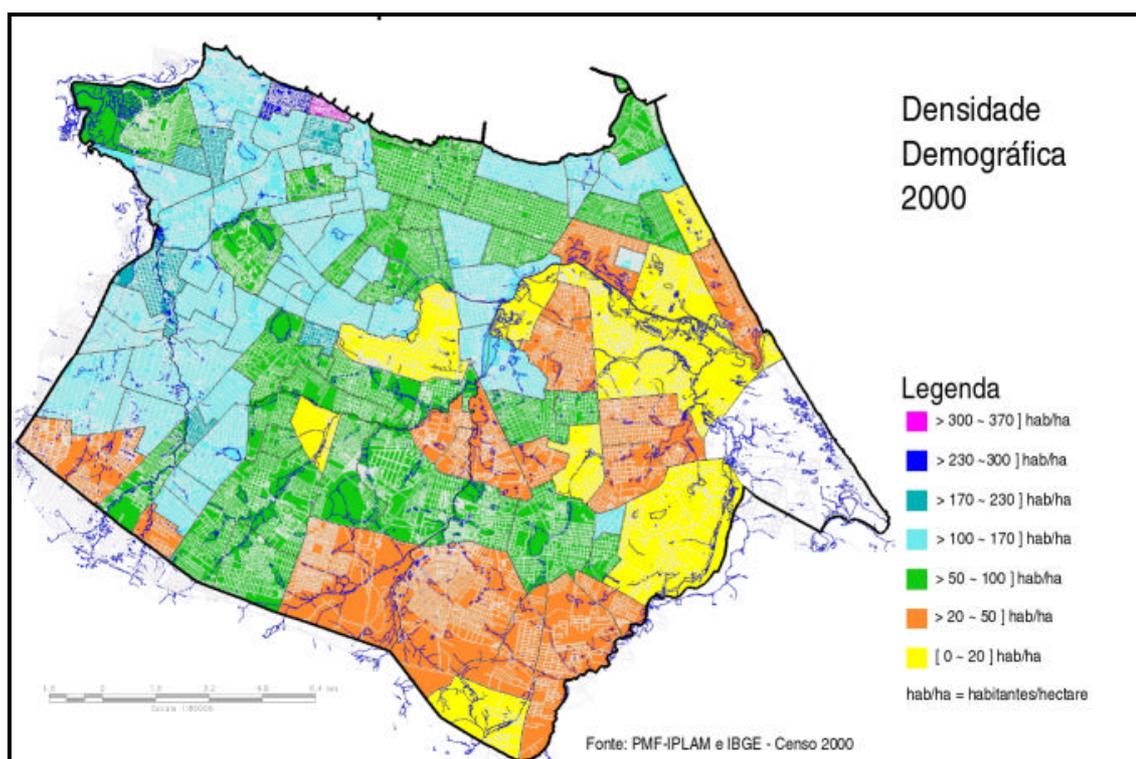
Fonte: Fundação IBGE – Cálculos: PMF – SEPLA, 2002.

(*) População projetada para até julho de 2004

Na Tabela 1, é perceptível o adensamento demográfico do Pirambu, apresentando 266,28 hab/ha ocupando apenas 2,73 % da área total, resultando no

maior índice de adensamento populacional relacionado não só a região I, mas também aos demais bairros de Fortaleza⁵⁷, como mostra a figura 5:

Figura 5: Densidade demográfica dos bairros de Fortaleza



Fonte: www.sepla.fortaleza.ce.gov.br, 2006.

Nesta Figura, o Pirambu se destaca indicando a cor de maior densidade demográfica, é perceptível a diferença entre ele e os demais bairros. Além disso, as diversas variáveis e indicadores socioeconômicos desse bairro, em sua maioria, se posicionam nos últimos lugares em relação aos quinze bairros que integram a Secretaria Regional 1 de Fortaleza. Os valores apontados pelo Índice de Desenvolvimento Humano por Bairro (IDHM-B) em 2000, elaborados pela Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento (SEPLA), mostram que este bairro apresenta o IDHM – B baixo.

⁵⁷ A SEPLA com dados do IBGE de 2000, projetou o cálculo da população até jul. de 2004. Ao observar os dados, é apontado o bairro com maior densidade demográfica conforme a Secretaria Regional: Regional II destaca-se o bairro Mucuripe, com 192,56 hab/ha; Regional III, o Autran Nunes, com 210,70 hab/ha; Regional IV, o Bom Futuro, com 192,86 hab; Regional V, o Parque São José, com 195,07 hab/ha e a Regional VI, o Alto da Balança, com 155,64.

Tabela 2 - Índice de desenvolvimento humano do município – por bairro (IDHM-B) região 1: 2000

BAIRRO	PARÂMETRO UTILIZADO									IDHM – GERAL		
	MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DO CHEFE DE FAMÍLIA			TAXA DE ALFABETIZAÇÃO			RENDA MÉDIA DO CHEFE DE FAMÍLIA (Em Salários Mínimos)					
	Alto	Médio	Baixo	Alto	Médio	Baixo	Alto	Médio	Baixo	Alto	Médio	Baixo
Alagadiço	----	0,716	----	0,974	----	----	----	----	0,345	----	0,678	----
Alvaro Weine	----	0,463	----	0,931	----	----	----	----	0,122	----	0,505	----
Arraial Moura Brasil	----	----	0,354	0,85	----	----	----	----	0,077	----	----	0,427
Barra do Ceará	----	----	0,356	0,86	----	----	----	----	0,080	----	----	0,432
Carlito Pamplona	----	----	0,437	0,904	----	----	----	----	0,109	----	0,483	----
Cristo Redentor	----	----	0,326	0,837	----	----	----	----	0,067	----	----	0,41
Farias Brito	----	0,551	----	0,931	----	----	----	----	0,211	----	0,564	----
Floresta	----	----	0,374	0,864	----	----	----	----	0,074	----	----	0,437
Jacarecanga	----	0,515	----	0,908	----	----	----	----	0,181	----	0,535	----
Jd. Guanabara	----	----	0,408	0,91	----	----	----	----	0,096	----	0,471	----
Jd. Iracema	----	----	0,405	0,902	----	----	----	----	0,091	----	0,466	----
Monte Castelo	----	0,499	----	0,924	----	----	----	----	0,17	----	0,531	----
Pirambú	----	----	0,293	0,817	----	----	----	----	0,062	----	----	0,391
Vila Ellery	----	0,524	----	0,933	----	----	----	----	0,177	----	0,545	----
Vilha Velha	----	----	0,414	0,896	----	----	----	----	0,108	----	0,473	----
TOTAL DE BAIROS	----	6	9	15	----	----	----	----	15	----	10	5

Fonte: PMF - Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento – SEPLA, 2002.

Dentre esses dados, é possível perceber que o Pirambu é um dos bairros com menor IDHM-B da regional 1. Apesar da alta taxa de alfabetização, os índices que se referem aos anos de estudo por chefe de família nesta área são os mais baixos. Acredito que a falta de qualificação leva os chefes de família a exercerem atividades de baixa remuneração. Isso reflete na renda média, na qual é notório o baixo índice do Pirambu, perdendo somente para o Monte Castelo. Ao relacionar os IDHM-B deste bairro a outros que compõem as demais regionais, percebo a presença de áreas com menores índices como Pedras (0,352); Curió (0,338);

Siqueira (0,377); Parque Presidente Vargas (0,377); Genibaú (0,378); Autran Nunes (0,378) e Cais do Porto (0,386). Apesar da existência de bairros em piores condições, necessitando de auxílio do poder público, o jornal continua a destacar o Pirambu como um espaço problemático.

Nesse sentido, a área analisada também se destaca entre os dez bairros de Fortaleza com menor renda *per capita* de chefes de família.

Tabela 3: Os dez bairros com menor renda *per capita*
de chefes de família – por ordem crescente
Fortaleza/2000

BAIRRO	RENDA PER CAPITA (Em reais)	CHEFES DE FAMÍLIA	RENDA TOTAL (Em reais)
Parque Presidente Vargas	269,63	954	257.230
Pirambu	287,38	3.567	1.025.094
Curió	288,74	1.415	408.566
Siqueira	294,35	5.059	1.489.111
Genibaú	294,87	8.143	2.401.141
Autran Nunes	295,55	4.218	1.246.617
Cristo Redentor	312,23	5.759	1.798.127
Canindezinho	314,35	6.178	1.942.026
Granja Lisboa	314,85	10.928	3.440.640
Granja Portugal	335,11	7.502	2.514.019

Fonte: IBGE – Censo 2000.

Em face desses índices, verifica-se que as condições de qualidade de vida dos seus moradores são bastante precárias, pois o Pirambu se encontra na segunda pior posição na renda *per capita*. Esse quadro, outrora mais intenso, fez com que o Pirambu aparecesse nos jornais desde a década de 1930 atrelado a representações que macula sua imagem. A partir daquele ano, seus moradores começam um movimento de busca de melhoria para o bairro por intermédio do jornal, onde veiculam suas reivindicações: por instalação de rede elétrica, escolas, postos de

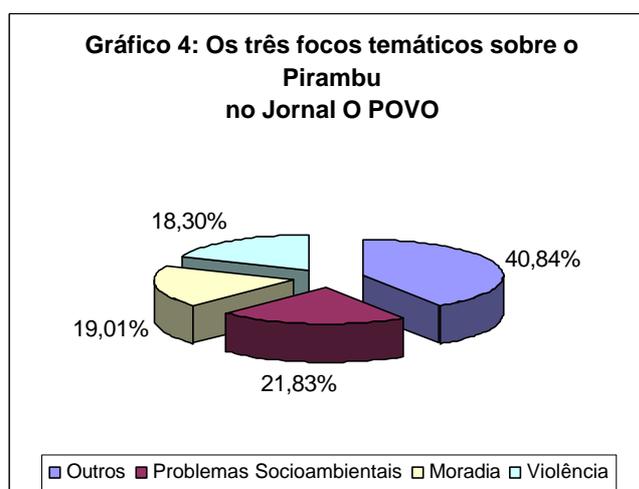
saúde e saneamento básico. Parte disso foi atendido, mas é a partir da década de 1990 que o bairro passa por maiores transformações, com a consolidação do uso da avenida Leste-Oeste e o início da construção da Costa Oeste. Apesar da ocorrência das transformações serem mais intensas a partir dos anos 1990, principalmente no que se refere à infra-estrutura, os jornais continuam a fazer circular representações negativas.

Capítulo 5

O Pirambu em Pauta

O desafio da minha visão consiste em examinar as representações sobre o Pirambu articuladas as temáticas estudadas pela Geografia. Apresentar o material de análise, quando ele é composto por uma coletânea, não é uma fácil tarefa. A triagem das matérias jornalísticas para compor os focos de análise é um recorte que faço pelas suas regularidades.

Ao analisar os jornais, percebi um conjunto de significados disseminados pelas imagens fotográficas acompanhadas de suas legendas e, principalmente dos títulos das matérias jornalísticas⁵⁸, que reforçam a constituição de representações do bairro Pirambu. Dentre elas destaco três focos de análise: os problemas socioambientais, a moradia e a violência. Pelo Gráfico 4, observa-se a regularidade desses temas no *O POVO*:



Fonte: O POVO, 1990-2005.

⁵⁸ As legendas das fotografias das matérias jornalísticas estarão todas em itálico e seus títulos em negrito para facilitar a identificação. Saliento que as figuras não correspondem ao tamanho original veiculadas no jornal.

O Gráfico sobre os 3 focos temáticos revela que, das 142 matérias jornalísticas analisadas no *O POVO* sobre o Pirambu, 31 são referentes aos problemas socioambientais, correspondendo a 21,83%; 26 referem-se à violência, correspondendo a 18,30%; 27 estão relacionados a moradia, correspondendo a 19,01%; e 58 trazem outros⁵⁹ focos, correspondendo ao percentual de 40,84%.

Nesse sentido, concordo com Foucault (1997, p. 24), quando ele garante que “é preciso por em questão, novamente, estas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início, é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-los das sombras onde reinam”.

É necessário nos libertar das noções estabelecidas pelos discursos do jornal, que nos conduzem a determinados entendimentos, ou seja, não se trata de recusá-las, mas de questionarmos até que ponto são legítimas tais elaborações. Por isso, é preciso pensar a representação do Pirambu nos jornais de outra maneira.

5.1 Uma Geografia Socioambiental

Analisar a problemática ambiental a partir da Geografia é entrar numa arena de debates. A história da Geografia relata que a natureza sempre teve presente em suas preocupações mediante concepções dualistas. Os últimos debates, todavia, apontam para um entendimento que transcende este dualismo físico e humano ao conceber a unidade do conhecimento geográfico.

Neste estudo, adoto o entendimento proposto por Mendonça (2001, p. 117), de que, ao se pensar em ambiente, não se pode isolar a “sociedade enquanto sujeito, elemento, fundamental dos processos relativos a problemática ambiental contemporânea”. Também o autor comenta que nem todo o estudo geográfico pode ser ambiental, sendo necessário, para tanto, que emane “de situações conflituosas, decorrentes da interação natureza e sociedade, explicitem degradação de uma ou de ambas” (p. 124).

⁵⁹ Outros no gráfico correspondem aos demais focos temáticos abordados nas matérias jornalísticas, como os projetos sociais, escolas, histórico do bairro, o artista Chico da Silva etc.

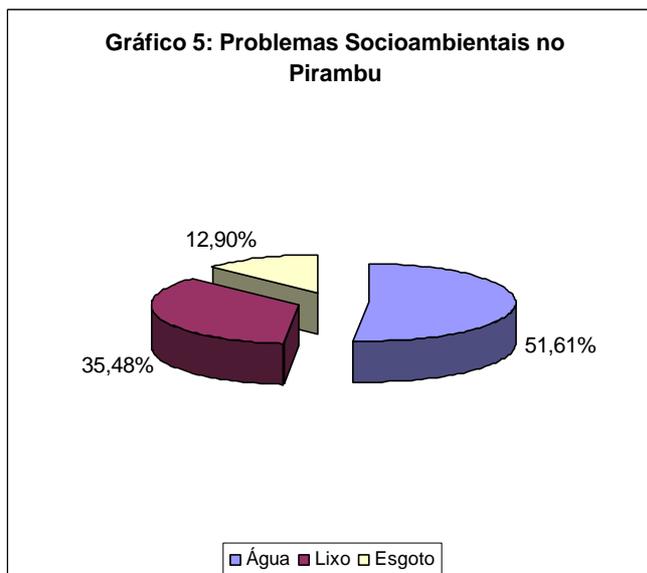
A Geografia Socioambiental inscrita nas matérias jornalísticas do *O POVO* é configurada e apresentada sob uma relação conflituosa entre os moradores do Pirambu e a natureza, permitindo a existência de uma degradação ambiental. As análises que passo a fazer não estão direcionadas para contestar ou provar se isto existe; simplesmente, elas estão interessadas nos efeitos de sentido que esta ou aquela representação possa ter, ou seja, são análises preocupadas com as conseqüências operativas na formulação de uma representação. A representação, segundo Costa (2000, p. 77), está relacionada à produção de

(...) significados segundo um jogo de correlação de força no qual grupos mais poderosos – seja pela posição política e geográfica que ocupam, seja pela língua que falam, seja pelas riquezas materiais ou simbólicas que concentram e distribuem, ou por alguma outra prerrogativa - atribuem significado aos demais e, além disso, impõem a estes seus significados sobre "outros" grupos.

No caso do jornal impresso, as relações de poder são estabelecidas pelos discursos que instituem significados como legítimos, verdadeiros. Neste sentido, o jornal traz significados que caracterizam a representação do bairro Pirambu como espaço problemático. Sobre isto autora acentua que,

(...) quando alguém ou algo é descrito, explicado, em uma narrativa ou discurso, temos a linguagem produzindo "uma realidade", instituindo algo como existente de tal ou de qual forma. Neste caso, quem tem o poder de narrar o outro, dizendo como está constituído, como funciona, que atributos possui, é quem dá as cartas de representação, ou seja, é quem estabelece o que tem ou não tem estatuto de "realidade" (COSTA, 2000, p. 76).

Partindo desta perspectiva, ao analisar as matérias jornalísticas sobre a Geografia socioambiental do Pirambu, as questões relacionadas a lixo, água, esgoto são uma constante, dados perceptíveis no Gráfico 5:



Fonte: O POVO, 1990-2005.

O Gráfico 5 está mostrando o percentual de cada temática a partir de uma análise socioambiental. São 31 matérias sobre esse foco, no qual 16 se referem aos problemas no bairro causados pela água, que correspondem a porcentagem de 51,61%; 4 estão relacionados à ineficiência do esgotamento sanitário, coincidente com 12,90% e 11 apontam o lixo acumulado no bairro, igual a 35,48%.

O surgimento desse novo paradigma referente às questões socioambientais busca uma solução para os problemas relacionados à exploração desenfreada dos recursos naturais. O mundo vive o momento da necessidade de proteger os bens naturais para gerações futuras.

É pela mídia que a população passa a assimilar esses novos discursos, como anota Costa (2000, p. 77): “as representações não são fixas e em suas transformações não expressam aproximação a um suposto “correto”, “verdadeiro”, “melhor“. Partido deste entendimento, as representações do Pirambu nos jornais acompanham o deslocamento dos ditos discursivos: outrora a preocupação era a higienização da Cidade, manter o ambiente limpo, ventilado, buscando livrar-se dos miasmas. Hoje, a problemática continua sendo o ambiente, mas o objetivo é buscar a melhor maneira de usufruir dele sem causar grandes impactos aos elementos que o compõem, como a natureza e o homem. Essa mudança do discurso é acompanhada pela mídia. As questões socioambientais são a pauta das discussões no mundo, que buscam opções para uma exploração dos recursos naturais menos

agressiva, principalmente em relação à produção do lixo nas cidades (causador de doenças).

Creio que o crescimento populacional nos grandes centros urbanos e o consumo desenfreado promovem o aumento dos resíduos sólidos nas cidades, causando preocupações referentes ao seu destino final. As migrações populacionais, em direção às grandes cidades, estão relacionadas à busca de melhores condições de trabalho, de salário, bem como de espaços de moradia e infra-estrutura. Tal fato causa o inchaço nas urbes, dando origem a diversos tipos de moradias precárias (favelas, cortiços etc.) em virtude de condições econômicas desses migrantes citadas no Capítulo 3. Essa população é somada à já existente, razão pela qual é preciso pensar que, independentemente da condição social, são consumidores. Ao consumir, conseqüentemente, produzem o lixo.

Apesar de a classe abastada consumir bem mais, ela dispõe de serviços de coleta de lixo em seus respectivos bairros. Tenho a impressão de que a população de menor poder aquisitivo consome mais em virtude da grande quantidade de lixo exposto nos bairros mais pobres. Tal fato acontece porque essas áreas não dispõem de serviços de saneamento e, quando existem, não são eficientes ou os próprios moradores não se conscientizam da importância de manter o ambiente limpo.

Este último ponto é o caso do Pirambu, mas não de todo o bairro, como o Jornal tenta normalizar. A Foto 1 mostra um local em que o lixo é depositado no Pirambu. Sua legenda contesta a localização:

Montanha de lixo próximo à galeria fluvial na praia do Arpoador, no setor oeste do litoral de Fortaleza é um dos elementos do cenário degradante do lazer para os moradores da área (O POVO, 2002).



Fonte: O POVO, 2002.

Foto 1 – Lixo na praia.

O título da matéria jornalística é: **Contaminação tem relação com a pobreza das áreas**. O acionamento de vários referentes para compor significados entre estes três elementos é marcante.

A fotografia, ao mostrar a relação entre a natureza e a sociedade, coloca uma criança no cenário como se estivesse a contemplar esta relação. A presença do infantil pode remeter ao sentido de uma relação que se encontre em etapas iniciais, que ainda não sabe como lidar com as coisas deste mundo. A legenda já busca mostrar o quanto inadequado é o local para depósito do lixo, que pode remeter à desvalorização econômica de uma área com grandes expectativas imobiliárias. A construção da Costa-Oeste, relatada no Capítulo 4, visa a este objetivo. E o título articula-se na culpabilidade da condição econômica dos moradores para ocasionar uma degradação ambiental.

A Foto 2 também apresenta lixo depositado em locais de moradia. Esta foto é da faixa de praia do Pirambu, mas é focalizada uma imagem como se fosse no interior do bairro, não explicando que o trecho Cacimba dos Pombos está situado nas proximidades da praia. Ao silenciar a localização da praia, o discurso tem a finalidade de elaborar outros significados, de evidenciar o morador sendo vítima de sua própria ação ao lançar o lixo nas proximidades das residências. Também este entendimento é reforçado pelo título da matéria: **Moradores da Cacimba dos Pombos vivem em lixões**.



Fonte: O POVO, 2001.

Foto 2: Lixo na rua.

O termo *lixões* está relacionado ao aterro sanitário, local “adequado” para receber o lixo. Apesar do vocábulo utilizado, não se pode negar que a área litorânea do bairro está repleta de lixo, o que causa a proliferação de insetos e roedores e provoca doenças aos moradores deste trecho do bairro; local onde estão situados os moradores de menor poder aquisitivo, vivendo em condições miseráveis e de risco.

A maioria das fotos veiculadas no Jornal aponta para a miséria dos moradores, ao terem que conviver com o lixo, ou seja, é como se restasse ao indivíduo uma livre escolha de morar no local sujo, e não única opção de que ele dispõe em razão de suas condições econômicas, para se instalar em outro local de melhor infra-estrutura.

Ao olhar as fotografias do Jornal, que trazem o lixo, tenho a impressão de que o Pirambu é um bairro onde o lixo está presente em toda parte e que não há coleta na área.

Segundo Silva (2003), os trechos do Pirambu que não dispõem de coleta de lixo estão situados nas proximidades da faixa de praia, local de ruas estreitas, que impedem a passagem do caminhão de coleta, mas existem *containers* em alguns pontos que permitem ao morador depositar o lixo.

Atualmente, a maior parte do Pirambu possui coleta de lixo regular, promovida pela Prefeitura, mas, também há trechos que não dispõem desse serviço, como apontam os dados da SEPLA no ano de 2000:

Tabela 4: Fortaleza - domicílios particulares com / sem coleta de lixo –
por bairro região 1: 2000

BAIRRO	TOTAL DE DOMICÍLIOS	DOMICÍLIO COM COLETA DE LIXO		QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS SEM COLETA DE LIXO
		Quantidade	% Sobre Total	
Alagadiço / São Gerardo	3.357	3.348	99,73	9
Álvaro Weyne	5.674	5.643	99,45	31
Barra do Ceará	16.528	15.953	96,52	575
Carlito Pamplona	6.165	6.127	99,38	38
Cristo Redentor	6.624	6.369	96,15	255
Farias Brito	2.944	2.885	98,00	59
Floresta	6.945	6.851	98,65	94
Jacarecanga	3.434	3.192	92,95	242
Jardim Guanabara	3.456	3.451	99,86	5
Jardim Iracema	5.427	5.420	99,87	7
Monte Castelo	3.030	3.025	99,83	5
Moura Brasil	889	859	96,63	30
Pirambú	4.293	3.812	88,80	481
Vila Ellery	1.820	1.817	99,84	3
Vila Velha	11.881	11.221	94,44	660
TOTAL	82.467	79.973	96,98	2.494

Fonte: Fundação IBGE – Cálculos: PMF - SEPLA, 2002.

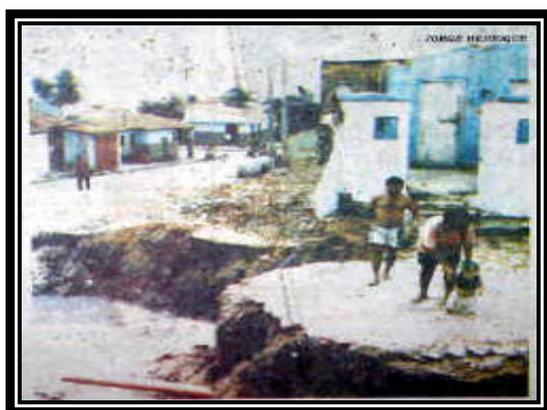
Percebe-se que, não só os moradores do Pirambu sofrem com a falta de coleta de lixo, mas também, outros bairros. Na Região 1, o bairro Pirambu, apesar de apresentar pequena quantidade de domicílios em relação a outros bairros, seus índices de domicílios sem coleta se aproximam dos bairros de maior número de domicílios, como Vila Velha e Barra do Ceará. O número de domicílios sem coleta de

lixo no Pirambu é significativo pelo adensamento populacional que o bairro possui (Figura 5), o que demonstra um serviço ainda é precário.

Outro elemento que pode ser tematizado pela Geografia Socioambiental é a água. As fotografias que trazem a água mostram-na sempre problemática, tanto pelo seu uso como pela sua abundância.

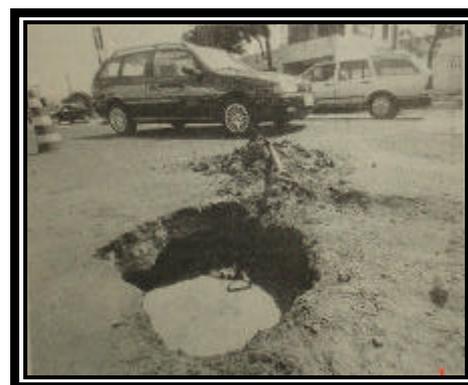
O Pirambu é uma área contemplada com infra-estrutura de saneamento básico e construção de vias de acesso, desde a década de 1990, com o intuito de organizar o espaço ocupado e a melhoria da higiene do local. Apesar da implantação do sistema de saneamento básico, o Jornal, ao elaborar as matérias traz um bairro ainda problemático, relacionado a problemas ambientais. Nesse contexto, a água aparece nos jornais como “água servida” na rua, resultante do sistema de esgoto precário ou de sua ausência; “água da chuva”, que provoca inundações, deslizamentos e desabamentos de casas, e “água do mar”, poluído e destruidor das casas, caso resultante da maré alta. Parece que o Pirambu é configurado só com estes referentes. A legenda da foto 3 contribui para esta representação.

As Fotos 3 e 4, exemplificam o resultado da relação entre um recurso natural e a sociedade.



Fonte: O POVO, 1994.

Foto 3 – Deslizamento nas ruas.



Fonte: O POVO, 1998.

Foto 4 – Buraco nas ruas.

A Foto 3 compõe a matéria jornalística intitulada - **Cratera destrói casas e causa medo aos moradores do Pirambu: problemas na rede de esgoto interdita tráfego na comunidade** - demonstra que há deficiência na instalação do sistema que compromete o bom funcionamento e o deslocamento dos moradores do

bairro com o desabamento do terreno. Já a Foto 4 revela, pela legenda, uma constante necessidade de manutenção:

Cagece já tentou por 40 vezes consertar buraco que torna a reabrir (O POVO, 1998).

Tal fato promove a constante exigência, dos moradores de reparo aos danos causados no bairro, como é perceptível nesta denuncia ao Jornal, em que eles exigem providências para o problema.

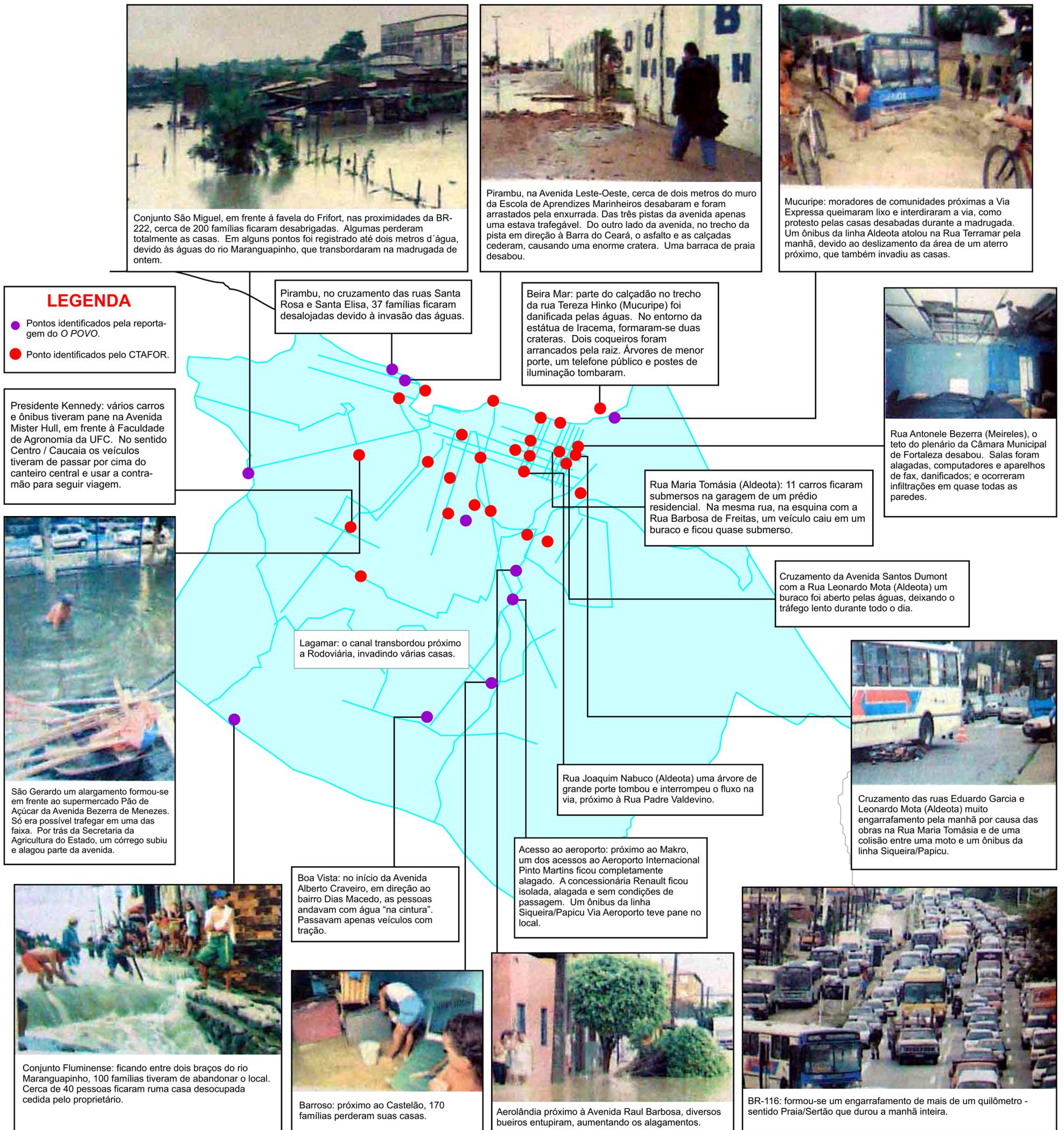
É importante entender, de qualquer modo, que existe uma circularidade de poder nessas fotos. Para Hall (1997a), torna-se particularmente relevante no contexto da representação, comprometendo tanto os sujeitos do poder (aqueles que as escolhem) quanto os sujeitados por ele (o leitor).

Tais representações ajudam a naturalizar questões entre sociedade e natureza, ao endereçar para significados de um retorno ao entendimento dessa relação a partir de um deslocamento; ou seja, a degradação ambiental do Pirambu é causada somente pela condição econômica de seus moradores, pois as fotografias só mostram populações de baixa-renda.

No tocante ao período chuvoso no Ceará, que corresponde aos meses de março e abril, ainda causa grande expectativa e ansiedade dos moradores, principalmente daqueles que residem no restante do Estado e dependem desse fenômeno natural para realizar as atividades agrícolas. A chegada da chuva é motivo de alegria para muitos, mas, em abundância, causa prejuízos, não só no campo, como também nas cidades. No caso de Fortaleza, as populações de vários bairros vêem a chuva como desgraça, causando inundações, desabamentos de casas, proliferação de insetos e mosquitos causadores de doenças. O Pirambu aparece juntamente a outros bairros, no Jornal, atrelado a esses problemas, como mostra a **Figura 6**: O mapa do estrago.

Os problemas de inundações no Pirambu aparecem, principalmente, nas áreas urbanizadas, como na avenida Leste-Oeste, ou seja, uma área onde não há acúmulo de lixo como no litoral desta área. Acredito, porém, essa condição agravante está relacionada à urbanização da Cidade como aponta Spósito (1994, p. 72):

Figura 6: O mapa do estrago



(...) a construção de casas, o calçamento de quintais, o asfaltamento das ruas, que cobrem a maior parte do solo, diminuem a capacidade de infiltração da água no terreno. Isso provoca, nos dias de muita chuva, o acúmulo e a concentração de grande quantidade de água, o que pode resultar em inundações ou no aumento da velocidade da água nos pequenos cursos d'água. Em consequência disso [pode ocorrer] deslizamento de encostas, áreas mais suscetíveis ao impacto das águas e que são habitadas por aqueles que possuem as piores condições de moradia na cidade.

A Foto 5 está inserida na matéria intitulada **Dia de chuva e de transtornos** e deduz que a chuva causou estragos no bairro. Ela mostra uma realidade como se todos seus moradores estivessem passando pelo mesmo transtorno e a legenda reforça esta conotação:

Sete pontos alagados na manhã de ontem precisaram da intervenção de agentes da ACM. O órgão registrou ainda duas quedas de árvores sobre vias, nove colisões e oito semáforos com defeito. Um dos pontos mais críticos foi a avenida da Presidente Castelo Branco e a área próxima ao Maranguapinho (O POVO, 2003).

Essa foto é comentada no texto escrito e está relacionada aos moradores do Pirambu: “na Leste Oeste e imediações muitas casas ficaram inundadas. Moradores reclamavam que haviam perdido móveis e eletrodomésticos. Como era quase impossível atravessar a avenida, alguns garotos da comunidade improvisaram um bote utilizando a estrutura de uma geladeira” (O POVO, 2003, p. 4).



Fonte: O POVO, 2003.

Foto 5: Rua alagada.

A foto parece não mostrar meninos utilizando a geladeira como meio de transporte. Pelas suas expressões, possibilita inferir que estão numa atividade de brincadeiras, mas não é esta questão a ser analisada que importa, e sim evidenciar o fato de que, quando a chuva ocorre ela sempre é problemática para este bairro.

Nesse contexto, é simples observar que o Pirambu, quase sempre, aparece como um local que sofre inundações e desabamentos de casas no período chuvoso. As imagens mostram que as chuvas provocaram estragos no Pirambu. Ele não é um bairro homogêneo, tanto nas questões de infra-estrutura como as condições econômicas de sua população, no entanto, os jornais inscrevem em seus discursos significados de pobreza, de péssimas condições de moradia.

Nesse caso, a água da chuva afeta, principalmente, o litoral, onde as moradias e os terrenos mais frágeis são atingidos, sendo considerado área de risco, mas os jornais mostram casas destruídas como algo comum a todo o bairro

As Fotos 6 e 7 retratam a ação da chuva sobre as casas do Pirambu, causando medo dos moradores, que ficam em alerta com o perigo de desastres. Elas mostram as casas destruídas. Na Foto 6, a legenda alerta para o perigo das casas situadas nas encostas da praia do Pirambu, onde os moradores tomam medidas paliativas para impedir o deslizamento:

Com as chuvas de terça-feira aumentou o drama dos moradores da rua do Avanço nas encostas da praia do Pirambu. No local cerca de 15 casas estão a menos de um metro do declive do morro. Ontem, os moradores foram obrigados a encher alguns buracos com entulho para evitar um possível deslizamento caso prossigam as chuvas (O POVO, 2000).



Foto 6: Casas destruídas.

Fonte: O POVO, 2000.

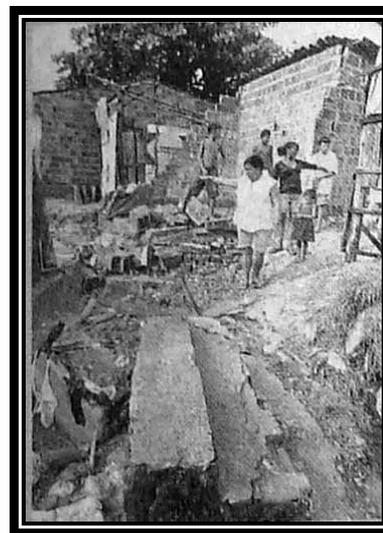


Foto 7: Desabamento de casas.

Fonte: O POVO, 2000.

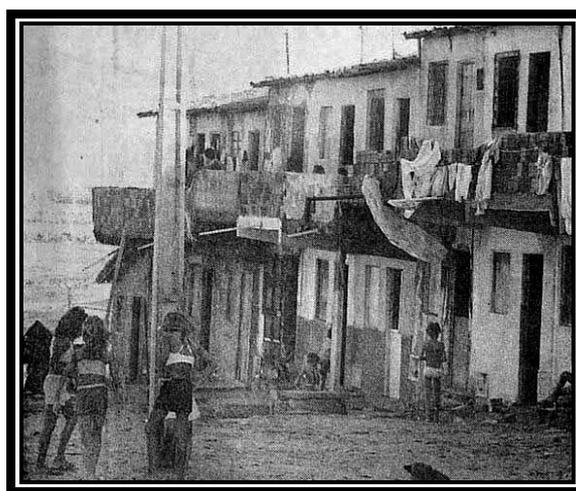
A Foto 7, ao mostrar também a casa destruída ao fundo, a presença dos moradores apontando a extensão das áreas atingidas, sua legenda acrescenta mais sentidos à representação, ao tratar da inundação do canal que atingiu as casas da rua Álvaro de Alencar e que as casas são frágeis.

Na rua Álvaro de Alencar moram 40 famílias e a inundação do canal terça-feira atingiu grande parte das casas. Outro problema enfrentado pelos moradores é com relação a estrutura das residências, consideradas muito precárias. A casa de Maria José da Costa, por exemplo, está com infiltração e a frente da residência apresenta rachaduras. No local moram 10 pessoas (O POVO, 2000).

A Foto 8 mostra um dos trechos do Pirambu considerado crítico e tem como título da matéria **Comunidade se recusa a deixar área de risco**. A legenda da foto exprime:

Casas sob risco, no Pirambu: comunidade quer alternativa (O POVO, 2000).

No período chuvoso, muitos moradores precisam abandonar suas casas em razão do risco de desabamento⁶⁰.



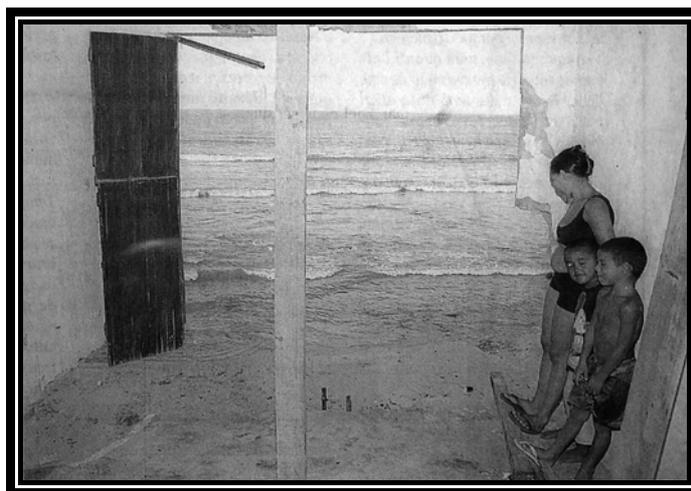
Fonte: O POVO, 2000.

Foto 8: Casas precárias.

Foi ilustrada, nas fotos anteriores, a idéia de que, além de alguns trechos do Pirambu serem considerados área de risco para a moradia, este bairro, por situar-se

⁶⁰ A questão da área de risco será tratada no foco Uma Geografia da Moradia.

próximo ao litoral, também sofre a ação das marés. Esse fenômeno natural que ocorre todos os anos atinge determinado trecho do litoral; no caso do Pirambu, as casas foram construídas na beira da praia, não respeitando essa condição natural. Assim, as casas mais próximas à praia são atingidas no período de maré alta, como se verifica na Foto 9.



Fonte: O POVO, 2003.

Foto 9: Barracos da praia destruídos.

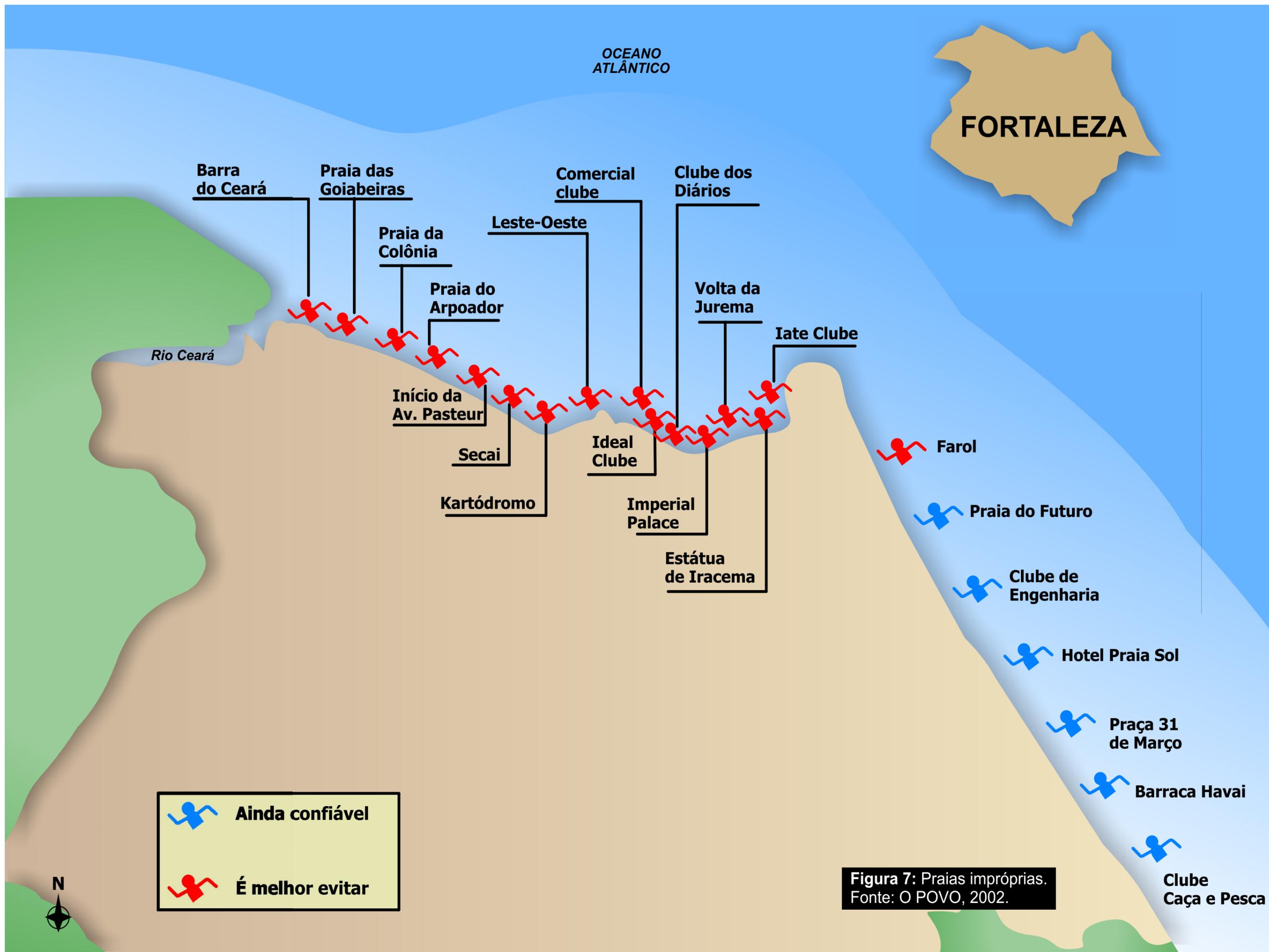
O título dessa matéria é **Barracos são destruídos pelo mar no Pirambu** e declara que os barracos da praia são destruídos pelo mar no Pirambu, revelando o tipo de moradia e as condições sociais dos que moram nesta área.

A Foto 9 mostra o barraco vazio, sem móveis, invadido pela água e areia, com a entrada destruída, contendo somente a família desamparada. A legenda indica vários barracos atingidos no litoral, fator que revela um problema constante para as famílias residentes neste trecho do Pirambu.

Cerca de 50 barracos estão em área de risco no Pirambu. Em um deles, o mar invadiu um compartimento (O POVO, 2003).

O Pirambu também é mostrado no Jornal como espaço onde as praias são poluídas. Normalmente, todo o litoral do setor oeste de Fortaleza, ou seja, que margeia o Pirambu à Barra do Ceará, aparece no Jornal com toda sua área imprópria aos banhos de mar, como evidencia a **Figura 7: Praias impróprias**.

O Jornal não aponta as causas da poluição da praia, mas a preocupação é mostrar ao leitor quais as praias disponíveis à balneabilidade. Nesse sentido, as



praias do Pirambu aparecem, juntamente às demais praias de Fortaleza, representadas no Jornal em forma de gráficos, tabelas e figuras, que mostram o litoral do setor oeste da Cidade como impróprio ao banho.

As praias do setor oeste de Fortaleza, bem como parte do litoral do setor leste, que vai da praia do Ideal ao late Clube, quase sempre, aparecem como impróprias, resultado do monitoramento da SEMACE divulgado nos jornais semanalmente. Ainda assim, as praias desses dois setores não deixam de ser frequentadas pela população, principalmente, a de menor poder aquisitivo. No caso do setor leste, a exemplo da Beira-Mar, apesar da presença do pobre na praia, ela continua sendo ocupada pela população mais abastada, considerada uma das áreas mais valorizadas e desejada pela elite, no que se refere a sua função residencial. Os moradores desta área, embora não utilizem a praia como espaço de lazer, a contemplam através da vista de suas janelas de frente para o mar. O privilégio de estar mais próximo do mar e poder admirar as belas paisagens é sinônimo de *status*. Por que ocorreu a desvalorização do Pirambu como área residencial para a elite local, se também há significativa riqueza paisagística? É a presença dos pobres na praia? Será que é a poluição que leva à desvalorização?

Com a valorização do litoral, apontada no Capítulo 3, afirma-se que com a prioridade do projeto de desenvolvimento do turismo no Estado, o litoral passa a ser um dos espaços da Cidade de maior investimento em políticas públicas, voltado para tornar a cidade de Fortaleza o local de recepção e distribuição do fluxo turístico para os demais municípios litorâneos do Ceará.

Neste sentido, passam a ser prioritárias para o desenvolvimento do turismo políticas públicas que se estenderão a todo o litoral do Estado, partindo inicialmente da área litorânea do setor oeste de Fortaleza. Percebo que há uma tentativa de homogeneizar o litoral fortalezense, sendo o litoral do setor oeste de Fortaleza o local de maior atuação do Estado, no qual o Pirambu está inserido. Ao ser contemplado com a construção da Costa-Oeste, essa área torna-se importante pela sua localização, que permite o acesso às praias do oeste do Estado, bem como poderá sanar os problemas ambientais do bairro, tornando-o acessível à outras classes sociais.

Partindo desta perspectiva, indagamos: será que esta representação negativa do bairro no jornal *O POVO* não é a busca de legitimar o Pirambu como área

problemática para possibilitar a intervenção do Poder público e da especulação imobiliária em busca de novos espaços litorâneos para função residencial? Como a Beira-Mar, a beleza natural da praia do Pirambu poderá ser contemplada, sem necessariamente, ser utilizada como espaço de lazer da elite.

Nesse sentido, o discurso do *O POVO* aponta para um local totalmente desprovido de higiene, com problemas de esgoto, lixo acumulado, causando a poluição visual e o mar poluído; um local que necessita de intervenção de políticas públicas, seria a implantação da Costa-Oeste a solução para esta relação de sociedade e natureza? Assim, o discurso do Jornal cria estereótipos, dando a impressão de que tais fatores ocorrem em toda a área do Pirambu, legitimando a entrada de especulação imobiliária, do turismo, criando possibilidades de outras fontes de rentabilidade que interessam à economia neoliberal contemporânea.

Se, das décadas de 1930 a 1970, as matérias jornalísticas mostravam significados de péssimas qualidades de vida do Pirambu, levadas pela ausência de saneamento básico (água, esgoto e limpeza pública), a partir da década de 1980, com a grande expectativa referente à construção da avenida Presidente Castello Branco (popularmente conhecida como Leste-Oeste), motivo de inúmeras notícias especulativas sobre a possibilidade de sanar os problemas de higiene do bairro e sua valorização, somando-se a isto a implantação do projeto Sanear e as atuais políticas públicas como a construção de via de acesso Costa-Oeste, é perceptível a permanência daquele significado. A mudança está somente nos novos tipos de problemas e suas intensidades, mas a matriz de produção de significados continua fixa: ambiente problemático.

Também chama a atenção nessas fotos, novamente, a estratégia discursiva de acionar imagens de pessoas, principalmente crianças e mulheres, que endereçam para a tentativa de fixar significados de afetividades, de penúria, por ser em valores elaborados culturalmente para esta identidade de geração e de gênero.

5.2 Uma Geografia da Moradia

As matérias jornalísticas, ao inserirem imagens das moradias do Pirambu, fazem uma escolha entre as tantas possíveis. Este ato de escolher são elaborações discursivas constituídas numa determinada cultura.

Os referentes observados nas fotografias como, por exemplo, tipo de construção, qualidade da construção, localização no bairro, entre outros vão compondo um cenário que permita endereçar para os significados. A repetição, a continuidade do significado no discurso, o vai tornando naturalizado, como se ele sempre existisse e, mais perverso ainda, como decreto divino.

Anteriormente, comentei na seção 5.1, sobre a observação das matérias jornalísticas em tratar os problemas ambientais do Pirambu, como se ocorresse em toda sua extensão e com a mesma intensidade. O mesmo acontece com as moradias. Elas são trazidas com as mesmas condições de qualidade, de estrutura, localizadas em locais próximos da praia, onde atualmente é a área com menor infraestrutura, menores condições socioeconômicas dos moradores. São imagens que parecem levar a supor que são moradias típicas em todo o Pirambu.

Nos exemplares de jornais analisados, não foi encontrada nenhuma imagem que mostrasse moradias com melhores condições, como as que existem no bairro atualmente, as localizadas mais próximas a Av. Leste-Oeste. Que conhecimento aprende o leitor sobre moradia do Pirambu a partir dessas matérias jornalísticas?

Analisando as relações entre a mídia impressa e o Pirambu, concordo com Schmidt (2001), ao acentuar que o jornal está educando as pessoas segundo as concepções e idéias que toma como verdadeiras, certas e adequadas. Assim, os artefatos da cultura, nesta pesquisa, é o jornal, pois nos ensinam, nos contam histórias, nos dizem como as coisas são, como as não são, como as devem ser.

O cenário do Pirambu no jornal é trazido por um “quadro comum”, que tenta generalizá-lo, como se fosse homogêneo neste quesito em todas suas ruas, em toda sua extensão. Constatei nas várias idas ao local, no entanto, que o bairro apresenta divisão socioespacial. Quanto mais longe da praia, melhores as condições das moradias e quanto mais próximo do litoral, piores são as condições. É no litoral que se encontram as favelas do bairro, moradores vivendo em áreas insalubres próximas ao lixo acumulado. Os moradores desta área relatam nos jornais a miséria, a fome e as doenças adquiridas pela falta de higiene do ambiente. A regularidade de matérias jornalísticas com estes referentes são predominantes nos seus discursos.

As Fotos 10 e 11 das matérias jornalísticas a seguir exemplificam todas estas observações relatadas.



Fonte: O POVO, 1996a.

Foto 10 – Casas desordenadas.



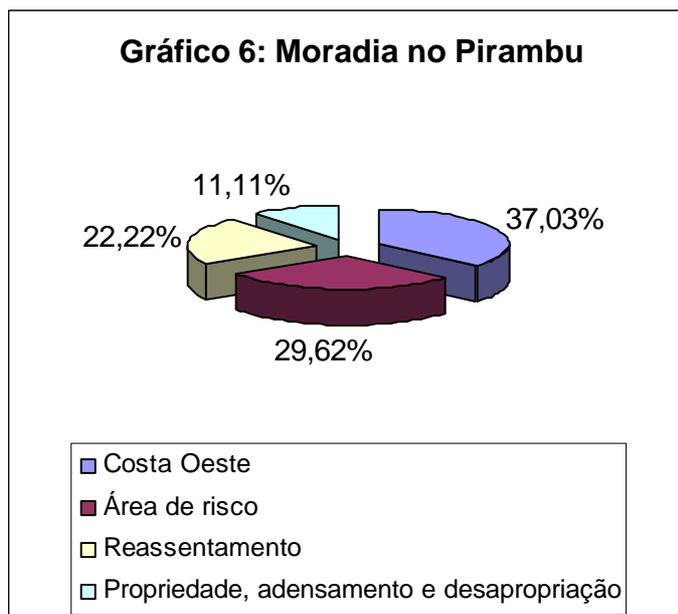
Fonte: O POVO, 1997b.

Foto 11 – Fragilidade das moradias.

A partir da década de 1990, o Pirambu já apresentava significativo número de escolas, postos de saúde, bem como passou por transformações, com a implantação do saneamento básico. Nada disso, porém, parece estar inserido nas constantes matérias jornalísticas. Como ensina Foucault (1996) as escolhas são intencionais, são interessadas. As matérias trazem a presença constante de moradias precárias, desordenadas, em fase de acabamento; barracos de madeira e papelões etc. parecem estar endereçando para o discurso da fixação de um bairro pobre e com deficiências de infra-estrutura.

Nesse sentido, *Uma Geografia da Moradia* está relacionada à análise da residência, tanto no sentido de “casa ou residência de uma pessoa, uma família ou um grupo de pessoas” (SPÓSITO, 1994, p. 89) como no sentido do direito de habitar sendo mais do que morar, “é morar bem, freqüentar a cidade, morar com dignidade, ter acesso aos bens da cidade, poder exercer seu modo de vida, ter o direito de produzir cultura, construir identidades” (CAVALCANTI, 1999, p. 46). Com essa perspectiva, ao analisar as matérias sobre o Pirambu, me deparo com imagens reveladoras da presença de casas precárias e questões habitacionais que atribuem os seguintes significados sobre a moradia: adensamento populacional no bairro, apropriação e desapropriação da terra; área de risco; construção da avenida Costa-Oeste e reassentamento.

No Gráfico 6, é notória a constituição e permanência desses elementos que marcam a questão da moradia no bairro:



Fonte: O POVO, 1990-2005.

Os dados desse gráfico correspondem à análise de 27 matérias sobre a moradia no Pirambu, dentre as quais, 10 estão relacionadas à construção da avenida Costa-Oeste, correspondendo a 37,03%; 8 referem-se às áreas de risco do bairro, correspondendo a 29,62%; 6 apontam questões sobre o reassentamento do moradores do Pirambu, correspondendo a 22,22% e 3 estão relacionados a propriedade da terra concedida aos moradores, à desapropriação das terras no Pirambu e ao adensamento populacional, que significam 11,11%. Esta última questão ainda permanece como uma peculiaridade do Pirambu, no Jornal e em dados oficiais. Quanto aos outros dois primeiros pontos, é notável a mudança nos discursos voltados não mais aquela pensada na década de 1960, mas a inserção do bairro na lógica de valorização dos espaços litorâneos de Fortaleza.

Observam-se no discurso jornalístico deslocamentos do uso de referentes sobre as condições de moradia no Pirambu, mas mantendo a característica de local precário: os marcadores anteriores falavam em favela, depois passam para condição de bairro e atualmente é denominado como área de risco.

A origem das favelas em Fortaleza está relacionada aos períodos de estiagem com a vinda de imigrantes do restante do Estado que, ao chegarem à cidade grande, não dispunham de recursos para adquirir moradias, então buscam solucionar esta carência ocupando áreas próximas às ferrovias, litoral etc., fator

verificado no Capítulo 3. O Pirambu, por volta de 1940, é consequência deste fato, surgiu em Fortaleza como uma das primeiras favelas situada no litoral, área pertencente à Marinha, sendo considerada de grande extensão e adensamento populacional, representação veiculada pelos jornais e refletida até os dias atuais.

A Foto 12 compõe a matéria jornalística intitulada **Pirambu é bolsão de miséria e superlotação à beira do mar** e revela a precariedade e o nível de pobreza da população do bairro.



Fonte: O POVO, 1992.

Foto 12: Adensamento populacional.

Também a legenda aponta para esta direção, ao dizer que o

Pirambu cresceu tanto que uma das alternativas encontradas, sem ter sido exatamente uma solução, foi a divisão do bairro em quatro (O POVO, 1992).

Esta ocupação desordenada, constatada na matéria jornalística, promove a falta de infra-estrutura e a sua caracterização de favela. Tal fato teve seu processo gerado, principalmente, com a vinda dos migrantes, o qual acentua um crescimento populacional exorbitante e, para piorar a situação, sem poder aquisitivo.

Na compreensão de Rodrigues (1997), o conceito de favela se mantém, mas, no que se refere à montagem dos barracos, estão sendo utilizados novos materiais, como a “madeirit” e blocos em vez de sucata e madeira e, quanto às vielas irregulares, estão sendo transformadas em vielas que permitem a passagem de veículos. Para a autora, o que

(...) continua como característica essencial é a irregularidade da propriedade das terras. A terra foi ocupada ilegalmente. Os moradores não são proprietários legais, porém a ocupação torna-se cada vez mais legitimada pelo próprio poder público. Sem condições de “resolver” a falta de moradias e pressionado pelos moradores, o poder público mantém programas de urbanização de favelas. Os moradores lutam pelo direito de concessão real de uso ou usucapião urbano (p. 38).

É no Pirambu que surgem as primeiras lutas pelo direito à moradia em Fortaleza, momento em que os moradores reuniram 20 mil pessoas e realizaram, no dia 01 de janeiro de 1962, a Marcha do Pirambu, apontada no Capítulo 4, da qual resultou a desapropriação das terras obtidas com o Decreto Lei nº 1058, de 25 de maio do mesmo ano. Para Rodrigues (1997), a melhoria de vida acontece por meio de dois processos complementares: acesso ao emprego e com sacrifício à moradia e luta para obter serviços urbanos adequados do Poder público.

Essas lutas e reivindicações dos moradores despertam no Poder público a necessidade de buscar soluções para a erradicação das favelas mediante a remoção ou urbanização. No caso do Pirambu, Souza (1997, p. 13) relata haver sido “uma das primeiras favelas a sofrer os problemas de expulsão” em Fortaleza. No período 1970-80, realizou-se a política de desfavelização, ao deslocar os moradores de favelas da área central e próximos dos trechos dos bairros nobres para loteamentos mais distantes. A exemplo, posso mencionar a construção da avenida Leste-Oeste já citada no Capítulo 4, que promoveu a ida dos moradores do Pirambu e outros bairros vizinhos para os loteamentos Marechal Rondon, Alvorada, Palmeiras e outros.

Nesse período, também surgem as associações de bairro, que lutam por melhorias e, em 1982, é criada A Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), passando as associações de bairro a ter maior articulação com as instituições governamentais, bem como a Igreja Católica, por meio das Pastorais Sociais e Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's), que fortalecem os movimentos populares.

Essa diversidade de agentes junto ao Governo estadual, Prefeitura etc. se envolvem e se mobilizam, contribuindo para o programa dos mutirões habitacionais lançado pelo Governo Federal em 1988. Segundo Souza (1997), no Pirambu foram

construídas 1.196 casas em regime de mutirão habitacional. Também Rodrigues (1997) refere-se ao fato, ao comentar que

(...) a alternativa da autoconstrução é considerada viável pelos poderes públicos, porque é mais barata, já que não se “conta” os custos de mão-de-obra, assumidos pelo trabalhador; além disso, essa alternativa é colocada, ideologicamente, como valorização do saber popular. Dá-se ênfase à “cultura popular”, num discurso demagógico: “o povo sabe construir sua casa”. Se os trabalhadores têm resolvido seu problema de moradia pela autoconstrução, por que não financiar material e dar assistência técnica para que as casas fiquem com melhor aparência? (p. 33).

A autoconstrução foi mais intensa no Pirambu e Cristo Redentor do que na Barra do Ceará, sendo que este último bairro foi contemplado com políticas de construção de conjuntos habitacionais; ou seja, esse período também é marcado pela construção de conjuntos habitacionais, mas o Pirambu não foi contemplado por esse tipo de política habitacional; somente os bairros vizinhos, como a Barra do Ceará e outros, como José Walter, Cidade 2000 etc., sendo a autoconstrução a solução para a moradia no Pirambu, não só aquela beneficiada pelo poder público, mas também por parte de quem buscava obter uma casa por intermédio de recursos próprios, dando origem a submoradias.

No início dos anos 1990, esse tipo de moradia continuou circulando no Jornal, veiculando a imagem de uma grande favela ainda nos anos 1990. O título era a **População do Pirambu se mobiliza e cobra melhoramentos prometidos: segunda maior favela do mundo do Brasil quer mudança de reputação**; aponta essa característica atribuída à área.

Neste sentido, o Pirambu e as demais favelas de Fortaleza passam a ser preocupação não somente do Poder público na tentativa de sua erradicação, mas, também, soma-se a essas políticas de moradia implantadas em Fortaleza o apoio das organizações não governamentais (ONGs) para proporcionar a capacitação das comunidades e oferecer assessoria técnica. Nesse sentido, o Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre os Assentamentos Humanos (CEARAH Periferia), criado em 1991 para atuar no foco moradia, oferece cursos de capacitação e profissionalização para líderes comunitários.

Segundo Hoening (2005), o CEARAH Periferia junto ao Centro dos Movimentos Populares (CMP); as CEBs; a Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, a FBFF, O Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, a Oficina do Futuro e os órgãos de assessoria jurídica, como Centro de Assessoria Jurídica Universitária (CAJU); Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária da UFC (NAJUC) e Serviço de Assessoria Jurídica Popular (SAJU) formam a rede que compõe o Núcleo de Habitação e Meio Ambiente (NUHAB) que tem como objetivo a gestão democrática da Cidade e a reforma urbana, monitorando e influenciando nas políticas públicas de habitação e meio ambiente mediante ação conjunta com os movimentos sociais e populares na luta pelo direito à Cidade.

Com a ação e reivindicação das associações de bairros junto ao apoio dessas instituições citadas, acredito que as favelas passam pelo processo de urbanização, como aponta Souza (1997):

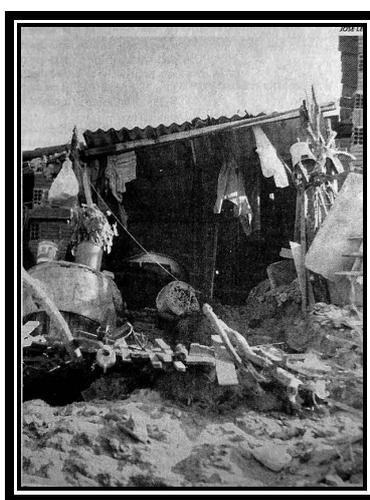
As favelas dos bairros do Pirambu, Castelo Encantado, Lagamar, Genibaú, Língua de Cobra e Mucuripe vêm passando por um processo de urbanização nos últimos anos. Estas foram beneficiadas pela implantação de infra-estrutura urbana (rede de água e esgoto, calçamento e alguns equipamentos sociais) caracterizando-se hoje mais como bairros populares. Se por um lado o estigma da favela vem diminuindo, por outro continuam a existir, nestas mesmas áreas, núcleos favelados, “ocupações” ou mesmo habitações, onde as condições de vida ainda são precárias. Com efeito, as referidas infra-estruturas, por diversas razões, não atingem o bairro em sua totalidade. Elas contemplam prioritariamente as vias principais de circulação mudando as feições gerais das áreas (p. 15).

Tais mudanças atribuem valor de bairro ao Pirambu, como foi possível observar no Capítulo 4, a apropriação da terra e as melhorias de infra-estrutura inseridas na área. As diferenças socioespaciais, entretanto, apresentam o litoral como pior área. O Jornal permanece, porém, criando um espaço homogêneo e problemático, carregado de estereótipos, ao utilizar marcadores discursivos (associado à questão socioambiental) para os tipos de moradia situados em terrenos frágeis, ou seja, impróprios à construção, sendo considerados de risco para vida ou perda de bens materiais da população que os ocupa.

A população de baixa renda ocupa áreas de risco que, em sua maioria, estão situados em bairros populares, nos quais buscam condições de moradia. Para

Rodrigues (1997, p. 39), “em geral essas áreas é que são ocupadas pelos favelados. Na maior parte das vezes são os locais de maior declividade, as mais insalubres, etc., o que explica porque as favelas ocupam as ‘piores’ terras, e que deixam seus moradores expostos ao risco de perder seu barraco, quando não sua vida”.

A exemplo disso, as áreas de risco do Pirambu são apontadas no Jornal em mapas, figuras e fotografias que mostram as áreas mais fragilizadas e suscetíveis a riscos naturais, como mostra o título da matéria **Casas do Pirambu são atingidas pela maré alta**, conforme evidenciado na Foto 13.



Fonte: O POVO, 1997.

Foto 13: Moradia precária.

Hétu (2003) reflexiona sobre a gestão dos riscos naturais por parte dos geógrafos, especificamente, os geomorfólogos, onde aponta discussões sobre as noções de risco. Segundo esse autor, “necessário se torna considerar o grau de exposição aos riscos que cada sociedade pode admitir em função da época e do lugar considerado” (p. 85). Assim, ele mostra que a situações de riscos são diferentes em países ricos e em desenvolvimento “se as catástrofes são de tal modo terríveis nos países em via de desenvolvimento, não é simplesmente por causa da ditadura da Geografia (vulcanismo, furacão, tufão, monções), mas em virtude do nível de exposição excessiva no qual se encontram camadas inteiras da população, em particular os mais pobres”. (IBIDEM).

No caso dos países em desenvolvimento, as áreas de risco não estão atreladas somente à natureza (residências edificadas em planícies aluviais regularmente inundadas, erosão do litoral, deslizamento, etc.), mas também à

pobreza e à violência. Neste sentido, ele aponta que os riscos podem ser gerenciados:

Na maioria dos casos, quando um agente natural atinge uma casa ou uma rodovia, trata-se de um problema de localização a causa primeira da catástrofe e não a fatalidade: as pessoas e/ou a infraestrutura se encontravam em local e momento inadequado. Portanto, e fundamentalmente, é a nossa capacidade [dos geógrafos] de gerenciar bem o espaço que é questionada. (HETÚ, 2003, p. 87).

Nesse sentido, Hetú (2003), tomando o exemplo de Quebec, aponta a necessidade de gerenciar as áreas de riscos, tomando algumas medidas, como cartografar os pontos de risco, criar centro de pesquisa sobre a prevenção e a gestão de riscos naturais e tecnológicos etc.

No caso de Fortaleza, a moradia em áreas de risco é preocupação da Igreja Católica, ONGs, como Cearah Periferia e Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, que contribuem para a conscientização, apoio e assistência aos moradores em situação de risco e a habitação de um modo geral. Com a atual gestão da prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, foi implementada a Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR), que funciona como uma secretaria de habitação, que realiza propostas de concentrar em único órgão, todas as ações municipais de habitação, priorizando a gestão das áreas de risco que estão aumentando a cada ano.

Hoerning (2005) acentua que, no período de cinco anos (1999 a 2004), o número de famílias em áreas de risco em Fortaleza aumentou de 4.500 a 17.000, e a maioria se encontra nas margens dos rios e encostas de lagoas, cujas populações se vêem confrontadas com freqüentes enchentes, problemas graves de higiene e saúde. No caso do Pirambu, os problemas estão relacionados, principalmente, à ocupação da população em encostas de morros, nas quais ocorrem deslizamentos e desabamentos de casas, em consequência do déficit habitacional, dos problemas sociais e econômicos.

A cada ano aumenta o número de áreas de risco em Fortaleza. Neste esquema retirado do Jornal, existe uma tabela, que aponta o crescimento das áreas de risco no período de 1999 a 2003, e fotografias que apontam setas aos pontos

mais críticos e mais povoados, como ilustra a **Figura 8**: Aumento das áreas de risco em Fortaleza.

Nos períodos de chuva, os moradores do Pirambu situados nas áreas consideradas de risco sofrem com a inundação das ruas, destruição de casas e ameaça de deslizamento. Normalmente, as casas que aparecem nas fotos dos jornais são aquelas situadas nas proximidades da praia, consideradas como áreas de risco, locais onde reside a população mais carente do Pirambu, que apresenta característica de favela com casas mal-acabadas, barracos de madeira e papelão, sem as mínimas condições de higiene e situadas em trechos de alta declividade, o que facilita o desabamento na ocasião de chuvas.

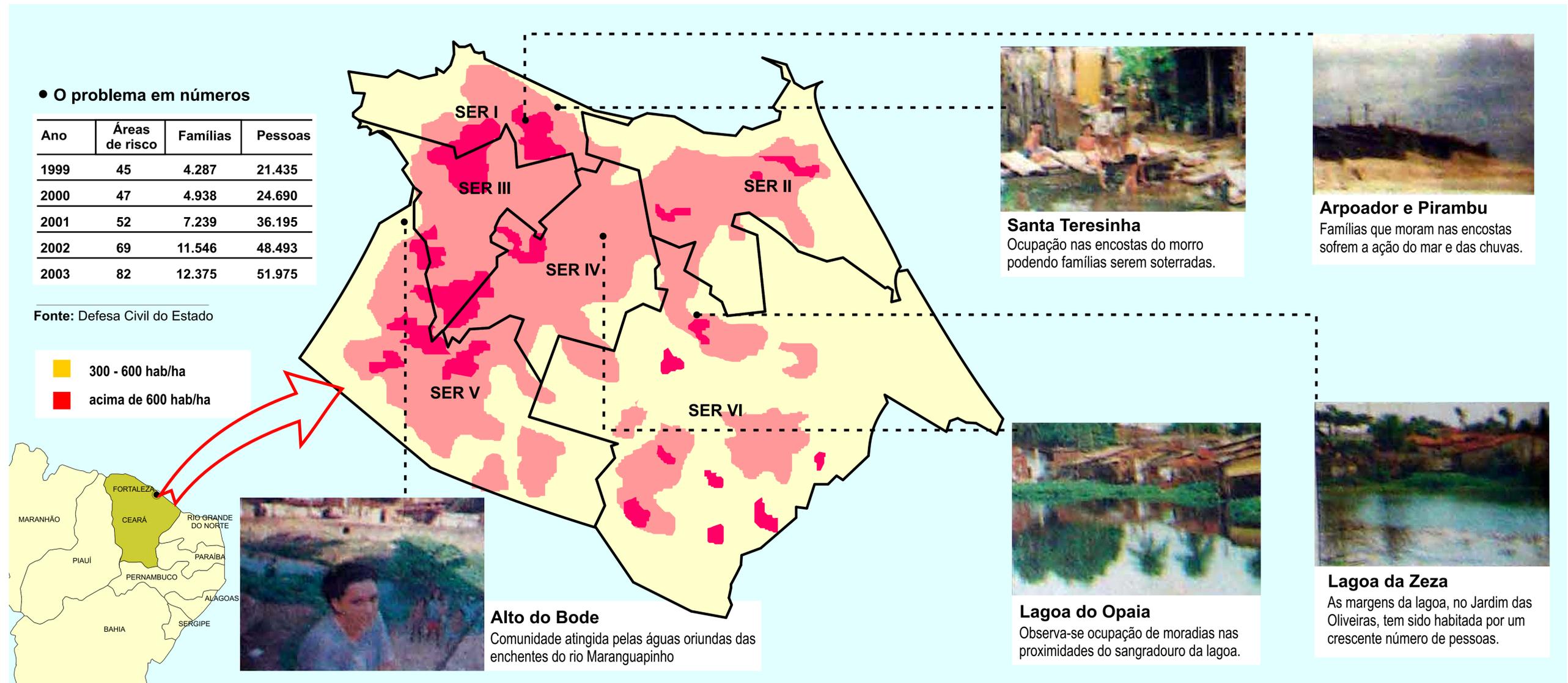
O Jornal utiliza de recursos visuais que capturam o olhar do leitor mais rapidamente. Assim, muitos dados de suas matérias são trazidos através de gráficos, mapas e tabelas. A **Figura 9**: O mapa das áreas de risco de Fortaleza - é um exemplo.

Por essa Figura, observa-se que o Pirambu aparece nos jornais como uma das áreas de risco de Fortaleza, possuindo quatro pontos críticos próximos à praia, que correm o risco de desabamento: Santa Elisa, com 75 famílias; rua São Raimundo, com 15 famílias; Santa Inês, com 174 famílias e morro do Moinho; com 51 famílias. Esta área situa-se nas proximidades do litoral do bairro (as setas apontam para a localização no mapa).

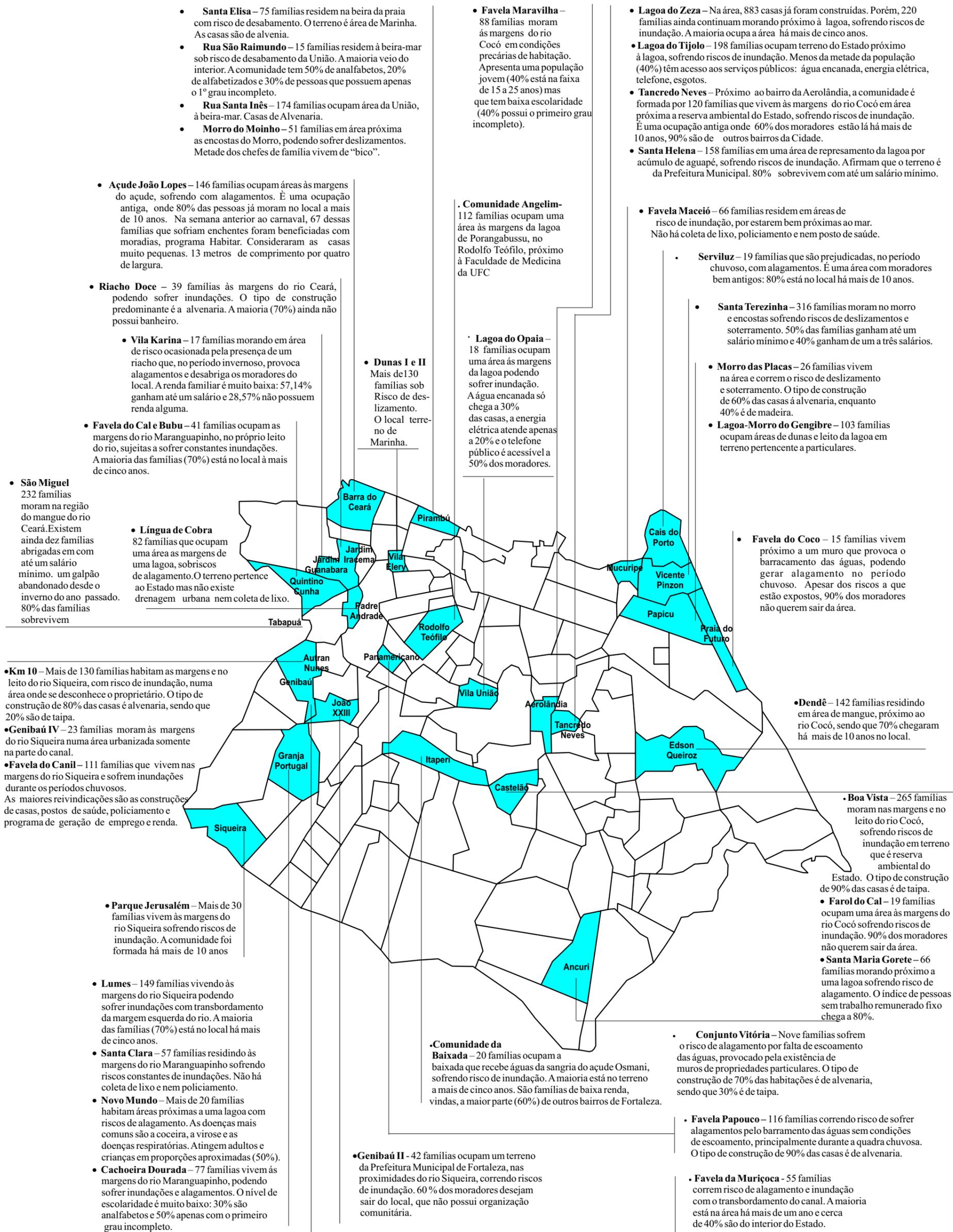
Os dados da Guarda Municipal, Defesa Civil e Cidadania de Fortaleza sobre as áreas de risco em Fortaleza com a Operação Inverno em 2006 apontam que os riscos existentes no Pirambu ocorrem próximo à praia. Nesta área, normalmente, ocorrem deslizamentos em áreas de altitude próxima da beira-mar; margens do canal e nas encostas do morro. Esses problemas ocorrem em três pontos do bairro: Arpoador/ Areia Grossa - 490 famílias; Cacimba do Pombos/Beco dos Biscoitos/ Rio Nilo - 200 famílias e Morro do Moinho - 49 famílias, ou seja, por ser mais atualizado, já não mostra as ruas, mas algumas localidades, atingindo 739 famílias.

Essa questão das moradias em áreas de risco é apontada no Jornal como problema que afeta parte do Pirambu. É exatamente o ponto onde será construída a avenida Costa-Oeste, na qual a matéria jornalística apresenta a ação do Governo do Estado para solucionar esse problema.

Figura 8: Aumento das áreas de risco em Fortaleza



Fonte: O POVO, 2000



Obs: Os dados acima, apurados em 1990 e divulgados em janeiro de 2000, correspondem a cerca de 4 mil famílias em 45 áreas, pesquisadas em 400 questionários. À época de divulgação, o CDPDH já sabia da existência de mais 22 novas áreas de risco.

Fonte: Manual da Miséria em Áreas de Risco do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza.

Figura 9: O mapa das áreas de risco de Fortaleza. Fonte: O POVO, 2003.

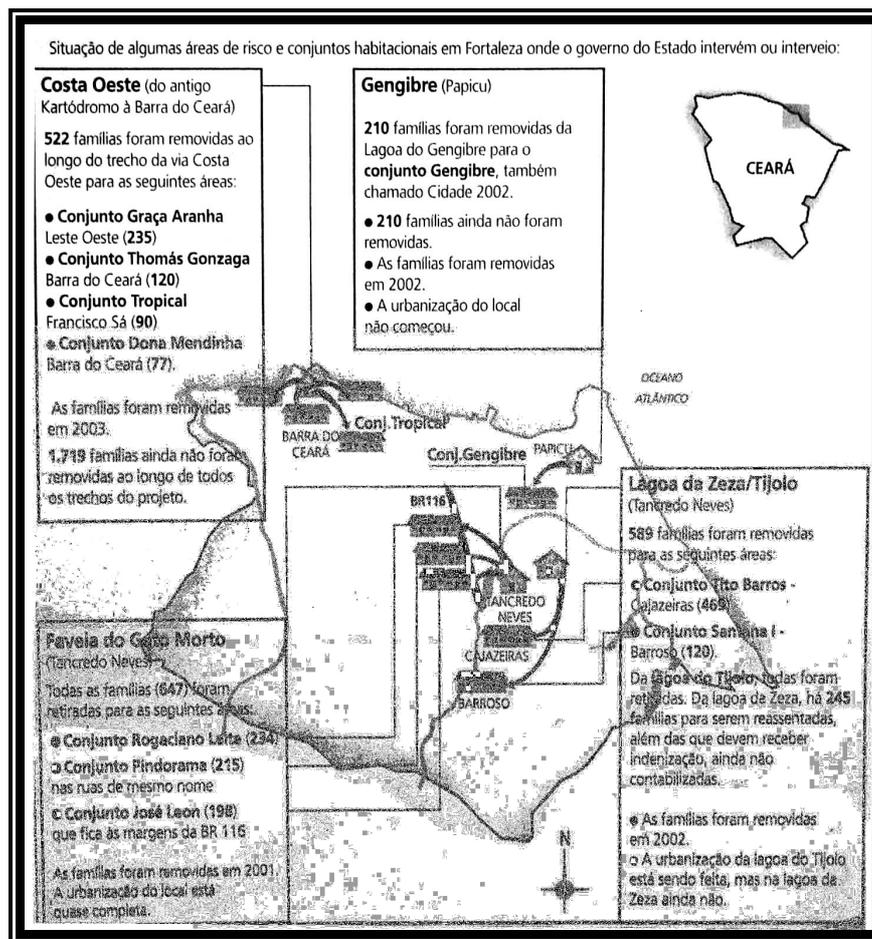


Figura 10: Intervenção do Governo em área de risco.

Para Hetú (2003) e Hoerning (2005), a solução para a favela é a urbanização, mas para a área de risco é a sua retirada. O Jornal, ao trazer dizeres em suas matérias sobre o Pirambu localizado sobre as áreas de risco, reforça a necessidade da retirada dos moradores do litoral do Bairro, porque não há possibilidade de permanecer, pois é um local inabitável devido o fluxo das marés, deslizamentos, etc., mas será construído nesta área de risco, a via de acesso Costa Oeste. Partindo dessa perspectiva, a ocupação do litoral do Pirambu é considerada área de risco para quem?

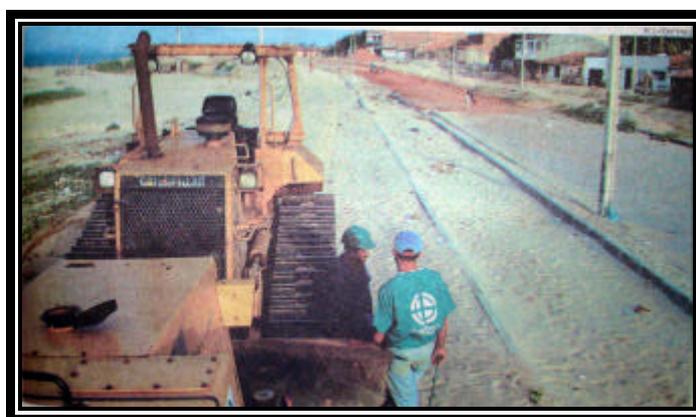
Em troca, os moradores recebem indenização ou são retirados dos trechos considerados de risco e relocados em conjuntos de reassentamentos no próprio bairro, exigência deles que têm uma história de luta e resistência na Cidade, bem como têm conhecimento de que o setor do litoral oeste de Fortaleza passou a ser interesse do poder público no investimento em políticas públicas, como mostrou o

Capítulo 4. Nesse sentido, em parte os moradores serão beneficiados, como mostra o título do jornal **Casas longe do risco para 4.500 famílias**.

A **Figura 11**: Projeto Costa-Oeste mostra os 6 conjuntos habitacionais (Alves de Lima, Cacimba dos Pombos, Graça Aranha, Grandes Curtumes, Seis Companheiros e Telemar), que seriam entregues até o ano de 2002. Santos (2006) aponta, porém, as mudanças no reassentamento para atender os interesses dos moradores: no lugar de 6 conjuntos passam a ser 8, denominados: Cacimba dos Pombos – 114 casas; Seis Companheiros – 183 casas; Graça Aranha – 235 casas; Tomaz Gonzaga - 120 casas; Dona Medina – 77 casas; Tropical – 99 casas; Alves de Lima – 308 casas; e Tenente Lisboa – 860 casas. Atualmente 6 áreas de reassentamento já foram entregues. Isto mostra como o discurso jornalístico elabora saberes, direciona subjetividades.

Santos também acrescenta alguns pontos negativos que causam transtornos tanto aos moradores como ao Estado, pois a obra se arrasta há quatro anos (2002-2006), causando prejuízo aos cofres públicos de cerca de 60 milhões. Isso provocou impasse, levando o governador do Estado a declarar nos meios de comunicação sobre a possibilidade de passar a responsabilidade à Prefeitura. Tal incerteza quanto à responsabilidade e aos conflitos de interesses diversificados em relação à obra é discussão constante nas matérias do *O POVO* como no exemplo do título: **STF permite retomada da obra Costa-Oeste**, na qual a legenda explica que

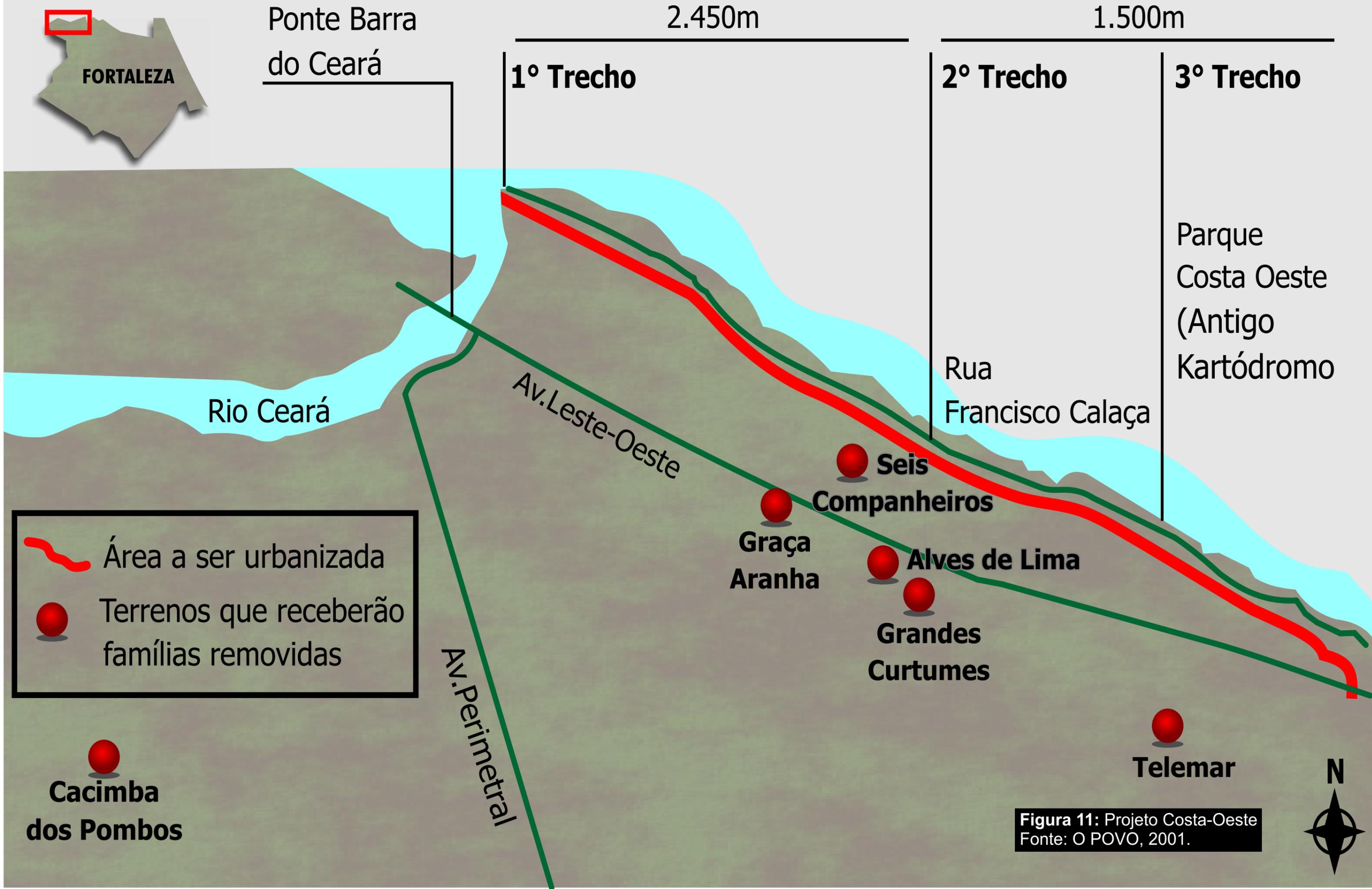
As obras do projeto Costa-Oeste devem ser retomadas após 28 dias de paralisação (O POVO, 2004).



Fonte: O POVO, 2004.

Foto 14: Construção da avenida Costa-Oeste.

PROJETO COSTA-OESTE



Neste sentido, a Foto 14 mostra os funcionários voltando ao trabalho já iniciado que, constantemente, é alvo de intervenções por conta da falta de acordo dos poderes entre si e dos moradores.

Atualmente, o Estado e a Prefeitura entraram em acordo. O primeiro assumirá a conclusão do trecho 1 (em andamento) e a Prefeitura ficará responsável pelo restante da obra (trechos 2 e 3). A prefeita de Fortaleza, jornalista Luizianne Lins, declarou a *O POVO* do dia 27 de maio de 2006 que discorda do reassentamento promovido pelo Estado, dizendo que o projeto é agressivo à história do povo da área, ao meio ambiente e à divisão da comunidade, ou seja, divisão relacionada aos que são contra e aos que são a favor da obra.

Nesse sentido, será elaborado outro projeto para a Costa Oeste, denominado Vila do Mar, no qual objetivam a inclusão social e o desenvolvimento de um turismo diferenciado, ao propor a construção de via local, contrária à avenida, de trecho rápido, proposto pelo Estado, com equipamentos comunitários identificados com a cultura local.

A tomada de responsabilidade de qualquer uma dessas instâncias em relação à obra da Costa Oeste poderá amenizar os conflitos, atendendo tanto aos interesses da política de desenvolvimento do turismo no Ceará como dos moradores situados nas áreas de risco nos bairros do setor oeste de Fortaleza, localizados próximos ao litoral. Nesse contexto, o Estado serve como mediador:

O poder público age como empreendedor (constrói obras) como legislador (elabora leis para a gestão da cidade), como tributador (cobra impostos e taxas dos cidadãos...), e como polícia (intermedia e reprime conflitos sociais). Por isso, sua atuação não é neutra, porque cada atitude leva necessariamente a um resultado, ora beneficiando um, ora beneficiando outro grupo interessado. Por exemplo: aumentar impostos penaliza as pessoas mais pobres; desapropriar terrenos, penaliza os proprietários; reprimir passeatas, prejudica aqueles que estão reivindicando algo; etc. (SPÓSITO, 1994, p. 20).

Nesse contexto, o Poder público poderá amenizar os conflitos, pois beneficiará os dois lados. Quanto ao Jornal, creio que tem participação na concretização dessas políticas, uma vez que o dono da empresa jornalística estabelece uma política editorial que atenda aos seus interesses econômicos e da

política na qual acredita, apoiando-a, seja de direita ou de esquerda. Assim, contribui para legitimar, inculcar no leitor, a aceitação do objetivo buscado pelo Poder público. Traquina (2005, p. 126) entende que “o jornalismo é um *quarto poder*⁶¹, que periodicamente realiza o potencial de contrapoder, mas, tendência geral, reforça o poder instituído”. Também Pena tem este entendimento ao comentar que

a história da imprensa em todo mundo está ligada à história do poder. Mesmo nos países mais democráticos sempre houve estreita relação entre empresas jornalísticas e os governos. Na maioria das vezes, há uma dependência mútua. Por um lado, anúncios oficiais movimentam milhões de dólares para conglomerados da mídia. Por outro lado, aos governos também interessa um bom relacionamento com as empresas a fim de manter a imagem positiva perante a opinião pública. [...] Casamento perfeito. Mas quando há divórcio, os ferimentos são mortais. [...] No meio dessa tensão, o jornalista. Entre o patrão, o governo e o chefe na redação, ele pergunta: a liberdade de imprensa é possível? (PENA, p. 102-103).

Na feitura de uma matéria, o redator sabe exatamente a quem entrevistar para dar a visão que o jornal estabelece; se ele foge à regra perde o emprego! Em algumas situações, consegue forjar esse controle, mas, na maioria, situa-se em posição de subordinação aos poderosos.

Como pensa Foucault (1997) “é preciso que nos inquietemos diante de certos recortes ou agrupamentos que já nos são familiares”. As matérias aqui comentadas permitem supor que o Pirambu é um bairro sem usos comerciais, escolares e de saúde. São raras as imagens dessas funções circulando pelos jornais. Tudo isto vai originando condições de possibilidade para a formulação de um significado neste bairro em que tudo está precário, tudo se encontra em péssimas condições. Nas diversas idas e vindas ao Pirambu, percebi a existência das diferenças de uso e ocupação em toda a extensão do bairro. Observei haver nítida diferença hierárquica de serviços, infra-estrutura, atividades econômicas, tipologia das casas entre os locais mais distantes e mais próximos da praia (**Figura 12**), mas longe de ser um espaço homogêneo.

⁶¹ Traquina (2005, p. 187) pensa que “os mídia noticiosos foram e são definidos como um *Quarto Poder*, que guarda os cidadãos dos eventuais abusos de poder por parte dos governantes; mas, no início do século XXI, um número crescente de agentes sociais, incluindo parte significativa da comunidade acadêmica, levanta a questão: quem protege os cidadãos do Quarto Poder?”

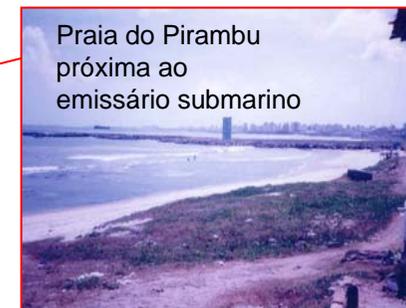


Figura 12:
Uso e ocupação no Pirambu

Elaboração: Pedro Igor B. de Moraes; Thiago Mafra.

Nas minhas visões acerca do bairro, constato que as principais ruas do Pirambu (aquelas situadas mais próximo à avenida Leste-Oeste e paralelas à praia) são largas, asfaltadas, limpas, arborizadas e com calçadas. Também verifico a presença de serviços diversos como cabelereiro, escolas, transporte coletivo, *lan houses*, mercearias, farmácias, maternidade, posto de saúde, igrejas etc., como mostram as fotos seguintes.

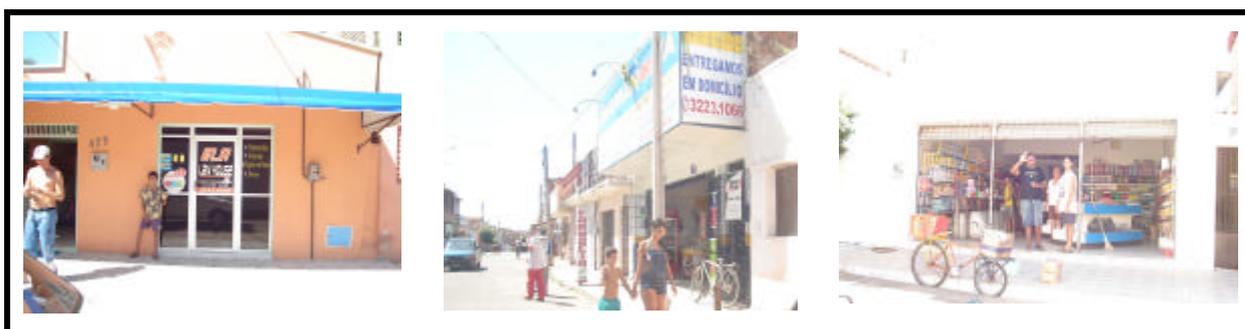


Foto 15: Serviços diversificados



Foto 16: Instituições

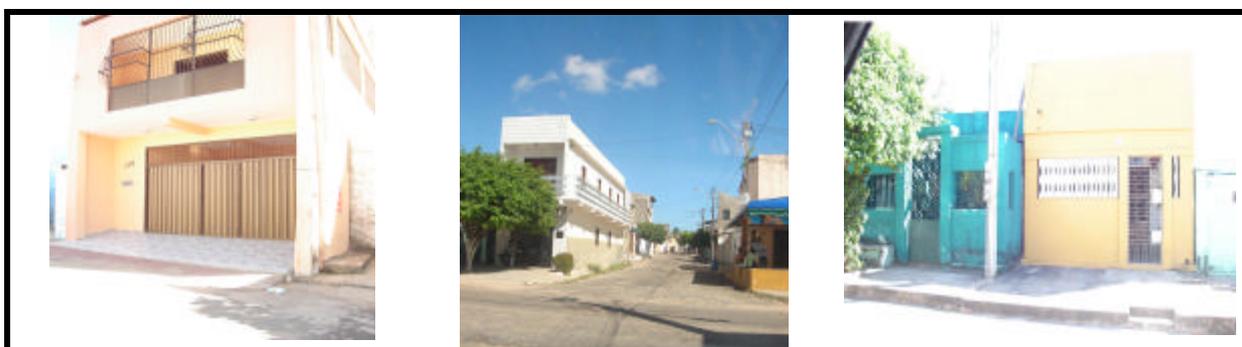


Foto 17: Moradias diversificadas



Foto 18: Infra-estrutura



Foto 19: Espaços precários para moradias

À medida que a pessoa se distancia da Avenida, ou seja, se aproxima da praia, esses serviços são escassos, as ruas são mais estreitas e tortuosas, as casas apresentam lotes menores, não são asfaltadas, não tem calçada e são mal-acabadas, apresentando-se em processo de construção ou acabamento, como mostra a Foto 19. São visibilidades mais próximas às veiculadas nas matérias jornalísticas d'*O POVO*.

5.3 Uma Geografia da Violência

Outro foco escolhido foi o da violência, o Pirambu é conhecido também pelo alto índice de violência divulgado pelos jornais, em conjunto com outros bairros periféricos.

Para Diógenes (1996), há múltiplos significados para o conceito de violência e, como a realidade se fez complexa, seus esquemas interpretativos tiveram que acompanhar essas mudanças. Isso causou um dilema entre os teóricos e pesquisadores que vivem um impasse quanto à definição do termo violência. Nesse momento de transição, ou seja, a chamada crise dos paradigmas das ciências

sociais, houve transformações, dando lugar às significações, ao simbólico, às representações, dentre outras. A retomada dessa perspectiva subjetiva promoveu o aumento da discussão sobre a violência, outrora considerada subcategoria da Sociologia.

É na Filosofia Política que as tendências diferenciadas da análise da violência emitem seus sinais para o conjunto das ciências sociais. As formulações de Hobbes, assim como os estudos de Hannah Arendt sobre poder/violência marcam as produções nas ciências sociais contemporâneas (p. 139).

As formulações desses dois teóricos são opostas: para Hobbes, o poder e a violência são indissociáveis, enquanto Arendt considera como duas coisas distintas, sendo possível exercer o poder fora da violência: um domina, o outro está ausente. Essas mudanças provocaram a ampliação da explicação da violência que passa a ser analisada a partir do campo de ação e da trama dos sujeitos.

Nessa perspectiva, Diógenes (1996) aponta que

(...) a violência, quase sempre resultado de atos “impensados”, de reações abruptas, de pulsões muitas vezes desconhecidas, aparece para o próprio “eu”, como expressão de um “outro” estranho, o que de alguma forma “trava” o fluxo de significações. Por outro lado, como a violência é um fenômeno muito mais narrado que observado, ela deve ser apreendida, dentre outras maneiras, dentro da “teia de significados” em que se insere (p. 145).

A autora também acrescenta a noção de que os significados sobre a violência podem ser mais bem registrados por intermédio dos autores que se debruçam nos estudos da violência urbana. Nesse sentido, um dos focos desta pesquisa considera a regularidade dos discursos das fotografias jornalísticas, ao evidenciar formas de violências no bairro Pirambu. Para compreender quais são os significados mais freqüentes sobre a violência nesta área, é necessário admitir que a análise da segregação em Fortaleza também contribuiu para o entendimento do Pirambu como um local violento, uma vez que a divisão socioespacial e econômica reflete a desigualdade social, também considerada um tipo de violência que promove representações espaciais negativas ou positivas sobre determinadas áreas.

Segundo Almeida (1996), a violência crescente nos grandes centros urbanos tem dois aspectos fundamentais:

(...) o primeiro aspecto é a violência institucional, repressora, que advém dos “tempos da República” e do período militar, transformando-se mais tarde em violência disfarçada via repressão escondida em ideologias e manobras do Estado e das classes dominantes para garantir o “status quo”; o segundo é a violência física e visível dos roubos, crimes e assassinatos crescentes nas grandes cidades, verificada não como originária em si mesma, mas uma violência contextualizada, resultado da história de repressão, exclusão e corrupção. A violência física é, também, uma tática de sobrevivência. Lembra-se aqui que sobrevivência não significa apenas salvação do corpo na busca de suprir as necessidades biológicas. Significa também, salvação do espírito humano que busca impor força e respeito, suprimindo a marca da fraqueza e da impotência (p. 171).

A violência se apresenta de várias formas, pois não se refere somente a violência física, mas também está relacionada a violência da exclusão, que cria representação espacial. No caso de Fortaleza, os bairros da periferia normalmente são apontados como locais da violência causada pela pobreza, pela miséria e pelo perigo que marcam o cotidiano da sociedade. Tudo isto faz com que os moradores destas áreas sejam destituídos e limitados do direito à cidade.

Barreira (1999), ao organizar o livro *Ligado na Galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza*, no qual utilizou a amostra de 9 bairros (incluindo o Pirambu) com diversos níveis socioeconômicos da Cidade, tendo como um dos objetivos buscar entender como o jovem de Fortaleza concebe a violência do modo a seguir expresso,

Fortaleza carrega o signo dos contrastes, cingida pela divisão espacial Leste/ Oeste, ou Centro/ Periferia: a cidade dos serviços e do comércio de melhor qualidade, inclusive de infra-estrutura urbana e do turismo, e a cidade dos pobres, cujos serviços, no geral, são muito precários. Estes aspectos vão está o tempo todo presentes nas imagens e representações sociais dos segmentos entrevistados, principalmente da juventude, contribuindo, assim, à consolidação de diversas interpretações do significado da violência, dos seus agentes e do *locus* de sua realização (p. 10).

Nesta direção, atribuem-se valores diferenciados aos setores leste (presença de ricos, serviços, lazer e reduzida violência) e oeste (onde está situado o Pirambu, constituído pela maioria pobre, sem serviços, lazer e alto índice de violência), que reforçam a estigmatização dessas áreas por parte dos habitantes, principalmente dos jovens, ou seja, “os espaços são construídos por fronteiras simbólicas que estão constantemente sendo classificados e estigmatizados” (BARREIRA, 1999, p. 41).

O olhar dos jovens fortalezenses de classes sociais diferentes é um exemplo, no qual eles concebem a violência de forma diferenciada, como exhibe Barreira (1999):

Para os jovens do “centro”, pertencentes às classes média e alta, a incursão à periferia representa o caminhar com medo de uma violência difusa, decorrente de assaltos e assassinatos. Os jovens da “periferia”, pertencentes às classes pobres e classe média baixa, consideram, por outro lado, que a saída do seu bairro representa enfrentar o perigo de disputa com outras “turmas” e a violência policial (p. 37).

Nesse sentido, são criados estereótipos - bairros violentos, bairros calmos etc. - de acordo com as experiências e as condições sociais e econômicas dos habitantes. Percebe-se que a violência está relacionada, de modo mais intenso, aos bairros periféricos, ou seja, a criminalidade está ligada à pobreza. A exemplo disso, o autor assinala que, independentemente das origens sociais dos jovens, entre os bairros mencionados como violentos, o Pirambu foi citado nas entrevistas como o mais violento.

Nessa perspectiva, os habitantes de Fortaleza passam a caracterizar os bairros pobres de maneira homogênea, mantendo a distância pelo medo do perigo que estas áreas representam com o seu estilo de vida e a presença dos marginais, como aponta Barreira (1999),

As origens sociais delimitam as mobilidades nos espaços urbanos que passam a dar contornos das classificações do outro, do diferente, do não conhecido. Em princípio, nem todos podem ou devem freqüentar todos os espaços. A não convivência social de jovens de classes sociais diferentes leva, naturalmente, à construção de visões preconceituosas, estigmatizadas e esquemáticas. Uns são

considerados *playboys* e outros são classificados como “marginais”, reforçando uma nítida exclusão nos espaços construídos (p. 37-38).

Almeida (1996, p. 162) ressalta que “essa é uma associação que não distingue quem são os moradores do bairro periférico, ou seja, se são pessoas comuns, trabalhadores ou criminosos. Também não leva em conta nenhuma contextualização histórica, nenhum passado, nenhuma distinção pessoal ou social entre os moradores da periferia”.

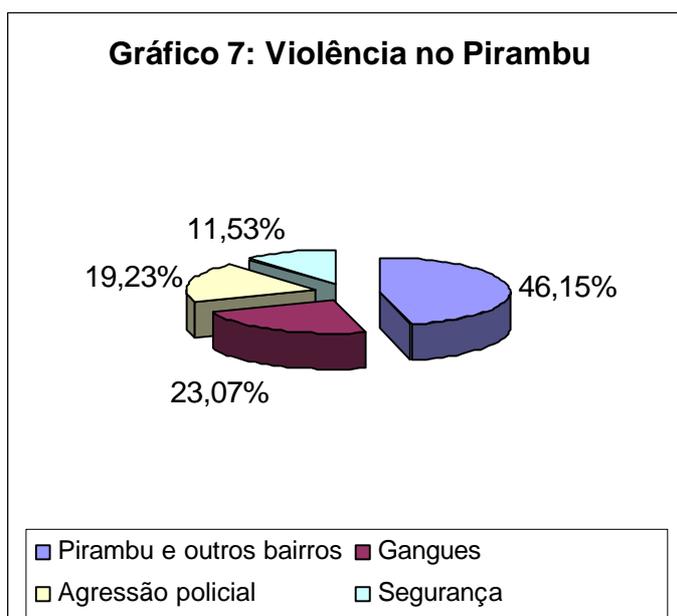
Esse pensamento também é veiculado pelos jornais, que informam sobre a violência em diversos bairros, ao trazer mapas de localização e informações sobre a violência na Cidade, que se tornam presentes no cotidiano da população urbana, causando medo generalizado de determinadas áreas, mesmo sem conhecê-las.

Partindo da perspectiva geográfica, Rodrigues (2002) anota que são necessários novos paradigmas para se compreender a violência, pois os atuais deixam de dar conta da complexidade. Ela expressa que “o tema Geografia e Violência Urbana é importante para pensar a sociedade e o espaço” (p. 77). Como se trata de um tema bastante complexo, a autora faz uma indagação: como “geografizar” a violência urbana para compreender sua complexidade, sem cair no senso comum, nas informações da mídia?” (p. 77). Assim ela aponta vários aspectos que podem ser tratados numa análise e um deles está relacionado em “mostrar a concentração da violência contra a pessoa em determinados segmentos sociais, em tipos característicos, revelando que esta é sempre noticiada nos diversos meios de comunicação” (p. 77).

Segundo a autora, há pelos menos dois grandes grupos de violência contra a pessoa: doméstica e a da exclusão. No que se refere à segunda, está concentrada nas áreas de maior pobreza. No caso do Pirambu, ele reúne todas as precondições para apresentar elevados índices de violência de exclusão, por coincidir “com os espaços que foram ocupados pelos pobres: favelas, cortiços, conjuntos habitacionais distantes e sem infra-estrutura etc” (p. 80). Nesta análise, observo dois tipos de violência: física e da exclusão.

O *POVO* traz matérias sobre a violência do Pirambu, comparando-o com os demais bairros, geralmente pobres, onde são utilizadas várias fontes, sendo apresentadas em forma de gráficos, figuras, tabelas e fotografias das vítimas. Por

meio deste último item, detectei outras formas de violências praticadas por gangues, agindo contra os próprios moradores do bairro; a agressão de policiais contra os moradores, atingindo principalmente as crianças, e a falta de segurança. Neste sentido, o gráfico 7 mostra os temas de maior regularidade nos jornais sobre a violência.



Fonte: O POVO, 1990-2005.

O Gráfico da violência demonstra que, das 26 matérias jornalísticas analisadas, há 12 relacionadas ao Pirambu no Jornal, aparecendo junto a outros bairros quando o assunto é a violência, correspondendo à porcentagem maior: 46,15% - 6 representam a presença das gangues, correspondendo a 23,07%; 5 referem-se a repressão policial contra os moradores do bairro com agressões, correspondendo a 19,23%; e 3 referem-se à insegurança no bairro, igual a 11,53%,

No tocante à comparação da violência nos bairros de Fortaleza, a Tabela 5 apresenta a indicação dos bairros mais violentos, no período de 1996 a 1999, consoante *O POVO*. Trata-se de uma tese de doutorado em que o pesquisador faz o levantamento de homicídios dolosos em Fortaleza, relacionando as taxas de violência com os indicadores socio sanitários, cujos resultados apresentam a relação direta entre a violência e os níveis sociais e sanitários precários dos bairros.

Tabela 5: Bairros mais violentos de Fortaleza

Taxas de homicídio						
Nome do bairro	SER	1996	1997	1998	1999	Média
Praia do Futuro	II	326	158	173	56,8	180
Castelão	VI	63,8	218	-	59	108,2
Bom Jardim	V	79,3	122	81	85	91,9
Siqueira	V	79	96	94	92	91,1
Maraponga	V	-	-	142	61,8	75,8
C. José Walter	V	65	104	74	-	72,4
Pirambu	I	96,7	68,8	80	33	69,2
Jangurussu	VI	-	59,7	52	85,7	60
Canindezinho	V	-	120	-	-	54,2
Messejana	VI	62	-	52	-	52,2
P. Santa Rosa	V	-	-	78,6	-	51,2
Panamericano	IV	-	71	-	-	47,7
Lagoa Redonda	VI	-	-	98	-	47
Antônio Bezerra	III	-	-	-	63	46,7
Henrique Jorge	III	-	54	65	-	45,2
Papicu ...	II	58,7	-	-	-	40,3
Aerolândia	VI	70	-	-	-	36,1
Paupina ...	VI	-	60	-	-	35,3
Cambeba ...	VI	-	61	-	-	30
Cajazeiras	VI	-	56,6	-	-	24,5
Pres. Vargas	V	-	-	60	-	22,8
Parque Iracema	VI	57	-	-	-	13,9

Fonte: O POVO, pesquisa "Morrer por homicídio em Fortaleza/Ce" – Ernani Vasconcelos, 2002.

Ao observar a tabela, verifiquei que o Pirambu é o único bairro indicado da Regional 1 como mais violento nos anos 90, com média de taxa de homicídio de 69,2. Nesse caso, ele apresenta alta taxa de homicídio, pois, mesmo não sendo o bairro mais violento, perdendo para os bairros Praia do Futuro, Castelão, Bom Jardim e outros, isto é, está entre os mais violentos.

A leitura que estabeleço nas matérias jornalísticas não tem a intenção de querer saber se existe veracidade ou não nas imagens, legendas e títulos, minha visão vai para outro sentido. Busco estabelecer somente outra leitura mais além do que a matéria trata. Nesse sentido, não discordo de que o Pirambu seja um lugar de alto índice de criminalidade, um dos bairros mais violentos de Fortaleza; minha leitura só procura mostrar como os referentes trazidos nas matérias concorrem para esses dizeres e para tantos outros possíveis.

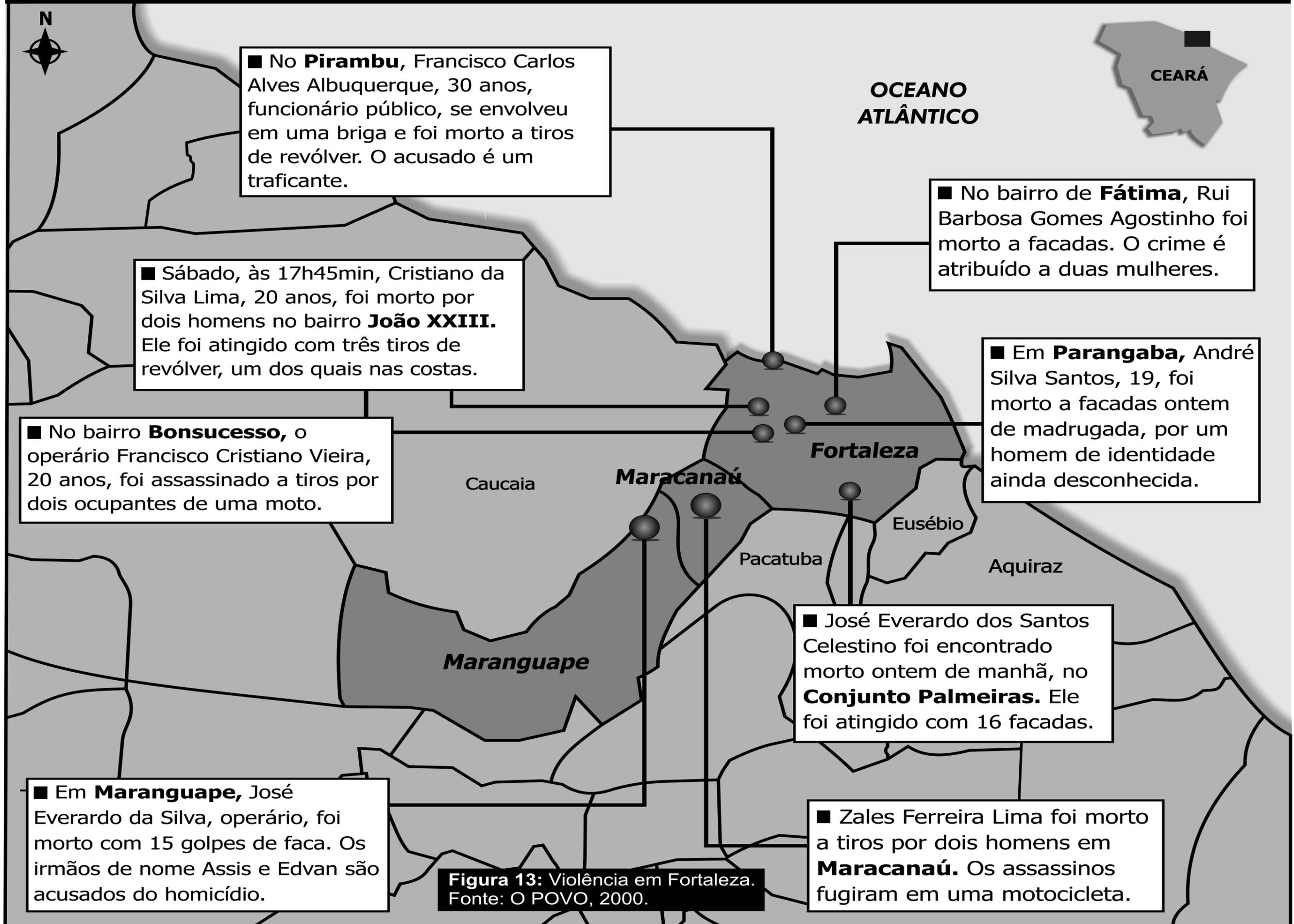
Os exemplares dos jornais também sempre apontam a localização dos bairros violentos de Fortaleza. Percebo que os bairros populares são apontados no jornal como os locais de violência da Cidade. Podem-se observar, a partir das **Figuras 13: Violência em Fortaleza** e **14: Localização dos crimes**, o Pirambu sempre presente.

Nessa perspectiva, o Jornal mapeia os espaços perigosos da Cidade consolidando um conhecimento sobre os bairros populares que serão apresentados ao leitor como locais da violência.

Tal fato remete a significados conferidos ao Pirambu no início de seu povoamento, cuja função era acolher os imigrantes. Atualmente, sua função é acolher os criminosos. Ambos se aproximam: são os anormais denominados por Foucault (1996), portanto, merecem ser vigiados, de modo que se passam anos, décadas, e o significado continua ali, bem fixo: Pirambu um lugar violento! Nesse sentido, compartilho com Schmidt (2001), quando ressalta que a legenda da fotografia ensina aquilo que deve ser visto nela, operando como manual de instrução para sua leitura. Também Cauduro apud Schmidt (2001) assinala que a representação verbal associada a uma representação visual quase sempre governa a cadeia de significados e o sentido obtido do conjunto.

A sistematização de matérias jornalísticas com imagens de gangues, compostas por jovens, e o registro de criminalidade, principalmente, latrocínio e assaltos a mão-armada ocorridos nos mais diversos e distantes bairros de Fortaleza fazem com que o Pirambu seja constantemente visto como um lugar de alto índice de violência, mesmo que a maioria dos crimes não seja praticada em seu território nem por seus moradores. Tal observação é corroborada pela localização do 7º Distrito Policial (DP) que atende vários bairros além do Pirambu, como mostra a citação:

O MAPA DA VIOLÊNCIA



ONDE ACONTECERAM OS CRIMES

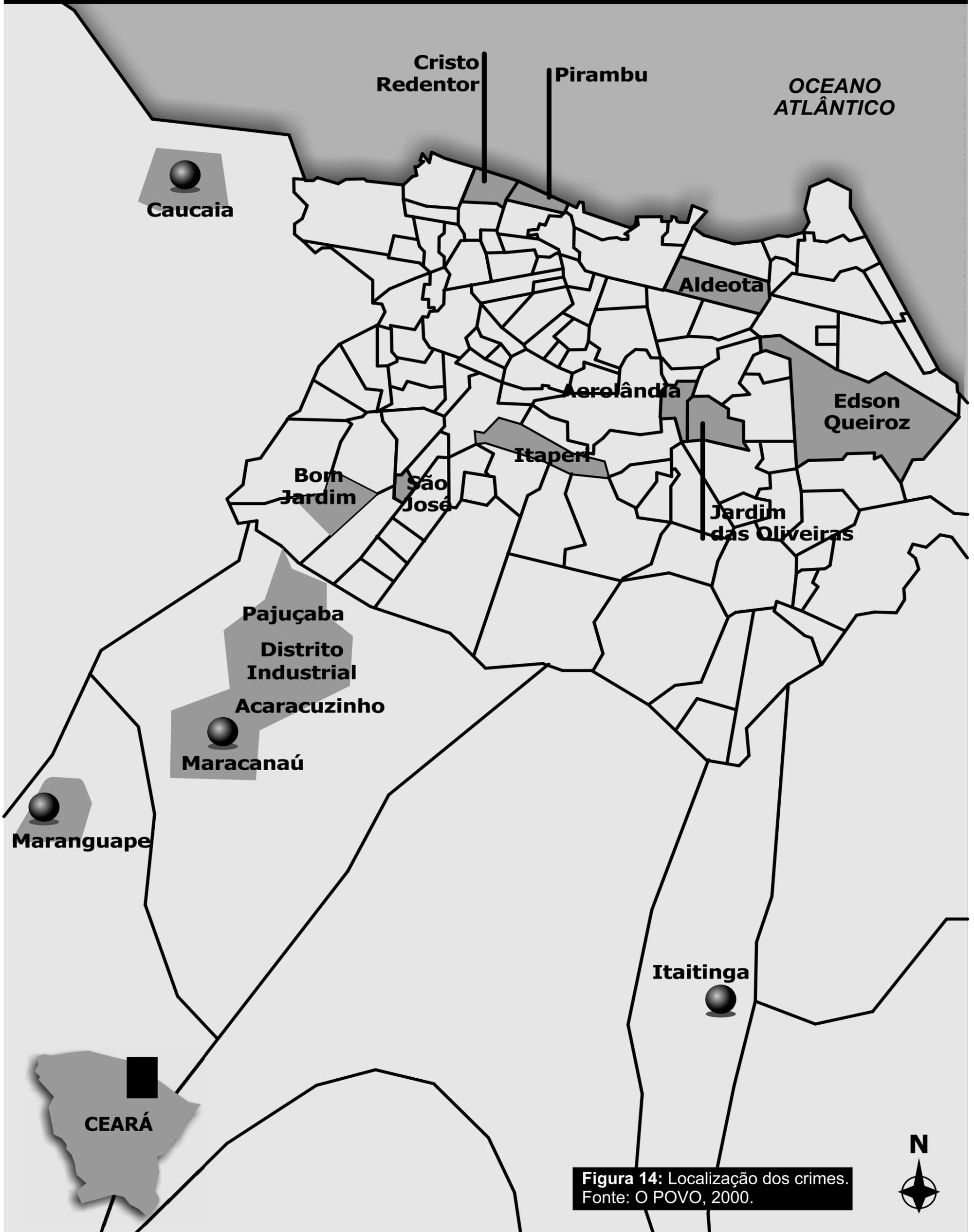


Figura 14: Localização dos crimes.
Fonte: O POVO, 2000.

Um dos mais importantes termômetros da violência em Fortaleza, o 7º Distrito Policial (DP), que atende aos bairros do Pirambu, Carlito Pamplona e Álvaro Weyne, além de outros 14 bairros, durante o período de plantão (das 18 horas às 8 horas do dia seguinte), confirma um aumento no número de delitos, mas também uma resposta da ação policial (O POVO, 2006).

Este estudo tem a finalidade de mostrar como o discurso jornalístico agencia marcadores para constituir as representações. A citação a seguir, embora não seja do jornal O POVO, mas refere-se ao Pirambu, ilustra com pertinência este fato.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem em um comício em Fortaleza, no início da noite, que "vai aparecer ainda muita corrupção no Brasil". Isso vai acontecer, segundo o candidato à reeleição, porque em seu governo "nunca fica lixo embaixo do tapete".

"Minha mãe era pobre, mas era limpa. Ela levantava o tapete para limpar a casa", disse o presidente. O comício aconteceu no **Pirambu, um dos bairros mais violentos de Fortaleza** (Folha de São Paulo, 2006) (Grifos meus).

No que se refere a violência praticada por jovens, para Barreira (1999, p. 12),

(...) está cada vez mais comum nos grandes meios de comunicação de Fortaleza a veiculação de fatos considerados como violentos atribuídos diretamente aos jovens. O significante "gangues" parece encerrar em si o que de mais atual se tem criado em torno do que é expressão da violência que se generaliza nas periferias da cidade e a todos atemoriza. Manchetes [...] passam a ser os fatos corriqueiramente mais explorados pela imprensa. Em todos os casos, é indicada a participação dos jovens, e geralmente, com explicações controversas entre policiais, jovens e pessoas da família.

O autor também aponta que a maior incidência de gangues e galeras está ligada aos jovens de bairros populares. No caso do Pirambu, não é exceção, e os jornais apontam essa realidade.

Segundo Diógenes (1996, p. 150), "gangues é um grupo formado por muitos, numa faixa de 30 a 50 acima e são violentos. No imaginário das gangues, os

espaços da cidade se configuram enquanto locus de disputas, confrontos e delimitação de posses”.

As gangues definem os limites de suas áreas, reconhecidas entre as outras gangues. Caso essas fronteiras estabelecidas sejam desrespeitadas, haverá confrontos. A Figura 15 mostra os bairros mais afetados pelas gangues nos períodos de 1999 e 2000. O Pirambu aparece.



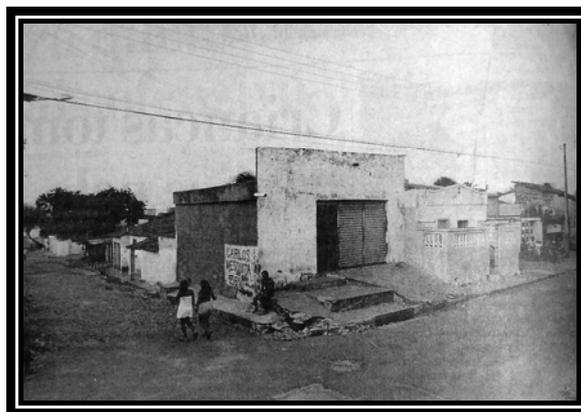
Fonte: O POVO, 2000b.

Figura 15: Bairros afetados por gangues.

O uso do mapa é acionado nas matérias jornalísticas para constituir significados. Ele é percebido como um dispositivo de autoridade. A espacialização dos dados são de tal modo visuais que ninguém contesta e adquire um valor de verdade incontestável; sua localização e distribuição permitem fazer relações imediatas. Para Tonini (2002), esta capacidade faz com que o mapa seja visto como uma máquina óptica poderosa na elaboração do significado.

É facilmente notável o fato de que o Pirambu aparece na figura constituindo o conjunto dos bairros mais afetados pelas gangues, mas também é perceptível que essa realidade não ocorre somente em bairros da periferia. O Papicu está presente e, como outros bairros ele não é homogêneo, ou seja, apresenta desigualdades sociais e, quando o jornal trata da presença de gangues nesta área, refere-se às áreas pobres. Normalmente o Jornal reforça o significado da violência associada à pobreza, acentuando o preconceito da população em relação à favela, aos bairros populares.

No Pirambu, a presença de gangues é uma ameaça para os moradores, vítimas de suas ações, como os assaltos e as brigas entre gangues rivais que disputam territórios no bairro. Esta fotografia mostra um ponto de confronto no Pirambu, onde há disputa entre as gangues rivais.



Fonte: O POVO, 1997.

Foto 20: Perigo nas ruas do Pirambu.

O título dessa Foto 20 é **Famílias pagam para ter segurança** e apresenta a preocupação das famílias residentes no Pirambu com a violência, enquanto a legenda -

Cruzamento das ruas Vicente Sabóia com Santa Inês no Pirambu, é ponto de confronto entre as gangues (O POVO, 1997) -

aponta um dos trechos perigosos da área. Acredita-se na possibilidade de existência de vários pontos perigosos dentro do bairro, nos quais as gangues dominam e agem contra os moradores, bem como entram em confronto com as inimigas. Talvez os moradores tenham receio de passar por determinados locais e horários em virtude de falta de segurança e por ser território dominado pela ação de marginais.

Esses conflitos se revelam como uma tentativa de inserção, segundo Almeida (1996):

No mundo urbano, vê-se claramente que a violência vem se constituindo a partir de uma situação de exclusão social, onde os excluídos instituem suas ações violentas como uma forma alternativa de conseguir bens materiais necessários à sobrevivência e, mais que

isso, de sentirem incluídos num espaço que ultrapasse o espaço físico e privado da casa ou das ruas da favela, para um espaço onde possam se movimentar, a partir de suas próprias representações sobre direitos e deveres, suas próprias regras e ações, enfim um espaço "livre", público que se concretiza na ação violenta coletiva, ou seja, na inserção em gangues (p. 178).

Mesmo que seja pelo motivo da exclusão, a violência não justifica, no entanto, a pesquisa não busca entender as razões dessa iniciativa violenta dos jovens, se é justa ou não, mas apreender as representações constituídas a partir dessa ação, pois a violência desses grupos afeta diretamente os moradores e, ao tornar-se matéria do Jornal, compromete também a imagem do bairro como um todo.

A Foto 21 registrou o momento da dor física sofrida pela vítima, sendo socorrida por vários homens. O título **Menores organizados atacam no Pirambu** apresenta o local do acontecimento e revela que as gangues são constituídas de rapazes de menor idade organizados para roubar. Enquanto a legenda -

Francisco de Assis Germano recebeu facada de uma turma de delinqüentes que o atacou para roubar um botijão de gás (O POVO, 1992) -

mostra indícios de que se trata de um morador do bairro Pirambu que provavelmente estava em sua casa e foi assaltado por uma gangue que o agrediu com uma facada e furtou o seu botijão de gás. Certamente as vítimas da ação das gangues são os próprios moradores do bairro.



Fonte: O POVO, 1992.

Foto 21: Homem ferido.

Na fotografia seguinte, o título é **Criança atingida por bala perdida sofre trauma**. Isso ocorreu durante uma briga de gangues nas proximidades de sua casa, na rua Santa Inês, segundo o texto jornalístico. A legenda expressa que

Diane Rodrigues, 2 anos, foi atingida quando saía de casa com o pai e hoje tem medo do barulho dos tiro (O POVO, 1997),

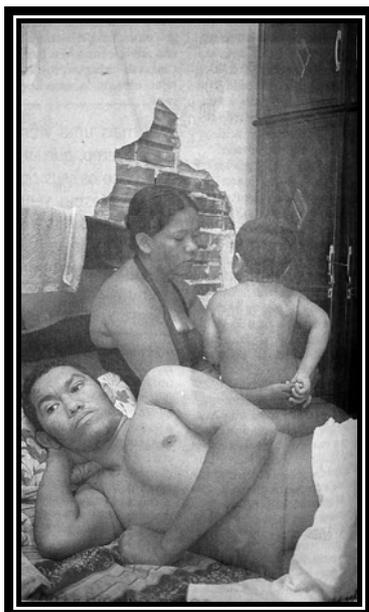
e demonstra as conseqüências sofridas pela criança, como o medo, bem assim, o pai relata a mudança de comportamento da filha ao escutar o barulho de tiros, como se fosse algo constante no bairro. Creio que as famílias estão sentindo falta de tranqüilidade para criar os filhos neste ambiente violento, no qual ocorrem constantes confrontos entre as gangues rivais.



Fonte: O POVO, 1997.

Foto 22: Criança atingida por bala perdida.

Outro fator constante é a presença, nos jornais, de denúncias envolvendo policiais que agredem os moradores, fazendo justiça com as próprias mãos. Não só criminosos são punidos, mas também moradores inocentes e principalmente, as crianças.



Fonte: O POVO, 2003.

Foto 23: Vítima de agressão policial.



Fonte: O POVO, 2000.

Foto 24: Criança ferida em tiroteio envolvendo a polícia.

Essas imagens mostram as vítimas da agressão policial, revelando um bairro constituído por famílias de baixa renda que sofrem ameaças constantes. Ora o morador é abordado pelo policial que o agride, talvez, por acreditar que todos que moram naquela área são suspeitos; ora é pego de surpresa, como a criança que estava na rua brincando no momento de um conflito.

A Foto 23 mostra uma família, mas o título e a legenda são os elementos que levam ao entendimento desta imagem, uma vez que o primeiro apresenta o rapaz como a **Vítima de agressão policial tenta superar trauma**, enquanto a legenda apresenta:

Claudemilson Silva com a mulher e o filho: vivendo com um salário mínimo (O POVO, 2003);

ou seja, trata-se de um chefe de família, que ganha um salário mínimo para sustentar esposa e filho, deitado numa cama, em processo de recuperação de sua saúde, após ser agredido pela polícia.

A Foto 24 é apresentada no Jornal com o título: **Criança ferida com tiroteio envolvendo PMs no Pirambu**; enquanto isso, a legenda aponta o nome da vítima e o local do acontecimento,

Dayane: ferida a bala enquanto brincava perto de casa (O POVO, 2000).

A partir da análise do conjunto de informações que complementam a imagem passo a compreender a imagem de Dayane ferida ao lado de sua mãe, que mostra a roupa da filha manchada de sangue. Provavelmente se trata da vestimenta que a menina usava no momento do tiroteio que envolvia os PMs e foi atingida. Acredita-se que as crianças são as mais atingidas por esse tipo de acidente, uma vez que utilizam a rua para brincar, principalmente as crianças que moram em bairros populares.

Esse quadro direciona o leitor a pensar que os moradores do Pirambu não sofrem apenas com a presença dos criminosos, mas também da própria polícia que está lá para protegê-los. Os moradores, no entanto, são desrespeitados e maltratados como se todos tivessem o mesmo estigma. Na perspectiva de Almeida (1996, p. 168), para a polícia,

(...) a violência está diretamente relacionada com a pobreza, pois, ao invés de utilizar sua autoridade e suas armas para garantir a segurança a população aterrorizada, transforma-as em instrumentos de guerra contra os jovens estigmatizados. Assim, a polícia, ao lado da sociedade excludente, vem se tornando responsável por essa associação indiscriminada entre pobreza e criminalidade, que é estendida à população.

Nesse sentido, a população, principalmente os jovens dos bairros da periferia, têm medo da polícia. Além da violência das gangues e dos policiais, soma-se o medo dos moradores ao se deslocarem de suas casas para o trabalho, escolas etc., em decorrência da falta de segurança no bairro. Como retrata a fotografia e a legenda seguintes:



Fonte: O POVO, 2003.

Foto 25: Falta de segurança no bairro.

Os amigos Túlio e Renan: sem coragem de falar que conhecem os integrantes das gangues (O POVO, 2003).

Assim, observa-se na Foto 25, cujo título do jornal aponta o **Respeito na escola, violência no bairro**, designando a escola como um local onde se aprende o respeito, mas, ao sair da escola, os alunos deparam a ação dos marginais que moram no próprio bairro. A legenda retrata a constante busca de proteção dos moradores, quando omitem ou não denunciam os delinqüentes que convivem no mesmo espaço.

Fragmentos Finais

Dar um ponto final em uma pesquisa causa a sensação de alívio e, ao mesmo tempo, de medo, talvez por não ter o autor conseguido realizar todas as sugestões propostas e aceitas no momento da qualificação. É preciso, no entanto, pensar que não é possível ao pesquisador dar conta de tudo, no máximo, se aproximar de algumas coisas. O desejo de que a investigação alcance as intenções propostas sempre comigo esteve presente. Por isso, chego a esta etapa com uma sensação de que muitas perguntas poderiam ser feitas, algumas análises revistas, tantas leituras refeitas, enfim, que poderia ser diferente.

Outra constatação que faço é apontar as dificuldades, das quais é verdadeiro dizer que foram diversas. Muitas vezes me encontrei imersa nesta dissertação, com mais desencontros e angústias do que gostaria. As facilidades que esperava encontrar se perdiam a cada leitura. Muitas vezes me senti, neste caso, seguindo Foucault (1997), uma pesquisadora cega, sem certezas nem ferramentas seguras. Apesar disso, e talvez o mais enriquecedor, foi muito interessante e desafiador conseguir superar estes impasses, dar continuidade, fazer escolhas, propor soluções aos meus próprios problemas e dilemas e chegar até aqui.

Ao ser admitida ao Mestrado, não pensava o quanto eu mudaria em apenas dois anos. Quando iniciei o fim deste experimento, ao fazer as primeiras leituras, o primeiro escrito, não imaginava o quanto ainda poderia ser mudado. Até a vontade de continuar as discussões dos dados, de refazer alguns escritos teve que ser, obrigatoriamente, controlada, para esta etapa ser “terminada”.

Se as teorias, assim como as verdades, são parciais, minha intenção neste ensaio foi de abrir fendas, questionar o aparentemente inquestionável, produzir outras verdades. As reflexões que fiz sobre o Pirambu no Jornal, de maneira geral, não se apresentam recentes nem levam às conclusões definitivas. Talvez, somente

um desses focos fosse o suficiente para ser analisado, por serem eles tão complexos e abrangentes, tanto no que se refere ao universo de autores que tratam desses pontos como as diferentes formas de conceberem os conceitos, os procedimentos de análise de cada um deles etc.

É importante ressaltar o fato de que não foi meu objetivo neste relatório de pesquisa estabelecer um valor de juízo, um julgamento do Jornal, mas sim procurar mostrar seu papel central na produção discursiva sobre o Pirambu. Espero, portanto, - tal como nos desafia Foucault (1997) – haver escrito uma história do presente, mostrando, analisando, tencionando sobre a proveniência de algumas certezas, convicções e verdades sobre o Pirambu.

As análises do material empírico – fotos, legendas e títulos das matérias – possibilitaram perceber o produto de fixação, disseminação de modos de ver, pensar e dizer sobre o Bairro estudado. Trata-se dos regimes de enunciação, ou seja, como se passa a ver de determinadas maneiras e não de outras.

O Pirambu dos discursos jornalísticos, em sua maioria, é posicionado por suportes de verdades trazidos por problemas socioambientais, questões de moradia e violência. Todos esses referentes criam estereótipos sobre ele, como de um local indesejado para viver.

Os problemas socioambientais estão relacionados à questão da água, seja pela ineficiência do sistema de esgotamento sanitário na área ou por meio do produto em abundância, advindo dos fenômenos da natureza, como a chuva e a maré alta, que causam, respectivamente, alagamentos e desabamentos das casas e acumulação do lixo.

Os marcadores mais constantes sobre a moradia estão relacionados à desapropriação, por parte do poder público, de terrenos para serem apropriados pelos moradores que há anos lutam pela propriedade do terreno para morar sossegados; o grande adensamento populacional que se perpetua até os dias atuais; a existência de moradias em áreas de risco, que serão solucionadas com a construção da Costa-Oeste pela retirada dos moradores e seu reassentamento em casas longe dos riscos. O Pirambu é apontado no passado como uma grande favela. Acredito que esse discurso perdura até o momento em que esta área não é de interesse para a Cidade; depois passa a ser considerado bairro e atualmente é

constituído por áreas de risco, que necessitam de intervenção, discurso que legitima a incorporação dos espaços litorâneos de Fortaleza para o uso de outros agentes sociais. Apesar das mudanças no discurso, este bairro continua sendo veiculado no Jornal com imagens que o caracterizam como favela, ao mostrarem casas precárias, desordenadas e inacabadas. Parece um repertório interessado em promover a necessidade de intervenções.

A violência aparece no Jornal junto a outros bairros, quando se trata da violência em Fortaleza e está atrelada a três tipos: a agressão policial contra os moradores do Pirambu; a presença das gangues, associada aos bairros pobres; quase sempre constituída por jovens que ameaçam os moradores do próprio bairro, e a insegurança do bairro, no qual os moradores não sabem se devem se proteger das gangues ou dos policiais. A violência é a marca registrada do Pirambu. Desde o passado, dava-se por intermédio da ação de um contra o outro e a polícia também atuava na repressão contra os moradores no sentido de expulsá-los das áreas, com o discurso da existência de alguns proprietários da terra ocupada. Atualmente, o discurso jornalístico traz essas ações mais no sentido individual, mas a presença das gangues amedronta a população residente na área e a polícia passa a tratar os moradores no local como se todos fossem suspeitos. Apesar do surgimento de bairros mais precários e violentos em Fortaleza, como, por exemplo o Bom Jardim e outros, o Pirambu ainda é veiculado nos jornais como violento.

Todas essas mobilizações foram alvo de deslocamentos nos seus referentes ao longo dos anos, mas a representação negativa permanece. No passado, o Pirambu, conquanto não discutido neste tipo de mídia, que é um dos mais antigos, foi eleito como local dos entulhos na reforma higienista, ou seja, era conhecido pelos moradores da Cidade por ser o local receptor dos dejetos, e de outros casos indesejáveis (doentes contagiosos, pobreza, miséria adensamento populacional), após a incorporação das idéias higienistas por parte do Poder público. Hoje, os enunciados do Pirambu n'O POVO ocorrem acerca dos problemas socioambientais: áreas de risco, praia poluída, esgoto a céu aberto, local onde está situado o emissário submarino etc.

As ações para a melhoria do bairro são evidentes. Então, por que permanece no discurso do Jornal como se ainda estivesse no estágio de ocupação lá na década de 1940, quando do seu surgimento? Por que outros bairros mais precários, mais

violentos e menos assistidos do que o Pirambu, em Fortaleza, não ganham o mesmo nível de visibilidade nas matérias jornalísticas d'O POVO? Será em virtude de sua localização em área litorânea?

Todos os referentes discursivos mostrados pelas fotos, títulos e legendas trazem dizeres que mostram o Pirambu como um bairro homogêneo em relação aos três focos analisados: pobre, miserável, sujo, violento e de moradias precárias necessitando de intervenções, seja do Poder público ou da sociedade. Assim, O POVO traz constantemente, ou melhor, apresenta com maior regularidade os pontos negativos do Bairro, não indicando a melhoria da infra-estrutura, o surgimento de outros bairros mais perigosos e violentos, no sentido de “destronar” o Pirambu de tal estigma e a diferença da ocupação socioespacial e econômica existente no bairro permite dar continuidade de sua representação do passado. É a história se fazendo presente.

No meio dessas significações, porém, que desclassificam o bairro Pirambu, foi possível perceber n'O POVO, algumas singularidades, como início de uma tentativa de possibilitar outros direcionamentos de significados sobre ele, quando são enfatizadas algumas matérias sobre projetos sociais - Projeto Quatro Varas, EMAÚS, SOCRELP, entre outros - implantados no Bairro no sentido de ajudar os moradores da área, proporcionando-lhes capacitação para a inserção no mundo do trabalho; o grande número de associações comunitárias que reflete a organização e resistência dos moradores e ao anunciar, em notas, o aniversário do Pirambu, privilegiando a importância desta área para a história de Fortaleza.

Essa nova perspectiva, ainda muito débil, trazida pelo *O POVO*, me permite pensar a possibilidade de abrir caminhos para a continuidade da pesquisa, que se encerra neste momento, mais no sentido de terminar uma etapa, quem sabe, dar continuidade num programa de doutoramento...

Pretendo que a regularidade desses discursos possibilite aos leitores que aprendam a incitar algumas resistências de representações, do modo como são estas formuladas, publicadas, repetidas sobre os dizíveis espaços da cidade tendo por suporte comunicativo-social o periódico jornal.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a Cidade no Brasil do Passado. In: SILVA, José Borzacchiello; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; COSTA, Maria Clélia Lustosa (Orgs.). **A Cidade e o Urbano**. Fortaleza: UFC, 1997.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. Violência urbana, exclusão social e identidade. In: BARREIRA, César; LINS, Daniel (Orgs.). **Poder e Violência**. Fortaleza: EUFC, 1996. Série Cursos.

ARAGÃO, Raimundo Freitas. **Das práticas marítimas modernas à elaboração da imagem turística de Fortaleza/Ceará**. 2005. 147f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

BARROSO, Gustavo. Tipos de Rua. In: ESTADO DO CEARÁ. **Memórias de Gustavo Barroso**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989.

_____. **Mississippi**. Fortaleza: Edições UFC, 1996.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**: ensaios críticos III. Tradução de Lea Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENEVIDES, Ireleno Porto. **Turismo e PRODETUR**: dimensões e olhares em parceria. Fortaleza: EUFC, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Langage et pouvoir symbolique. In: _____. **Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques**. Paris: Fayard, 1982.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Salubridade**: O Ceará no Centenário da Independência do Brasil. Fortaleza: Biogolência, 1922.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg a internet**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**. Fortaleza: ABC Editora, 2001.

Cartografia da violência em Fortaleza. **O POVO**, Fortaleza, 06 set. 2002. Fortaleza, p. 4.

CARVALHO, Jader. **Aldeota**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003. (Coleção clássicos cearenses).

CASTRO, José Liberal de. Cartografia urbana fortalezense na Colônia e no Império e outros comentários. In: **A administração de Lúcio Alcântara**. Fortaleza. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1982.

CAVALCANTI, Lana de Sousa. A cidadania, o direito à cidade e a Geografia escolar: elementos de Geografia para o estudo do espaço urbano. **GEOUSP**, São Paulo, n. 5, p. 41-55, 1999.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: UFSC, 1999.

_____. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. A “volta do cultural” na Geografia. **Mercator**. Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, ano 1 , n.1 , p. 19-28, 2002.

_____. As abordagens da Geografia Cultural. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa Gomes; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas: Papyrus, 1998. (Coleção turismo).

CORRAZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (Orga.). **Caminhos Investigativos**. Novos olhares na pesquisa em Educação. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. Carl Sauer e a Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato et all. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). A Geografia Cultural no Brasil. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, ano 2, n. 2, p. 97-102, 2005.

COSTA, Helouise. Um olhar que aprisiona o outro: o retrato do índio e o papel do fotojornalismo na revista O Cruzeiro. **Imagens**, São Paulo, n. 2, p. 82-91, ago. 1994.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Clima e Salubridade na construção imaginária do Ceará. In: VI Encontro Regional de Estudos Geográficos – EREG. **Anais: Nordeste: Turismo, Meio Ambiente e Globalização**. João Pessoa: Associação do Geógrafos Brasileiros/Neo Planos, jul., 1997 p.71-88.

COSTA, Maria Clélia Lustosa; ALMEIDA, Maria Geralda de. Trabalho e turismo: território e cultura em mutação na Beira Mar em Fortaleza. In: CORIOLANO, Luzia Neide (Org.) **Turismo com Ética**. Fortaleza: UECE, 1998.

_____. Urbanização da Sociedade Cearense. In: DAMIANI, Amélia; CARLOS, Ana Fani (Org.). **O espaço no fim do século: uma nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. A cidade e o pensamento médico: uma leitura do espaço urbano. **Mercator**, Fortaleza, ano I, n. 2, p. 61-69, jan./jul. 2002.

_____. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, José Borzacchiello da, et al. (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

COSTA, Marisa Vorraber. Estudos Culturais - para além das fronteiras disciplinares. In: _____. (Org.). **Estudos Culturais em Educação: Mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...** Porto Alegre: UFRGS, 2000a.

_____. Introdução. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos Investigativos: novos olhares na pesquisa em Educação**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2000b.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos Culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, n. 23, p. 36-60, mai./jun./jul./ago. 2003a.

COSTA, Veridiana Marques da. **Saneamento e Saúde nos bairros Pirambu e Cristo Redentor**. Fortaleza, UFC, 2003b.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Da Capital do Sertão à cidade do sol: Fortaleza e o processo de litoralização de Ceará. **Caderno de Geografia**. n 04. Notas sobre o urbano cearense do litoral ao sertão. Universidade Federal do Ceará, Departamento de Geografia. Laboratório de Planejamento Urbano e Regional. Fortaleza, 1998.

_____. **Mar à Vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura e do Desporto do Ceará, 2002.

_____. O mar e o marítimo nos trópicos. **GEOUSP**, São Paulo, n. 15, p. 63-76, 2004.

DIÓGENES, Glória. Por uma abordagem hermenêutica da violência. In: BARREIRA, César; LINS, Daniel (Orgs.). **Poder e Violência**. Fortaleza: EUFC, 1996. Série Cursos.

FERNANDES, Camila. **Presidente afirma em comício que “vai aparecer ainda muita corrupção” no país**. 2006. Disponível em: <clipping.planejamento.gov.br>. Acesso em: 06 set. 2006.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. A paixão de “trabalhar com” Foucault. In: COSTA, Marisa Vorraber (Orga.). **Caminhos Investigativos**: novos olhares na pesquisa em Educação. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

_____. **Televisão e Educação**: fruir e pensar a TV. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: UFC, 1997.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as resoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 22, jul./dez. p. 15-46. 1997a.

_____. The work of Representation. In: (Ed) **Representation: Cultural, Representation and Signyng Proctires**. London: Sage, 1997b.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. Codificação/decofdificação. In: SOVIK, Liv. (org.). **Da diápora: identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaine La Guardi Resende et all. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HETÚ, Bernard. Uma geomorfologia socialmente útil: os riscos naturais em evidência. **Mercator**, Fortaleza, ano 02, n. 03, p. 83-97, 2003.

HOERNING, Johanna. **A questão da habitação em Fortaleza**. Disponível em: <www.sustentavel.inf.br>. Acesso em: 18 julho 2005.

KARAN, Tanius. Fotografia jornalística, discurso visual e direitos humanos na imprensa da cidade do México. **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

Instituto Mídia Digital. **Distribuição de acesso por dia da semana no site do O POVO**. Disponível em: <www.noolhar.com/publicidadeonline>. Acesso em: 26 junho 2006.

_____. **Distribuição por dia do mês de acesso no site do O POVO**. Disponível em: <www.noolhar.com/publicidadeonline>. Acesso em: 26 junho 2006.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Tradução de Ivone Castillo Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. Lendo as imagens criticamente: em uma direção a uma pedagogia pós-moderna. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígena na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1993. (Série Princípios).

LIMA, Maria do Céu. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará: territórios, costumes e conflitos**. 2002. 198f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LINHARES, Paulo. **Cidade de água e sal**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

LOPES, Dirceu Fernandes. **A história do jornalismo como formadora de consciência crítica**. Disponível em: <www.jornalismo.ufsc.br>. Acesso em: 18 outubro 2005.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história, possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Org.). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **O olho da história: fotojornalismo e história contemporânea**. Disponível em: <www.comciencia.br>. Acesso em: 12 outubro 2005.

_____. **Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX**. Niterói, 1990. Disponível em: <www.historia.uff.br/labhoi/publicacoes>. Acesso em: 13 novembro 2005.

MENDONÇA, Francisco. Geografia Socioambiental. **Terra Livre**. São Paulo, n. 16, p. 139-158, 2001.

MENEZES, Paulo Roberto de. Caminhos Cruzados. In: _____. **A trama das imagens: manifestos e pinturas no começo do século XX**. São Paulo: Edusp, 1997.

MICHELL, Dom. Não existe aquilo que chamamos de cultura: para uma reconceitualização da idéia de cultura em Geografia. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 13-32, jul./dez. 2003.

MORAES, Antônio Carlos Roberto de. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

NEUHAUS, Esther, et al (Org.). **Terra e vida na zona costeira do Ceará: direito de uso e estratégias de regularização de posses**. Fortaleza: Instituto Terramar, Departamento de Geografia, 2004.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

O Pirambu: 30 mil habitantes abandonados à própria sorte. **O Democrata**, Fortaleza, 1958.

O POVO do Pirambu exige a construção do posto médico. **O Democrata**, Fortaleza, 28 de outubro de 1950.

Pirambu: 8 quilômetros de Miséria. **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 12 de maio de 1960.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). 3.ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf, 2001.

PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. **A cidade dos clubes**: modernidade e “glamour” na Fortaleza de 1950-1970. Fortaleza: expressão Gráfica e Editora, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA/ SEPLA. **Índices de Desenvolvimento Humano Municipal de Fortaleza por Bairro**. FORTALEZA, 2002

PRADO, Antonia Ieda de Souza. **Uma rua, um bairro, uma cidade...** 2003. 145 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Tradução de Carlos Piovezani Filho, Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará**: isolamento e poder na Seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura e do Desporto do Ceará, 2001.

ROCHA JUNIOR, Antônio Martins da. **O Mar e a Expansão Urbana de Fortaleza**. Fortaleza: UFC, 1984.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. Geografia e Violência Urbana. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. (orgs.). **Geografia em Perspectiva**: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2002. p. 77-85.

SÁ, Adísia. **Traços da união**: Demócrito Rocha – 110 anos depois. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1998.

SANTIAGO, Pádua. **Em busca de reconhecimento: estratégia de inserção e cultura urbana. O exemplo da favela do Pirambu (1930-1970).** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2001. Trabalho não publicado.

_____. A cidade como utopia e a favela com espaço estratégico de inserção na cultura urbana (1856-1930). **Trajetos** - Revista de História da UFC, Fortaleza, v. 1 n. 2, p. 115-130, jun. 2002.

_____. Pirambu, espaço estratégico de inserção no modelo hegemônico de bem-estar e estar bem no mundo. In: GADELHA, Francisco Agileu de Lima, et al. **Outras histórias: Fortaleza, cidade(s), sujeito(s).** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004. Coleção Magister.

SANTOS, Maria Francineila Pinheiro dos. Políticas públicas e desterritorialização em Fortaleza/CE. In: IX SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. **Cidades: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais.** Manaus, UFAM, 2005. CD-ROM.

_____. **Para onde sopram os ventos: políticas públicas de turismo no Grande Pirambu/Fortaleza/CE.** 2006. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SCHMIDT, Saraí Patrícia. **A educação nas lentes dos jornais.** 1999. 46f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SILVA, Débora Marques da. **Grande Pirambu, uma praia infecta?** Análise das políticas de saneamento e do turismo na construção da imagem do Grande Pirambu. 2003, 61f. Monografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

SILVA, G. W. **Memória Viva do Pirambu: o velho Pirambu de moletas nas mãos.** Fortaleza: Seriartes, 1999.

SILVA, J. B. da. **Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza.** Fortaleza: Multigraf, 1992.

SOUZA, Maria Salete de. Fortaleza – uma análise da estrutura urbana. In: 3º Encontro Nacional de Geógrafos-UFC. **Anais...** Fortaleza, 1978.

_____. Fortaleza: estrutura sócio-espacial e habitação popular. In: **Caderno de Geografia**. n 01. Discutindo a questão da moradia em Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, Departamento de Geografia. Laboratório de Planejamento Urbano e Regional. Fortaleza, 1997. p. 1-41.

_____. Meio Ambiente Urbano e Saneamento Básico. **Mercator**, Fortaleza, ano 2, n. 03, p. 41-52, jan./jul. 2003.

SPÓSITO, Eliseo Savério. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 1994.

TONINI, Ivaine Maria. **Identidades Capturadas** – gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia. 2002. 134f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: UNISINOS, 2005.

VIEIRA, Tanísio. Seca, disciplina e urbanização: Fortaleza - 1865/1879. In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Orgs.). **Seca**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Estudos Culturais em Educação**: Mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. Cultura, culturas e educação. **Revista Brasileira de Educação**. ANPED, n. 23, p. 5-14, mai./jun./jul./ago. 2003.

VIDAL, Márcia. **Imprensa e poder**: o I e o II veteranos (1963/1966 e 1979/1982) no jornal O Povo. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994.

ANEXO

Anexo 1

REPORTAGENS CONSULTADAS NOS JORNAIS O POVO SOBRE O BAIRRO PIRAMBU NO PERÍODO DE 1990 A 2005.

1990

Agosto 1990

01- Educação informal no Pirambu tenta acabar com distorções. **O POVO**, Fortaleza, 26 ago. 1990.

1991

Dezembro 1991

02- Pirambu é fossa a céu aberto. **O POVO**, Fortaleza, 24 dez. 1991.

03- Advocacia informal ofertada no Pirambu. **O POVO**, Fortaleza, 07 dez. 1991.

04- Cai máscara dos exterminadores. **O POVO**, Fortaleza, 08 dez. 1991.

1992

Abril 1992

05- População do Pirambu se mobiliza e cobra melhoramentos. **O POVO**, Fortaleza, 21 abr. 1992.

Junho 1992

06- Pirambu é bolsão de miséria e superlotação à beira do mar: mas nem crianças se arriscam a freqüentar as praias poluídas. **O POVO**, Fortaleza, 12 jun. 1992.

07- Gangues provocam medo a moradores no Pirambu. **O POVO**, Fortaleza, 31 jun. 1992.

Novembro 1992

08- Advogado mantém opção pelos pobres. **O POVO**, Fortaleza, 06 nov. 1992.

09- Menores organizados atacam no Pirambu: quadrilhas de adolescentes ficam agindo no bairro e meninas saem a prostituir-se na Beira-Mar. **O POVO**, Fortaleza, 06 nov. 1992.

Dezembro 1992

10- Pirambu também sofre paralisação de obras públicas. **O POVO**, Fortaleza, 10 dez. 1992.

1993

Setembro 1993

11- No Pirambu, gangues disputam o poder de maneira ameaçadora. **O POVO**, Fortaleza, 13 set. 1993. Cidades.

Outubro 1993

12- Servidores do BB fazem doação de uma padaria. **O POVO**, Fortaleza, 23 out. 1993. Cidades.

1994

Março 1994

13- Cratera destrói casas e causa medo aos moradores do Pirambu: problemas na rede de esgoto interdita tráfego na comunidade. **O POVO**, Fortaleza, 21 mar. 1994. Cidades.

Abril 1994

14- Gangues do Pirambu ameaçam os moradores até nas igrejas: grupos de jovens continuam agindo a população muda rotina. **O POVO**, Fortaleza, 14 abr. 1994.

Novembro 1994

15- VIEIRA, Leônia. Casa é ponto de apoio para adolescentes. **O POVO**, Fortaleza, 26 nov. 1994. Vida e Arte, p. 10.

16- Pirambu e sua história. **O POVO**, Fortaleza, 26 nov. 1994. Especial.

1995

Fevereiro 1995

17- Pirambu lança projeto de coleta sistemática de lixo seletivo. **O POVO**, Fortaleza, 07 fev. 1995.

Julho 1995

18- Pirambu pode ter o litoral urbanizado com a implantação do parque marinho da Costa Oeste. **O POVO**, Fortaleza, 23 jul. 1995.

Dezembro 1995

19- Desenhos do Pirambu na Reitoria. **O POVO**, Fortaleza, 15 dez. 1995.

1996

Abril 1996

20- Projeto Costa Oeste deve mudar Pirambu: programa iniciado com Sanear será complementado por avenida entre Kartodromo e Barra. **O POVO**, Fortaleza, 03 abr. 1996. Cidades.

Mai 1996

21- Pirambu realiza festival de música com 38 participantes. **O POVO**, Fortaleza, 29 mai. 1996.

Julho 1996

22- O POVO nos bairros Pirambu. **O POVO**, Fortaleza, 06 jul 1996. Especial.

1997

Junho 1997

23- Violência é resultado da falta de lazer, educação e trabalho. **O POVO**, Fortaleza, 22 jun. 1997.

24- Famílias pagam para ter segurança no Pirambu. **O POVO**, Fortaleza, 22 jun. 1997.

Setembro 1997

25- Comunidades de Pirambu são atingidas pela maré alta. **O POVO**, Fortaleza, 02 set.1997.

26- Maré volta a destruir no Pirambu. **O POVO**, Fortaleza, 19 set. 1997.

27- Escolinha Virtual leva crianças carentes do Pirambu à internet. **O POVO**, Fortaleza, 25 set. 1997.

1998**Junho 1998**

28- Comunidade Quatro Varas ganha prêmio. **O POVO**, Fortaleza, 21 jun. 1998. Cidades. p. 16 A.

Julho 1998

29- Moradores do Pirambu exigem conserto definitivo de buraco. **O POVO**, Fortaleza, 03 jul. 1998. Cidades. p. 17 A.

1999**Fevereiro 1999**

30- PINHEIRO, Andréia. No mundo do trabalho. **O POVO**, Fortaleza, 07 fev. 1999. Vida e Arte. p. 1 B.

2000**Janeiro 2000**

31- Áreas de risco ainda estão sob alerta. **O POVO**, Fortaleza, 06 jan. 2000, Caderno Cidades p. 07

32- Comunidade se recusa a deixar área de risco. **O POVO**, Fortaleza, 11 jan. 2000. Caderno Cidades.

33- Só três famílias saem de casas ameaçadas. **O POVO**, Fortaleza, 13 jan. 2000, Cidades p. 5.

34- 70% das praias poluídas. **O POVO**, Fortaleza, 16 jan. 2000. Cidades, p. 04.

35- Maioria das praias poluídas. **O POVO**, Fortaleza, 21 jan. 2000, Cidades, p. 05.

36- Igreja no Pirambu recupera jovens envolvidos com gangues e droga. **O POVO**, Fortaleza: 27 jan. 2000. Cidades, p. 07.

Fevereiro 2000

37- Fim de semana tem média de seis homicídios por dia. **O POVO**, Fortaleza, 08 fev. 2000. Cidades, p. 05.

38- A vida sob risco. **O POVO**, Fortaleza, 29 fev. 2000. Cidades, p. 09.

Março 2000

39- Dengue já tem 1088 casas em Fortaleza. **O POVO**, Fortaleza, 25 mar. 2000. Cidades, p. 3.

Abril 2000

40- Nem luxo nem lixo partilha. **O POVO**, Fortaleza, 09 abr. 2000. Cidades p. 8 e 9.

41- Fortaleza já tem 1598 casos de dengue este ano. **O POVO**, Fortaleza, 11 abr. 2000.

42- Governo quer atender 26 mil famílias até 2002. **O POVO**, Fortaleza, 12 abr. 2000. Cidades, p. 05.

43- Musa do exagero. **O POVO**, Fortaleza, 27 abr. 2000. Vida e Arte, p. 6.

Mai 2000

44- Alunos e professores de escola recolhem lixo. **O POVO**, Fortaleza, 24 mai. 2000. Cidades, p. 03.

45- Projeto consegue aumentar 10 vezes reciclagem de lixo. **O POVO**, Fortaleza, 31 mai. 2000. Cidades, p. 04.

46- Comunidade dá exemplo de mobilização. **O POVO**, Fortaleza, 31 mai. 2000. Cidades, p. 05.

Junho 2000

47- PAULA, Ethel de. Arte entre palhoças. **O POVO**, Fortaleza, 05 jun. 2000. Vida e Arte, p. 1.

48- O ano Chico da Silva. **O POVO**, Fortaleza, 17 jun. 2000. Vida e Arte, p. 02.

49- NOCRATO, Suzete. Falta de estrutura prejudica ação policial. **O POVO**, Fortaleza, 23 jun. 2000. Cidades, p. 03.

Julho de 2000

Não tem notícia

Agosto 2000

50- Chuva aumenta drama em área de risco. **O POVO**, Fortaleza, 03 ago. 2000. Cidades, p. 03.

51- Criança ferida com tiroteio envolvendo PMs no Pirambu. **O POVO**, Fortaleza, 03 ago. 2000. Cidades, p. 04.

52- Comerciante acusa delegado de tentativa de extorsão. **O POVO**, Fortaleza, 04 ago. 2000. Cidades, p. 04.

53- Cantando no porto. **O POVO**, Fortaleza, 11 ago. 2000. Vida e Arte.

54- Fim de semana violento na Região Metropolitana. **O POVO**, Fortaleza, 14 ago. 2000. Cidades, p. 04.

Setembro 2000

Não tem notícia

Esse período o caderno Cidades é substituído pelo nome Fortaleza, a partir do dia 17 set. 2000.

Outubro 2000

Não tem notícia

Novembro 2000

Não tem notícia

Dezembro 2000

55- Redescobrimo Chico. **O POVO**, Fortaleza, 21 dez. 2000. Vida e Arte, p. 01.

2001

Janeiro 2001

56- “Viemos testemunhar o problema”. **O POVO**, Fortaleza, 11 jan. 2001. Fortaleza, p. 05.

57- Campanha recebe sacos de cimento para comunidade. **O POVO**, Fortaleza, 12 jan. 2001. Fortaleza, p. 03.

58- “Podemos contribuir para mudar a miséria”. **O POVO**, Fortaleza, 13 jan. 2001. Fortaleza, p. 03.

59- O caçula Nação Pirambu. **O POVO**, Fortaleza, 15 jan. 2001. Vida e Arte, p. 01.

60- Moradores recebem cimento para cobrir chão das casas. **O POVO**, Fortaleza, 21 jan. 2001. Fortaleza, p. 03.

61- Da praia do Futuro à Barra do Ceará. **O POVO**, Fortaleza, 28 jan. 2001. Fortaleza.

Fevereiro 2001

62- MARANHÃO, Émerson. Acesso fora de casa. **O POVO**, Fortaleza, 05 fev. 2001. Vida e Arte, p. 01.

63- Aula de irregularidades no Pirambu. **O POVO**, Fortaleza, 10 fev. 2001. Fortaleza, p. 03.

Março 2001

64- FAHEINA, Rita Célia. O medo sempre por perto. **O POVO**, Fortaleza, 05 mar. 2001. Fortaleza, p. 03.

65- ALBUQUERQUE, Eliane. Moradores da Cacimba dos Pombos vivem em lixões. **O POVO**, Fortaleza, 28 mar. 2001. Fortaleza, p. 07.

Abril 2001

66- BORLOTTI, Plínio. História recente de Fortaleza. **O POVO**, Fortaleza, 13 abr. 2001. Fortaleza, p. 05.

67- “Eu pinto até o cão”. **O POVO**, Fortaleza, 29 abr. 2001. Vida e Arte, p. 05.

Mai 2001

68- CAMPOS, Luis Henrique. Casas longe de risco para 4.500 famílias. **O POVO**, Fortaleza, 26 mai. 2001. Fortaleza, p. 04.

Junho 2001

69- Primitivismo renovado. **O POVO**, Fortaleza, 01 jun. 2001. Fortaleza, p. 05.

70- FAHEINA, Rita Célia. O pioneirismo no Pirambu. **O POVO**, Fortaleza, 06 jun. 2001. Fortaleza, p. 08.

Julho 2001

71- Precisa-se de comida. **O POVO**, Fortaleza, 08 jul. 2001. Fortaleza, p. 03.

72- Sem salários no Jardim da Adolescência. **O POVO**, Fortaleza, 19 jul. 2001. Fortaleza.

Agosto 2001

Não tem notícia

Setembro 2001

73- De olho no mar poluído. **O POVO**, Fortaleza, 07 set. 2001. Fortaleza, p. 08.

74- LUCAS, Mônica. Coema define rumos da Costa-Oeste. **O POVO**, Fortaleza, 27 set. 2001. Fortaleza, p. 05.

Outubro 2001

Não tem notícia

Novembro 2001

Não tem notícia

Dezembro 2001

75- Orquestra do Pirambu quer apoio. **O POVO**, Fortaleza, 23 dez. 2001. Fortaleza, p. 03.

2002

Janeiro 2002

76- Encontro do Emaús prepara ação contra o bicho-de-pé. **O POVO**, Fortaleza, 13 jan. 2002. Fortaleza.

77- Chuva forte alaga ruas e avenidas de Fortaleza. **O POVO**, Fortaleza, 22 jan. 2002. Fortaleza.

Fevereiro 2002

78- Obras da 1ª etapa do projeto Costa Oeste começam este mês. **O POVO**, Fortaleza, 01 fev. 2002. Fortaleza, p. 08.

Março 2002

79- MADEIRA, Raimundo. Fortaleza sem direito à praia. **O POVO**, Fortaleza, 17 mar. 2002. Fortaleza, p. 4.

80- Contaminação tem relação com a pobreza das áreas. **O POVO**, Fortaleza, 18 mar. 2002. Fortaleza, p. 5.

81- Despoluição requer investimento em saneamento básico. **O POVO**, Fortaleza, 19 mar. 2002. Fortaleza, p. 4.

82- Praia da Leste-Oeste tem mais poluição no ar do que na água. **O POVO**, Fortaleza, 19 mar. 2002. Fortaleza, p. 5.

83- Para turista apenas ver. **O POVO**, Fortaleza, 20 mar. 2002. Fortaleza, p. 4.

84- Ocupação desordenada agrava falta de esgotamento. **O POVO**, Fortaleza, 25 mar. 2002. Fortaleza, p. 5.

85- AJE forma jovens carentes para o mercado de trabalho. **O POVO**, Fortaleza, 28 mar. 2002. Fortaleza, p. 7.

Abril 2002

86- Feriadão mais calmo em 2002. **O POVO**, Fortaleza, 01 abr. 2002. Fortaleza, p. 5.

87- Faltam lombadas em trecho da avenida. **O POVO**, Fortaleza, 08 abr. 2002. Fortaleza, p. 4.

Mai 2002

88- Manifestação marca 40 anos da desapropriação da terra. **O POVO**, Fortaleza, 26 mai. 2002. Fortaleza, p. 4.

Junho 2002

89- FREIRE, Verônica. O Japão é aqui. **O POVO**, Fortaleza, 03 jun. 2002. Fortaleza, p. 3.

Julho 2002

90- Jovens são treinados para o novo mercado de trabalho. **O POVO**, Fortaleza, 21 jul. 2002. Fortaleza, p. 9.

Agosto 2002

91- Regionais I e II chegam perto das metas. **O POVO**, Fortaleza, 09 ago. 2002. Fortaleza, p. 3.

Setembro 2002

92- Em lembrança de Chico da Silva. **O POVO**, Fortaleza, 06 set. 2002. Vida e Arte, p. 7.

93- Cartografia da violência em Fortaleza. **O POVO**, Fortaleza, 06 set. 2002. Fortaleza, p. 4.

94- Vingança é o principal motivo. **O POVO**, Fortaleza, 30 set. 2002. Fortaleza, p. 5.

Outubro 2002

95- Crianças carentes com direito à flúor. **O POVO**, Fortaleza, 20 out. 2002. Fortaleza, p. 9.

96- Lixo reciclado vira peça de teatro e exposição. **O POVO**, Fortaleza, 24 out. 2002. Fortaleza, p. 5.

97- Uma câmera na mão e a comunidade na cabeça. **O POVO**, Fortaleza, 24 out. 2002. Vida e Arte, p.7.

Novembro 2002

98- Projeto Ilhas é extensão da escola. **O POVO**, Fortaleza, 07 nov. 2002. Fortaleza, p. 3.

Dezembro 2002

99- Barracos são destruídos pelo mar no Pirambu. **O POVO**, 24 dez. 2002. Fortaleza, p. 5.

2003**Janeiro 2003**

100- Praias sem aviso de que estão impróprias ao banho. **O POVO**, 11 jan. 2003. Fortaleza, p. 4.

101- Dia de chuva e de transtornos. **O POVO**, 21 jan. 2003. Fortaleza, p. 4.

102- Risco de desabamentos no Arpoador. **O POVO**, Fortaleza, 25 jan. 2003. Fortaleza, p. 4.

103- Chuva desmorona ponte e deixa 252 famílias em alerta. **O POVO**, Fortaleza, 31 jan. 2003. Fortaleza.

Fevereiro 2003

104- Mais pessoas assaltadas em 2003. **O POVO**, Fortaleza, 09 fev. 2003. Fortaleza.

Março 2003

Não tem notícia

Abril 2003

105- Número de áreas de risco cresce 82% em cinco anos. **O POVO**, Fortaleza, 01 abr. 2003. Fortaleza, p. 8.

Mai 2003

106- Garçon confessa ter estuprado criança de 9 anos. **O POVO**, Fortaleza, 03 mai. 2003. Fortaleza, p. 5.

107- Fim de semana com sol, mas de praias poluídas. **O POVO**, Fortaleza, 24 mai. 2003. Fortaleza, p. 5.

108- Escola criou o dia D da leitura. **O POVO**, Fortaleza, 29 mai. 2003. Fortaleza, p. 3.

109- Faltam médicos e material de limpeza em dois postos. **O POVO**, Fortaleza, 29 mai. 2003. Fortaleza, p. 9.

Junho 2003

110- Despreparo para lidar com problema. **O POVO**, Fortaleza, 02 jun. 2003. Fortaleza.

111- ILO, Humberto; NOCRATO, Suzete. Águas de junho. **O POVO**, Fortaleza, 05 jun. 2003. Fortaleza, p. 7.

112- Obras do projeto Costa Oeste são reiniciadas. **O POVO**, Fortaleza, 08 jun. 2003. Fortaleza, p. 9.

Julho 2003

113- NOCRATO, Suzete. Vítima de agressão policial tenta superar trauma. **O POVO**, Fortaleza, 27 jul. 2003, Fortaleza, p. 8.

Agosto 2003

114- SANDES, Jane. As lições do mestre. **O POVO**, Fortaleza, 10 ago. 2003, Fortaleza, p. 9 e 10.

115- NOCRATO, Suzete. Promotor solicita prisão de PMs acusados de agressão com fuzil. **O POVO**, Fortaleza, 23 ago. 2003, Fortaleza, p. 8.

Setembro 2003

Não tem notícia

Outubro 2003

116- ARAÚJO, Ariadne. Lixo S/A. **O POVO**, Fortaleza, 14 out. 2003, Fortaleza, p. 4.

117- ARAÚJO, Ariadne. Novo de novo. **O POVO**, Fortaleza, 14 out. 2003, Fortaleza, p. 5.

Novembro 2003

118- Renda escolar inibe ações de violência da Zona Oeste. **O POVO**, Fortaleza, 05 nov. 2003, Fortaleza, p. 5.

119- Frade quer angariar verbas para trocar bancos de igreja. **O POVO**, Fortaleza, 09 nov. 2003, Fortaleza, p. 5.

120- PEDROSA, Landry. Homicídio confunde Polícia e família. **O POVO**, Fortaleza, 25 nov. 2003, Fortaleza, p. 8.

Dezembro 2003

121- CAMPOS, Luis Henrique. Mudança no sistema não melhora estrutura policial. **O POVO**, Fortaleza, 01 dez. 2003. Fortaleza, p. 4.

122- PAULA, Ethel de. Marieta, José e Chico. **O POVO**, Fortaleza, 18 dez. 2003. Vida e Arte, p. 7.

2004**Janeiro 2004**

123- O mapa do estrago. **O POVO**, Fortaleza, 30 de jan. 2004. Fortaleza, p. 4.

Fevereiro 2004

124- Os porquês da venda de casas entregues pelo poder público. **O POVO**, Fortaleza, 10 fev. 2004. Fortaleza, p. 4.

125- Novas casas novas despesas. **O POVO**, Fortaleza, 11 fev. 2004. Fortaleza, p. 5.

126- Famílias questionam critérios de transferência para conjuntos. **O POVO**, Fortaleza, 12 fev. 2004. Fortaleza, p. 5.

Março 2004

127- Líderes fazem excursão para conhecer direitos. **O POVO**, Fortaleza, 04 mar. 2004. Fortaleza, p. 7.

Abril 2004

128- VIEIRA, Camila. Inferno no set. **O POVO**, Fortaleza, 23 abr. 2004. Vida e Arte, p. 6.

129- Professores param por dois dias. **O POVO**, Fortaleza, 29 abr. 2004. Fortaleza, p. 4.

130- 42 quadras interditadas. **O POVO**, Fortaleza, 30 abr. 2004. Fortaleza, p. 4.

Maio 2004

131- Greve dos delegados gera caos na segurança de Fortaleza. **O POVO**, Fortaleza, 23 mai. 2004. Fortaleza, p. 10.

132- MIRANDA, Cidicley. Até 10 horas de espera no 7º DP. **O POVO**, Fortaleza, 24 mai. 2004. Fortaleza, p. 5.

133- Governo solicita a ilegalidade da greve dos delegados no Ceará. **O POVO**, Fortaleza, 25 mai. 2004. Fortaleza, p. 9.

Junho 2004

Não tem notícia

A partir de 20 de junho aparece o caderno Cotidiano.

Julho 2004

Não tem notícia

Agosto 2004

134- Campanha de vacinação ocorrerá durante 15 dias. **O POVO**, Fortaleza, 22 ago. 2004. Cotidiano, p. 8.

135- Inferno documentado. **O POVO**, Fortaleza, 27 ago. 2004. Vida e Arte, p. 7.

136- Obras da avenida Costa-Oeste devem continuar paralisadas. **O POVO**, Fortaleza, 29 ago. 2004. Cotidiano, p. 3.

Setembro 2004

137- STF permite retomada da obra Costa-Oeste. **O POVO**, Fortaleza, 04 set. 2004. Cotidiano, p. 3.

Outubro 2004

Não tem notícia

Novembro 2004

Não tem notícia

Dezembro 2004

138- Redução na coleta deixa lixo acumulado nas ruas. **O POVO**, Fortaleza, 03 dez. 2004. Cotidiano, p. 8.

139- Projeto Quatro Varas ganha um dia de limpeza. **O POVO**, Fortaleza, 05 dez. 2004. Cotidiano, p. 11.

2005

Janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho não há notícia sobre o Pirambu.

Julho 2005

140- 3 fases do mestre Chico. **O POVO**, Fortaleza, 18 jul. 2005. Vida e Arte, p. 1.

Novembro 2005

141- CASTRO, Salomão de. 11 famílias receberão títulos de propriedade. **O POVO**, Fortaleza, 24 nov. 2005. Cotidiano, p. 3.

142- RORIZ, Lanna. Natal do Usado: opção para doar e comprar. **O POVO**, Fortaleza , 27 nov. 2005. Cotidiano, p. 8.